

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL

Sandra Mara Venturini

**GESTÃO DA PERMANÊNCIA DE ACADÊMICAS EM CURSOS DE
FORMAÇÃO DOCENTE: UMA QUESTÃO DE GÊNERO**

Santa Maria, RS
2017

Sandra Mara Venturini

**GESTÃO DA PERMANÊNCIA DE ACADÊMICAS EM CURSOS DE FORMAÇÃO
DOCENTE: UMA QUESTÃO DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sueli Salva

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Venturini, Sandra Mara

Gestão da permanência de acadêmicas em cursos de formação docente: uma questão de gênero / Sandra Mara Venturini.- 2017.

145 p.; 30 cm

Orientadora: Sueli Salva

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2017

1. Evasão 2. Gênero 3. Patriarcado 4. Ensino Superior
5. Divisão sexual do trabalho I. Salva, Sueli II. Título.

Sandra Mara Venturini

**GESTÃO DA PERMANÊNCIA DE ACADÊMICAS EM CURSOS DE FORMAÇÃO
DOCENTE: UMA QUESTÃO DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovado em 24 de agosto de 2017:



Sueli Salva, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Martha Helena Teixeira de Souza, Dra. (UNIFRA) - Parecer



Leandra Böer Possa, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Nelci e Irene (in memoriam) que tanto trabalharam e me apoiaram para que eu pudesse estudar e realizar meus sonhos.

Ao Aramis Bitencourt, meu namorado, pelo carinho, paciência, compreensão e amor nos momentos difíceis.

Ao meu irmão Leandro e minha irmã Aline, pelo incentivo e apoio.

Ao meu sobrinho Arthur, que enche minha vida de alegrias.

A minha orientadora Sueli Salva pelo acolhimento, incentivo e orientações que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Às professoras Márcia Eliane Leindcker da Paixão, Leandra Bôer Possa, Nikelen Witter e Martha Souza, pelas valiosas contribuições para este estudo.

Às colegas Marlei Coradini, Anna Claudia Flores, Angelita Zimmermann e ao colega Carlos Oleques, pelo incentivo, disponibilidade e solicitude.

Às colaboradoras desta pesquisa que disponibilizaram um pouco de seu tempo, para narrar suas experiências, contribuindo com este estudo.

Aos amigos e amigas, colegas e demais familiares que apoiaram e acompanharam esta trajetória.

Obrigada!

Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.

O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado

(Rubem Alves).

RESUMO

GESTÃO DA PERMANÊNCIA DE ACADÊMICAS EM CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

AUTORA: Sandra Mara Venturini
ORIENTADORA: Sueli Salva

As licenciaturas noturnas do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) são cursos de formação docente instituídos com os objetivos de ampliar o ingresso ao ensino superior, bem como de garantir sua qualidade. Neste cenário, compreender o processo de aproveitamento acadêmico e as causas da evasão, sob uma perspectiva de gênero, pode auxiliar na gestão da permanência de acadêmicas destas licenciaturas. A pesquisa tem como problema: “As questões de gênero, ligadas à divisão sexual do trabalho, interferem nos processos de aproveitamento acadêmico, permanência ou evasão das acadêmicas das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM”? O projeto se insere na Linha de Pesquisa Gestão Pedagógica e Contextos Educativos (LP2) do curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional do Centro de Educação da UFSM. Aborda a delicada questão da evasão e do baixo aproveitamento acadêmico a partir de conceitos ligados a questões de gênero, como os de “patriarcado” por Heleieth Saffioti (2004), Patrícia Rocha (2009), Michelle Perot (2016) e Mary Wollstonecraft (2016), “divisão sexual do trabalho”, por Acéli de Assis Magalhães (2001), “formas de eternizar a subordinação”, por Pierre Bourdieu (2002), entre outros(as). A temática de pesquisa emerge de algumas inquietações delineadas ao longo da minha trajetória, principalmente no campo profissional, que me levaram a refletir acerca da necessidade de estudar e considerar a influência e os efeitos que as questões de gênero, principalmente as ligadas à divisão sexual do trabalho, produzem na vida acadêmica das estudantes das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM. Os perfis de tais acadêmicas, em sua maioria possuem algumas particularidades: são mães e esposas que exercem funções concomitantemente em trabalhos remunerados, em trabalhos domésticos e que cursam uma graduação. A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso, e está ancorada em Lankshear e Knobel (2008), entre outros(as), a partir dos quais foi possível relacionar o tema com os objetivos do mestrado profissional. A produção de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, buscando compreender o fenômeno por meio de análise qualitativa. O produto consiste em um relatório de pesquisa “Gestão da permanência Acolhedora” contendo os resultados deste estudo, que será encaminhado às coordenações dos cursos de graduação, a fim de propor ações e estratégias que possam contribuir para uma gestão democrática voltada à permanência e inclusão das acadêmicas nos cursos em questão.

Palavras-chave: Evasão. Relações de Gênero. Patriarcado. Ensino Superior. Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

ACADEMIC PERMANENCE MANAGEMENT IN EDUCATIONAL FORMATION COURSES: A MATTER OF GENDER

AUTHOR: Sandra Mara Venturini
ADVISOR: Sueli Salva

The nocturn licensing courses of the Centre of Education of the Federal University of Santa Maria (UFSM) are academic formation courses aiming to increase the higher education's admission, as well as ensuring its quality. In this context, understanding the academic achievement process and the evasion causes, from a gender perspective, could help on the permanence management of the college students of these licentiate programs. The research problem is "The gender questions, connected to the sexual division of labour, interfere in the academic achievement process, permanence or evasion of the academics of the nocturn licensing courses of the Centre of Education of UFSM"? The project is inserted on the Research Line of Pedagogical Administration and Educational Context (LP2), of the course of Professional Masters on Public Politics and Educational Management of Centre of Education of UFSM. It boards the delicate evasion matter e the low academic achievement from the concepts connected to gender subjects, such as the idea of "patriarchy" by Heleieth Saffioti (2004), Patrícia Rocha (2009), Michelle Perot (2016) and Mary Wollstonecraft (2016), the "sexual division of labour", by Acelí de Assis Magalhães (2001), "ways to eternize subordination" by Pierre Bourdieu (2002), among others. The research theme arises from some restlessness delineated along my path, especially on professional field, which take me to a reflection about the need to study and consider the influence and the effects that the gender matters, particularly the ones connected to the sexual division of labour, produce on the academic life of the college students of the noturn licensing course of the Centre of Education of UFSM. The profiles of such academics, mostly have some particularities: they are mothers and wives, that perform concomitantly roles on paid labour, on domestic labour and that are on undergraduate programs. The methodology used on this research is qualitative, of the case study type, anchored on Lankshear and Knobel (2008), among others, from which it was possible to relate the theme with the main goals of the professional masters program. The data production was accomplished by in-depth semistructured interviews, aiming to understand the phenomenon through a qualitative analysis. The product consists on a research report "Management of Welcoming Permanence" containing this study results, which will be forwarded to the coordination of undergraduate courses, in order to point out actions and strategies that could contribute to a democratic administration focused on the academics in the undergraduate courses in question.

Keywords: Evasion. Gender Relationships. Patriarchy. Higher Education. Sexual Division of Labour.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Apresentação das Colaboradoras da Pesquisa	39
Quadro 2 - Quadro metodológico da pesquisa.....	43
Figura 1 - A primeira ideia de igualdade de gênero.....	57
Figura 2 - Como se forma uma sufragista	59
Figura 3 - “Finalmente paz”	60
Figura 4 - Gráfico sobre a situação de emprego de jovens homens e mulheres na América Latina.....	99
Figura 5 - Diferenças de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho	102
Quadro 3 - Propostas a serem implementadas a curto prazo	129
Quadro 4 - Propostas a serem implementadas a médio e longo prazos.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CE	Centro de Educação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIE	Sistema de Informações para o Ensino
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	21
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	29
2.1	A PESQUISA QUALITATIVA.....	30
2.2	O MÉTODO ESTUDO DE CASO.....	33
2.3	O CONTEXTO DA PESQUISA.....	35
2.4	A PESQUISA COM AS ACADÊMICAS.....	38
2.5	A PRODUÇÃO DE DADOS.....	40
2.6	A ANÁLISE DOS DADOS.....	41
3	A CONDIÇÃO FEMININA.....	44
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO “GÊNERO”.....	44
3.2	MULHERES: UM BREVE OLHAR PELO VIÉS DA HISTÓRIA.....	46
3.2.1	O Sistema Patriarcal.....	48
3.2.2	A condição feminina e o trabalho doméstico.....	64
4	RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO.....	81
4.1	FORMAS DE ETERNIZAR A SUBORDINAÇÃO.....	82
4.2	QUEM TEM MEDO DO EMPODERAMENTO FEMININO?.....	94
4.3	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO FORJADA PELO CAPITAL.....	105
5	POR UMA GESTÃO DA PERMANÊNCIA ACOLHEDORA.....	109
5.1	POR UMA GESTÃO DA PERMANÊNCIA DEMOCRÁTICA, VOLTADA À INCLUSÃO DE SUAS ACADÊMICAS.....	111
5.2	PROPOSTA DE GESTÃO DA PERMANÊNCIA ACOLHEDORA DAS ACADÊMICAS DAS LICENCIATURAS NOTURNAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFSM.....	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
	REFERÊNCIAS.....	138
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	143
	APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	145

1 APRESENTAÇÃO

*Para que serve a história das mulheres?
E a resposta viria, simples:
Para fazê-las existir, viver e ser
(DEL PRIORE, 2004, p.9).*

Este estudo é parte de inquietações que me acompanham desde a infância relacionadas a concepções de gênero. Até hoje, tenho muita dificuldade em aceitar e conviver com as desigualdades e hierarquias que fazem prevalecer os aspectos ligados ao patriarcado, desvalorizando as mulheres em relação aos homens.

A condição de inferioridade e submissão a que as mulheres são relegadas, muitas vezes com seu próprio consentimento, desperta em mim, além de uma revolta, uma preocupação com a forma como enfrentar esse tipo de situação.

Entretanto as dúvidas e anseios que me deixam desconfortável diante de determinadas situações também me impulsionam a tomar atitudes que possam expressar a minha inconformidade. Acredito que seja a hora apropriada para guardar o medo do desconhecido e me movimentar na busca por explicações.

Tamanha preocupação com tais questões costumava prejudicar meu bem-estar, uma vez que sempre resisti aos discursos preconceituosos e às violências de gênero, desafiando as regras patriarcais sem medo e com total convicção do que estava fazendo. Entretanto, o que realmente me incomodava era o fato de outras mulheres aceitarem a submissão, a humilhação e até mesmo a violência como natural em suas vidas.

Como já exposto, o interesse relacionado às questões de gênero me acompanha desde a infância e com o passar dos anos só aumentou. Contudo, acho importante fazer algumas considerações sobre minha trajetória, para melhor situá-los.

Nasci e cresci no interior de um município gaúcho da Quarta Colônia¹, região majoritariamente formada por descendentes de imigrantes italianos. Fui educada e

¹ Quarta Colônia de Imigração Italiana é uma região localizada no Rio Grande do Sul, na Mesorregião do Centro Oriental do Rio-grandense. Foi o quarto centro de colonização italiana da então Província do Rio Grande do Sul, posterior apenas a Campo dos Bugres (hoje Caxias do Sul), Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (hoje) e a primeira fora da Serra Gaúcha. Próxima ao município de Santa Maria, engloba os atuais municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande e São João do Polêsine, além de partes dos municípios de Agudo, Itaara e Restinga Seca. WIKIPÉDIA. **Quarta Colônia de Imigração Italiana**. Disponível em:

catequizada sob influência rígida e irrestrita da Igreja Católica, ou seja, num ambiente propício para a propagação incondicionada do patriarcado.

Cursei o primeiro grau² em escolas rurais e o segundo grau em uma escola pública urbana de Santa Maria. Ingressei, então no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após alguns anos trabalhando como advogada, fui aprovada num concurso público na área da Educação, ingressando no quadro efetivo de servidores(as) técnico-administrativos(as) em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, onde inicialmente ocupei o cargo de secretária de curso.

Nessa instituição, passei a trabalhar diretamente com a área da Educação, ao desenvolver minhas atividades no curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno do Centro de Educação da UFSM. Como todo curso, este também tem suas particularidades; entre elas, destaco aqui o fato de ser formado por um público predominantemente feminino.

No início, a estranheza com a área da Educação me levou a repensar minha situação profissional, já que eu tinha uma nítida sensação de deslocamento, de não pertencimento. Entretanto, com o passar do tempo, o comprometimento com as atividades profissionais foi aumentando, assim como o desejo de aprender e conhecer mais sobre Educação.

O contato direto com as acadêmicas³ do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno despertou em mim mais sensibilidade relativamente a suas frustrações, inquietações, problemas, medos e anseios, e me fez enxergar o quanto seus problemas eram recorrentes e comuns entre si.

Assim em minha vivência como secretária do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno do Centro de Educação, tive a oportunidade de acompanhar a trajetória acadêmica de várias turmas, formadas em sua maioria por estudantes do sexo feminino⁴, em que muitas delas apresentavam bastante dificuldade para a conclusão do curso.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Quarta_Col%C3%B4nia_de_Imigra%C3%A7%C3%A3o_Italiana>. Acesso em: 02 nov. 2016.

² De acordo com a Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, revogada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

³ Usarei o termo “acadêmicas” pois esta pesquisa tem como foco apenas as acadêmicas de sexo feminino dos cursos de Licenciatura em Educação Especial Noturno e Pedagogia Noturno do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Na sua maioria são jovens e algumas são mães que exercem atividade profissional remunerada para o sustento próprio e da família.

Ao longo desta experiência constatei que muitos dos desafios relacionados à permanência dessas acadêmicas no curso escolhido decorriam de fatores externos à gestão pedagógica e poderiam estar associados a questões de gênero, mais especificamente com a divisão sexual do trabalho.

No início, acreditei que a evasão e a dificuldade de acompanhar o curso conforme a sequência aconselhada pelo Projeto Político Pedagógico se dava por falta de interesse ou de identificação com o curso escolhido. Entretanto, depois de algum tempo, observando esse fenômeno e após ter várias conversas com a coordenadora do curso na época, comecei a observar que muitas acadêmicas abandonavam o curso por motivos alheios a sua vontade.

Nos encontros com as acadêmicas, quando ainda trabalhava como secretária, percebi que, para muitas, ingressar em uma Instituição de Ensino Superior era motivo de grande realização pessoal, quase a concretização de um sonho. Entretanto, o ingresso seria possivelmente apenas o início de um longo percurso, pois enfrentar os desafios e dificuldades que poderiam surgir no decorrer da trajetória acadêmica envolveria muito empenho e dependeria das condições individuais de cada estudante.

Constatei que muitas dessas acadêmicas enfrentavam um dilema: Desejavam concluir a graduação, mas lhes eram muito pesadas as responsabilidades assumidas perante a família, os filhos e o marido, dividindo-se entre o trabalho doméstico o cuidado com os filhos e o trabalho remunerado. Além disso, muitas enfrentavam situações como a dependência financeira e a insegurança, devido as aulas serem a noite.

Tais situações frequentemente tornavam-se obstáculos à formação, uma vez que, demandam muita atenção por parte das acadêmicas e não permitem que elas dediquem tempo necessário ao curso. Além disso, prejudicam o desempenho e o aproveitamento acadêmico⁵ levando-as muitas vezes, ao abandono do curso.

Assim, entendo que as questões de gênero, mais precisamente as relacionadas à divisão sexual do trabalho, interferem na evasão e no baixo

⁵ Por "aproveitamento acadêmico" refiro-me a situações recorrentes de trancamento parcial ou total de disciplinas ou reprovações por nota e por frequência no decorrer dos semestres que pela configuração do ensino noturno dificulta a recuperação das disciplinas, estendendo o prazo de conclusão do curso.

rendimento acadêmico nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação⁶ da UFSM, constituindo um tema a ser estudado com mais profundidade. É necessário buscar conhecimento, critérios e informações para ter uma adequada percepção da realidade enfrentada por essas acadêmicas e, através da gestão, assumir uma postura de enfrentamento dessa situação.

O modo como as acadêmicas se integram ao contexto do ensino superior faz com que elas possam aproveitar melhor ou pior, as oportunidades oferecidas pela instituição de ensino, tanto no que diz respeito à sua formação profissional quanto ao seu desenvolvimento psicossocial (TEIXEIRA et al., 2008).

Cada ser humano tem uma forma específica de aprender, tem seu tempo, estilo, interesses, recursos e oportunidades. Por isso, as acadêmicas, ao se sentirem parte do processo de ensino-aprendizagem, podem passar a ter mais interesse pelo conteúdo e talvez obter um melhor desempenho nas atividades propostas pelos cursos.

Não basta, afinal apenas possibilitar o acesso à universidade, é necessário também acompanhar o desempenho dessas acadêmicas e desenvolver ações que fortaleçam a sua permanência na instituição, voltadas para a conclusão do curso.

[...] o verdadeiro ensino democrático é aquele que não somente garante o acesso, mas sobretudo a permanência do aluno, enfocando a formação integral e não somente o preparo profissional. Portanto, quando esse aluno chega à instituição superior e não consegue usufruir do ensino que ela e seus mestres promovem, acompanhar suas leituras e exercícios, desenvolver habilidades, aprender acessar o conhecimento, a educação está longe de atingir seu ideal democrático (SARAVALI, 2005, p.100).

Acredito que ações voltadas à permanência precisam ser efetivadas nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação (CE), a fim de diminuir as dificuldades enfrentadas pelas acadêmicas e ajudá-las a concluir o curso com bom aproveitamento. Para colocar em prática tais ações, é necessário compreender alguns fatores que interferem na construção de um vínculo entre as acadêmicas e seu curso de formação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSM: “As universidades possuem papel essencial na evolução social e na caminhada em prol

⁶ Licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, compreendem os cursos de Licenciatura em Educação Especial Noturno e Pedagogia Licenciatura Plena Noturno.

do desenvolvimento, pois cabe a elas a geração e transmissão de conhecimentos de alto nível em todas as áreas do conhecimento” (UFSM, 2011, p.25).

Nessa perspectiva, o conhecimento gerado na universidade deve contemplar tanto os problemas de emergência social quanto às questões científicas e tecnológicas. Assim, a finalidade principal das universidades é “[...] desenvolver pessoas, proporcionando muito mais do que conhecimentos técnicos, preparando para o exercício da cidadania e do espírito crítico, alicerçados em firmes valores éticos e sociais” (UFSM, 2011, p.25).

A criação do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno do Centro de Educação, foi resultado de uma ação vinculada à proposta de expansão universitária, mais tarde referendada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁷ na Universidade Federal de Santa Maria. No mesmo sentido, o curso de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno foi criado com o objetivo de ampliar e democratizar o ensino superior.

A oferta dos cursos de licenciaturas noturnas do Centro de Educação demonstra o compromisso institucional com a manutenção das políticas voltadas ao desenvolvimento regional, à atuação e à atenção às mudanças sociais, com o objetivo de que a UFSM possa se constituir como uma instituição reconhecidamente protagonista, parceira e disseminadora de ideias, formadora de cidadãos críticos, capazes e atuantes no cenário socioeconômico.

Alinhando-me aos referidos objetivos institucionais, defendo que a organização dos espaços de aprendizagem noturnos levem em conta a situação das acadêmicas, que, na sua grande maioria são responsáveis além do trabalho remunerado, pelos trabalhos domésticos e pelo cuidado dos filhos e filhas. Tal situação implica a realização de uma atividade pedagógica condizente com o contexto no qual estão

⁷ O Reuni é o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior. Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existentes nas universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública. Referência: PUBLICADA a página eletrônica do Programa Reuni na UFSCar. **REUNI**. 29 out. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?Itemid=30&catid=36:outras-noticias&id=611:publicada-a-pagina-eletronica-do-programa-reuni-na-ufscar&option=com_content&view=article>. Acesso em: 16 jul. 2017.

inseridas e que ocorra em tempo, espaço e formatação diferentes das atividades propostas nos cursos diurnos.

Isso se deve ao fato de que o ponto de partida da prática educativa deve ser o estudo das situações reais, situadas em tempo e espaço determinados. Também é necessário um diálogo entre as dimensões objetivas e subjetivas indispensáveis à constituição pessoal e profissional das acadêmicas(os) de uma instituição.

Para compreender melhor os recorrentes casos de evasão das(os) estudantes⁸ do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno passei a participar do projeto de pesquisa intitulado “Formação Inicial em Educação Especial: conhecimento e análise dos indicadores de qualidade para uma avaliação institucional participativa no Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da UFSM”⁹. O projeto, no qual participei desde o seu início, tinha como objetivos analisar o funcionamento do Curso, colocando as(os) estudantes como protagonistas de sua história acadêmica e comprometendo-as(os) com sua formação profissional, além de implantar um sistema de avaliação institucional participativa no âmbito da graduação.

Segundo os dados¹⁰ produzidos pelo projeto em questão durante os anos de 2013 e 2014, foi possível perceber que metade das(os) estudantes ingressantes no período de 2009 a 2014 haviam evadido do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno do Centro de Educação da UFSM.

No curso de Pedagogia Noturno do Centro de Educação da UFSM, por sua vez, a situação não é diferente. De acordo com relatórios de evasão disponíveis no Sistema de Informações para o Ensino (SIE) da UFSM, é possível verificar que os índices apontam para uma média de 8 acadêmicas evadidas para cada um dos dois primeiros semestre do curso.

Com a realização da pesquisa, foi possível compreender que o público que frequenta as licenciaturas noturnas do Centro de Educação tem características próprias: a faixa etária é mais alargada, com maior número de acadêmicas com idade entre 21 e 33 anos; a maioria trabalha durante o dia; muitas são mães;

⁸ O termo “estudantes” aqui empregado, refere-se a todos (as) os (as) estudantes do curso (de sexo feminino e masculino), uma vez que o projeto “Formação Inicial em Educação Especial” não se atinha apenas às estudantes de sexo feminino.

⁹ Projeto de Pesquisa registrado no Gabinete de Projetos do Centro de Educação - CE/UFSM sob o número 033667.

¹⁰ Dados obtidos através de relatório parcial, não publicado.

algumas já possuem outro diploma de ensino superior. Tais especificidades, entretanto, justificam as situações relatadas, especificamente no que diz respeito ao abandono do curso e ao baixo rendimento acadêmico?

A presente pesquisa, como mencionado tem origem a partir das experiências e práticas vivenciadas enquanto secretária de curso. Hoje, não atuo mais no curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, mas não me desvinculo dos estudos relativos à evasão feminina e à sua possível relação com as questões de gênero. Também me motiva a buscar conhecimento sobre Educação para dar base à minha prática profissional, possibilitando contribuir com o espaço educativo em que estou inserida.

Além disso, este estudo pretende dar visibilidade às acadêmicas evadidas¹¹ ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular¹² de acordo com Resolução nº 033/2015 (UFSM, 2015), a fim de investigar suas percepções, anseios, medos, tornar suas vivências dignas de documentação e, principalmente, buscar elementos no âmbito dos cursos envolvidos que subsidiem novas práticas de gestão educacional.

Para tanto, esta pesquisa tem como problema: “As questões de gênero ligadas à divisão sexual do trabalho interferem nos processos de aproveitamento acadêmico, permanência ou evasão nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM”? O objetivo geral deste estudo, por sua vez é compreender a relação entre as questões de gênero ligadas à divisão sexual do trabalho e os processos de aproveitamento acadêmico, permanência ou evasão nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM.

Já os objetivos específicos da pesquisa são: a) aprofundar questões relativas a gênero, divisão sexual do trabalho, patriarcado, relacionando com o aproveitamento acadêmico; b) identificar como as acadêmicas evadidas participantes da pesquisa percebem as relações entre o trabalho doméstico, trabalho profissional remunerado e a formação acadêmica e c) formular ações e estratégias de gestão voltadas à

¹¹ As acadêmicas que evadiram dos Cursos de Licenciatura em Educação Especial Noturno e Pedagogia Licenciatura Plena Noturno, são as sujeitas desta pesquisa juntamente com as acadêmicas que estão em processo de acompanhamento pedagógico para integralização curricular.

¹² Artigo 1º da Resolução n. 033/2015. A presente resolução regulamenta, no âmbito dos Cursos de Graduação, o processo de acompanhamento pedagógico e cancelamento de matrícula e vínculo com a Universidade Federal de Santa Maria por decurso de prazo para a integralização curricular.

permanência e inclusão das acadêmicas das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM.

Este estudo foi organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo contém a Apresentação. No segundo, intitulado “Caminhos Metodológicos”, trato da metodologia que permeia esta pesquisa, situando como uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Em seguida, apresento em forma de tópicos, o contexto, as colaboradoras e o percurso que inclui as técnicas utilizadas para a produção e análise dos dados da pesquisa.

No terceiro capítulo, “A Condição Feminina”, apresento as abordagens teóricas que subsidiam os temas investigados nesta pesquisa. Num primeiro momento, abordo a historicidade do patriarcado e sua influência na educação feminina, demonstrando os caminhos percorridos e a trajetória das lutas femininas para a libertação das condições de submissão das mulheres. Em seguida, passo a abordar questões relativas à divisão sexual do trabalho, com enfoque no trabalho doméstico, que ainda é uma responsabilidade assumida quase que exclusivamente pelas mulheres.

No quarto capítulo, “Relações de Gênero e Empoderamento”, trago um olhar sobre os mecanismos que instituíram e reproduziram ao longo da história a dominação masculina, questionando-os e mostrando que a sociedade continua organizada a partir do masculino, o que dificulta a possibilidade de ascensão profissional, social e pessoal das mulheres.

No quinto capítulo “Por uma Gestão da Permanência Acolhedora” trago as narrativas das entrevistadas no que se refere às experiências com relação aos cursos escolhidos, assumindo o desafio de pensar uma gestão que auxilie as acadêmicas a enfrentar a desigualdade de gênero, buscando desconstruir a lógica de opressão e submissão feminina e promovendo o empoderamento das mulheres.

Neste último capítulo, apresento também o produto desenvolvido por esta pesquisa, que corresponde a um relatório de pesquisa acompanhado de uma proposta de gestão da permanência acolhedora nas licenciaturas noturnas do CE a ser apresentada às coordenações dos cursos de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno e Licenciatura em Educação Especial Noturno. Por fim, trago as considerações finais deste estudo.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

*É preciso diminuir a distância
entre o que se diz e o que se faz,
até que num dado momento,
a tua fala seja a tua prática
(Paulo Freire).*

Neste capítulo, apresento o caminho metodológico que orienta esta pesquisa, delimitando o estudo no campo da pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Por se tratar de um estudo relacionado à evasão e ao baixo aproveitamento acadêmico nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, o foco é essencialmente qualitativo, pois se propõe a dialogar com acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular com o objetivo de compreender a relação entre as questões de gênero e os fatores que levam à evasão ou ao atraso na conclusão dos cursos.

A relevância da qualidade na pesquisa, segundo Melucci (2005), surge em decorrência da importância de conhecer o contexto social, cultural, institucional para além das estatísticas, sem, no entanto, excluir a sua importância. Assim, as circunstâncias particulares que envolvem a pesquisa são de extrema relevância e referem-se ao contexto onde aparecem, o que remete mais uma vez a uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso.

Para me auxiliar nessa caminhada, baseio-me nos estudos de Evandro Ghedin e Maria Amélia Santoro Franco (2011), Colin Lankshear e Michele Knobel (2008) e Menga Lüdke e Marli André (2012) no que diz respeito à pesquisa qualitativa e de estudo de caso. Já a análise dos dados foi realizada, no sentido de articular os dados produzidos com o referencial teórico, para responder a questão de pesquisa e atender os objetivos propostos.

Seguindo os ensinamentos de Lüdke e André (2012), os dados produzidos devem incluir a descrição de pessoas, sentimentos e fatos por elas relatados, sempre atentando para trazer o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, ainda que sejam aparentemente simples, pois um aspecto trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do que está sendo investigado. Essa forma de pesquisa, mais flexível, permite, ao longo do percurso, a produção de

novos dados, diferentes dos inicialmente planejados, e também a inclusão de novas teorias pertinentes aos objetivos almejados.

Como bem argumentam Ghedin e Franco (2011), na pesquisa em Educação estamos sempre sujeitos a circunstâncias imprevistas, não planejadas, que podem redirecionar o processo e até mesmo provocar uma reconfiguração da situação. Portanto, um método científico, ao ser aplicado a tal área, precisa reservar espaço de ação e de análise ao não planejado, ao imprevisto, à desordem aparente, pressupondo a ação coletiva, dialógica e comprometida com a emancipação empreendida pelos sujeitos da prática, entre os quais se inclui também a pesquisadora ou o pesquisador.

2.1 A PESQUISA QUALITATIVA

Este projeto de pesquisa pretende, ao lado das acadêmicas, algumas evadidas e outras em acompanhamento pedagógico para integralização curricular nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, compreender a relação entre as questões de gênero ligadas principalmente à divisão sexual ou sexista do trabalho e aos processos de aproveitamento acadêmico e a evasão.

Para desenvolvê-lo, contei com a colaboração de acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular das licenciaturas noturnas do Centro de Educação, com minha orientadora, meus colegas da universidade e com as demais pessoas que compartilham comigo suas experiências e conhecimentos relativos ao problema. Também contribuíram muito para a compreensão da questão as minhas vivências cotidianas durante o período de trabalho e de convívio nesses espaços.

Esses elementos constituem e dão vida a esta pesquisa. Entretanto, uma pergunta parece ser central no início dessa discussão: o que é a pesquisa em educação? Na busca por essa resposta, primeiramente valho-me das palavras de Ghedin e Franco (2011, p.40-41), ao definir as especificidades da educação:

A educação é uma prática social humana, é um processo histórico, inconcluso, que emerge da dialética entre homem, mundo, história e circunstâncias. Sendo um processo histórico, não poderá ser apreendida por meio de estudos metodológicos que congelam alguns momentos dessa prática. Deverá o método dar conta de apreendê-la em sua natureza dialética, captando não apenas as objetivações de uma prática real concreta, mas potencialidade latente de seu processo de transformação.

A educação, como prática social histórica, transforma-se pela ação humana e produz transformações nos que dela participa. Dessa forma cabe a ciência da educação reconhecer que, ao lado das características observáveis do fenômeno, existe um processo de transformação subjetivo, que não apenas modifica as representações dos envolvidos, mas também engendra uma resignificação na interpretação do fenômeno vivido, o que ocasionará uma reorientação nas ações futuras. Será fundamental que o método abra espaço para que os sujeitos envolvidos tomem consciência do significado das transformações.

Cada vez mais, as maneiras como as pessoas significam o mundo à sua volta são consideradas elementos importantes para o(a) pesquisador(a), como bem apontam Lüdke e André (2012). Também já não há mais tanta necessidade ou preocupação com a comprovação de hipóteses definidas *a priori*.

Nessa perspectiva, a questão de pesquisa foi ganhando novos contornos à medida que o estudo avançava, permitindo um processo de produção de dados que foi capturando novos elementos.

Em consonância com essa abordagem de estudo, além de levar em consideração o contexto, houve a necessidade de capturar a perspectiva das participantes, isto é, a maneira como elas encaram a pesquisa, para trazer à tona questões geralmente veladas.

As autoras Lüdke e André (2012) também têm defendido que a pesquisa em Educação serve para dar visibilidade a problemas e configurações sociais e culturais veladas, construindo conhecimentos de realidades que poderão produzir soluções para determinados problemas. Esses aspectos remetem ao caráter social da pesquisa, especialmente em Educação, uma vez que esse tipo de pesquisa está conectado com as realidades sociais e comprometido com o caráter histórico dessas realidades. Não posso deixar de confessar que o problema detectado me afeta, ao ponto de investigar com mais profundidade os fatos, sempre com a esperança de contribuir de alguma forma para melhorar a situação.

Já Ghedin e Franco (2011) defendem que, para a compreensão dos fenômenos educacionais e configurações que o processo educativo assume para atender às novas demandas socioculturais, é necessário que novas formas de pesquisa sejam incorporadas ao fazer científico.

A escolha da metodologia a partir do problema é sempre um trabalho árduo, contudo ela é fundamental e determinante para traçar os caminhos da pesquisa e estratégias que objetivam se ocupar dos problemas que possam surgir, a partir do posicionamento do pesquisador. Segundo os referidos autores, a metodologia

influenciará na decisão acerca dos fundamentos epistemológicos que delineiam a investigação: como será a inserção no campo; a produção e análise dos dados; o posicionamento da pesquisadora ou do pesquisador diante do processo investigativo. Todos esses elementos demarcam o seu lugar e incidem sobre os resultados da pesquisa e, principalmente, sobre a forma como a(o) pesquisadora(o) lida com novos resultados.

Este estudo pretende não só ouvir as acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular, mas dar visibilidade a elas, para que possam falar sobre a oportunidade de cursar uma graduação e sobre como essa oportunidade é incorporada e vivenciada cotidianamente, averiguando as suas prioridades, responsabilidades e vontades e buscando produzir dados que auxiliem os cursos de graduação noturnos do CE a lidarem com as expectativas e necessidades de suas acadêmicas.

O diálogo com as acadêmicas que evadiram ou encontram-se em acompanhamento pedagógico para integralização curricular das licenciaturas noturnas do CE foi fundamental para identificar se o problema da evasão tem relação com questões de gênero, mais especificamente com a divisão sexual do trabalho. Foi possível investigar, portanto, se a sobrecarga resultante das responsabilidades assumidas com o cuidado das filhas e dos filhos, com o gerenciamento familiar¹³, com o trabalho doméstico, com o trabalho remunerado e com os estudos influenciaram e, em caso afirmativo, até que ponto influenciaram/determinaram a evasão.

Buscando evidências que esclarecessem essa relação, procurei produzir dados descritivos, obtidos pelo meu diálogo com as colaboradoras da pesquisa, sempre com a preocupação em retratar a perspectiva das últimas.

Corroborando minha escolha metodológica, reafirmo que o fundamento epistemológico que conduz esta pesquisa filia-se ao campo da metodologia qualitativa do tipo estudo de caso, reconhecendo que esta prioriza a qualidade dos dados em detrimento da quantidade e, como nas palavras de Ludke e André (2012, p. 13) “[...] enfatiza mais o processo do que o produto [...]”.

¹³ Por “gerenciamento familiar” entendo a situação em que as mulheres são responsabilizadas em manter a coesão familiar, atender as necessidades e sentimentos dos demais membros da família, como por exemplo, a responsabilidade de cuidar de um familiar doente.

No mesmo sentido, Melucci (2005) aponta alguns argumentos acerca da importância da qualidade nas pesquisas. Para o autor, as sociedades modernas valorizam cada vez mais as experiências individuais e, por conseguinte, as experiências cotidianas vividas nos espaços sociais dos quais fazem parte, sem se preocupar com visões universalistas. Também evidencia a complexidade dos fenômenos relativamente a questões culturais, econômicas ou sociais. Esse olhar só é possível mediante métodos de pesquisa que consideram mais a qualidade que a quantidade de dados.

2.2 O MÉTODO ESTUDO DE CASO

A utilização do método estudo de caso se coaduna perfeitamente à pesquisa que desenvolvo no campo da Educação. O objetivo é dialogar com acadêmicas evadidas ou que se encontram em acompanhamento pedagógico para integralização curricular das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, com a finalidade de compreender a relação entre a evasão e o baixo aproveitamento acadêmico e as questões de gênero ligadas à divisão sexual do trabalho.

É possível formular tal relação considerando o fato de que ainda hoje as mulheres são responsabilizadas quase que exclusivamente pelos cuidados dos(as) filhos(as) e pelos trabalhos domésticos, muitas vezes em detrimento de sua qualificação profissional. Para responder a essa questão de pesquisa, é necessário, portanto, saber: o acúmulo de responsabilidades decorrentes de uma divisão sexista do trabalho, típica de nossa sociedade patriarcal, pode causar a evasão nesses cursos?

No entanto, este estudo de caso envolve mais do que apenas conversar com as colaboradoras entrevistadas, é necessário conquistar sua confiança para encontrar pontos de vista, perspectivas e explicações plausíveis que respondam as dúvidas levantadas. Assim, explicam Lüdke e André (2012, p.18):

Os estudos de caso visam à descoberta. Mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. O quadro teórico inicial servirá assim de esqueleto, de estrutura básica a partir da qual novos aspectos poderão ser detectados, novos elementos ou dimensões poderão ser acrescentados, na

medida em que o estudo avance. [...] Essa característica se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente. Assim, sendo, o pesquisador estará sempre buscando novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do seu trabalho.

O método em questão privilegia um olhar ampliado do(a) pesquisador(a) sobre os vários elementos que constituem a vida das colaboradoras da pesquisa. Portanto, não é recomendado olhar para os fatos isoladamente, muito pelo contrário, é necessário levar em conta todo o contexto da situação investigada. Mais uma vez, fica clara a necessidade de não desconsiderar nenhum dado, por mais insignificante que possa parecer.

Assim, ao desenvolver esta pesquisa, não posso desconsiderar que as colaboradoras estão inseridas em um contexto social, cultural e histórico que possui influência determinante na forma como conduzem seus estudos e trabalhos, na maneira como se comportam diante das dificuldades e priorizam suas escolhas.

Com o intuito de promover sempre a reflexão, entendo ser pertinente citar Lankshear e Knobel (2008), pois, como investigadora, busco realizar um processo reflexivo que mantenha um cunho investigativo na tentativa de fazer emergir os pontos de vista do grupo investigado:

Não é simplesmente uma questão de “buscar algo que funcione”, mas de ter como propósito entender porque este algo funciona e como funciona, pensar sobre onde pode ou não funcionar e por quê”. [...] Isso envolve teoria, mas não só isso, significa, enxergar nossas conclusões e explicações como provisórias e corrigíveis, para estarmos abertos a entender mais ampla e profundamente, e de diferentes perspectivas, as questões, os problemas e os desafios (LANKSHEAR; KNOBEL 2008, p.19).

Portanto, a utilização deste método não pode se limitar à produção de dados por meio de um questionário simplesmente, afinal, está em jogo revelar a multiplicidade de dimensões presentes num determinado problema. Assim, foi necessário um diálogo genuíno para compreender o que as colaboradoras da pesquisa tinham a nos revelar. Nesses momentos, foi possível associar dados produzidos no estudo com dados que são fruto das minhas experiências pessoais e profissionais.

Entretanto, tão importante como escutar é descrever o que é falado. Essa descrição deve possibilitar a construção de uma leitura dos acontecimentos e a interpretação dos significados das ações e das narrativas dos(as) sujeitos(as)

(GEERTZ, 2008). Nesse ponto, não há como me isentar das experiências que vivi no meu ambiente de trabalho, da mesma forma como não posso desconsiderar meu olhar de mulher e estudante comprometida com o tema.

Sobre isso:

Uma vez identificados os elementos-chave e os contornos aproximados do problema, o pesquisador pode proceder a coleta sistemática de informações, utilizando instrumentos mais ou menos estruturados, técnicas mais ou menos variadas, sua escolha sendo determinada pelas características próprias do objeto estudado.

A importância de determinar os focos da investigação e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte é, pois, crucial para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada (LUDKE; ANDRÉ, 2012, p.22).

Nesta pesquisa esse processo é bastante complexo, considerando a proximidade que estabeleci com um dos cursos investigados. Além disso, para dar espaço e acolher da melhor forma os relatos, é necessário um olhar apurado para não correr o risco de banalizar as produções.

2.3 O CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, localizada no bairro Camobi, no município de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul.

A escolha por esses cursos deveu-se principalmente à minha participação no projeto “Formação Inicial em Educação Especial: conhecimento e análise dos indicadores de qualidade para uma avaliação institucional participativa no Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da UFSM”. Tal projeto teve como objetivo investigar uma situação preocupante que se repetia todos os semestres relacionada ao alto índice de evasão no curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, onde desenvolvi, no período de 2010 a 2016, a função de secretária. No desempenho desse papel, tive a oportunidade de travar contato direto com as necessidades e anseios das acadêmicas que, diante das mais diversas dificuldades, “optavam” pela evasão.

O curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno tem duração de nove semestres, ou seja, quatro anos e meio, e nele ingressam quarenta e cinco estudantes no segundo semestre letivo de cada ano. O número de formandas(os), entretanto, não atinge cinquenta por cento¹⁴ dos(as) ingressantes.

O curso de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno tem duração de dez semestres, o que corresponde a cinco anos, e nele ingressam quarenta e quatro estudantes no segundo semestre de cada ano, com número de formandas(os) também inferior a cinquenta por cento¹⁵.

Como eu participava de um projeto de pesquisa vinculado à coordenação do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, e como era secretária, tinha acesso aos dados de evasão e acompanhava casos de acadêmicas(os) que estavam com dificuldades de integralizar o currículo.

De posse desses dados, selecionei seis nomes de acadêmicas evadidas para convidá-las, através das redes sociais, para participar da pesquisa. Com as que manifestaram interesse, foi agendada individualmente uma entrevista presencial. O mesmo procedimento foi utilizado no curso de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno do Centro de Educação, com a ajuda da coordenação do curso, que me forneceu uma lista de nomes de acadêmicas evadidas e em acompanhamento pedagógico para integralização curricular que se enquadravam no perfil da pesquisa.

Pesquisar o próprio ambiente de trabalho, de acordo com Lankshear e Knobel (2008), proporciona ampliar perspectivas de reflexão pertinentes à própria prática profissional. Tais dados podem refletir padrões de aptidão para aprendizagem, associados, nesse caso, especificamente às questões de gênero como a divisão sexual do trabalho. Nessa situação, conseguir estabelecer uma distância crítica e avaliativa pode ser extremamente difícil. Assim, é necessário reconhecer e questionar os pontos de vista já formados, para melhor entender a prática profissional desempenhada, de modo a poder melhorá-la.

Tais autores defendem, ainda, que a pesquisa pedagógica desenvolvida no próprio trabalho propicia que os professores e professoras fiquem atentos ao seu método de ensino e que possam detectar o que faz com que as alunas e alunos

¹⁴ Este dado percentual foi construído a partir do Sie (Sistema de Informações Educacionais) da UFSM.

¹⁵ Este dado percentual foi construído a partir do Sie (Sistema de Informações Educacionais) da UFSM.

tenham um menor rendimento, podendo realizar mudanças criteriosas, colocá-las em prática e melhorar os resultados do ensino. Do mesmo modo, os(as) professores(as) em contextos similares àqueles em que a pesquisa tem mostrado sucesso podem adaptar essas abordagens produtivamente. Lankshear e Knobel (2008) também apontam que currículos padronizados subvertem a educação democrática e negam o princípio do respeito pela diversidade no plano das comunidades, das escolas e das(os) estudantes. Penso que esse posicionamento, também pode ser aplicado as práticas de gestão.

Por isso é tão importante dialogar com as acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular das licenciaturas noturnas, cursos que apresentam altos índices de evasão. É igualmente importante superar a produção de dados quantitativos e buscar produzir dados qualitativos, que forneçam subsídios para que se possa implementar ações ou estratégias que visem a melhoria da situação.

Ainda segundo Lankshear e Knobel (2008), a pesquisa pedagógica visa pesquisar as necessidades e interesses das(os) educadoras(es)/pesquisadoras(es), portanto, seus propósitos e objetivos devem fluir de questões, problemas ou preocupações autênticas¹⁶. Além disso, a maneira como essas questões e preocupações são tratadas deve atender às decisões e ideias do(a) pesquisador(a) ou do(a) educador(a) sobre o que é útil e relevante.

Após esses esclarecimentos, sinto que apesar de não mais exercer minha atividade profissional diretamente com os cursos onde desenvolvi a pesquisa, estou de certa forma atrelada a eles por um dia ter feito parte daquele ambiente. É em razão desse vínculo que fui instigada a lançar luz sobre o problema enfrentado no contexto onde estava inserida. Evidentemente, para que tal fosse possível, desenvolvi a pesquisa com a devida autorização institucional¹⁷, nos moldes dos documentos disponibilizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa¹⁸ da UFSM.

¹⁶ Pelas próprias pesquisadoras(es)/educadoras(es).

¹⁷ Projeto nº 047331, vinculado ao projeto nº 046140, registrado no Gabinete de Projetos do Centro de Educação da UFSM.

¹⁸ O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) é um colegiado integrado por representantes das unidades universitárias da UFSM. Foi criado nos termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas que, de uma forma ou de outra, envolvem seres humanos. Suas atribuições são de caráter consultivo, deliberativo e educativo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Comitê de Ética em Pesquisa**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

2.4 A PESQUISA COM AS ACADÊMICAS

As colaboradoras desta pesquisa formam um grupo de seis acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM. Este estudo foi desenvolvido considerando as colaboradoras pesquisadas como sujeitos sociais ativos e inseridos em um tempo e em um espaço.

O espaço, neste estudo, é especialmente a universidade, mais especificamente os cursos que as colaboradoras frequentam ou frequentaram: as licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM. No entanto, a casa que habitam e tantos outros espaços em que circulam são também relevantes nesta pesquisa, que investigou se as responsabilidades oriundas de uma cultura patriarcal atribuídas quase exclusivamente às mulheres podem prejudicar sua dedicação aos estudos e, em alguns casos, levar à evasão, pela sobrecarga de trabalho. Afinal, é nesses lugares, ao lado de seus pares e familiares, que construíram e constroem experiências significativas que as constituem como mulheres e estudantes.

A pesquisa envolveu certo número de desafios, como conquistar o interesse das participantes e, mais do que isso, dialogar, proporcionando a elas a oportunidade de expor aspectos intrínsecos atinentes ao problema. A mim, coube a necessidade de me despir de um olhar influenciado pelas minhas convicções como mulher, pelo contato com os cursos e com algumas das colaboradoras desta pesquisa.

Arelado a isso, outro desafio acompanhou o estudo aqui proposto: assumir uma postura que favorecesse o diálogo, ao invés de apenas ouvir para transcrever e depois analisar. Meu objetivo sempre foi compreender o que as colaboradoras queriam dizer ou trazer à tona, ficando atenta a todos os detalhes, pois sempre poderia surgir uma revelação que trouxesse a possibilidade de repensar práticas educativas mais conectadas com as realidades sociais, econômicas e culturais das acadêmicas dos cursos de licenciaturas noturnas do Centro de Educação.

Escutar, nesse sentido, é diferente de simplesmente ouvir e não está restrito a somente o que as colaboradoras da pesquisa expressaram através da fala, mas se manifesta também através do silêncio e das diferentes linguagens utilizadas na comunicação.

No momento da entrevista, foram apresentados às entrevistadas os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁹ e o Termo de Confidencialidade²⁰. Os termos foram assinados em duas vias, sendo uma devolvida. Também deixei claro que, se em alguns momentos elas viessem a se sentirem desconfortáveis com os registros realizados por mim, seu posicionamento seria respeitado.

As entrevistas foram realizadas no mês de junho de 2017, em locais e horários acertados com cada entrevistada individualmente. Durante esse período, foram feitos registros através da gravação e em seguida da transcrição das entrevistas, para posterior análise dos dados.

Ao final de cada uma das entrevistas, todas as seis colaboradoras manifestaram satisfação e alegria pela oportunidade de falar sobre suas vivências durante o curso. Também agradeceram o convite para participar da pesquisa e o interesse em ouvi-las.

Quadro 1 - Apresentação das Colaboradoras da Pesquisa

(continua)

Pseudônimo ²¹	Idade	Curso	Atuação Profissional	Filhos	Cor Pele	Situação Familiar
Esperança	44	LEEN ²²	Auxiliar de limpeza	3	P ²³	Divorciada
Lucy	33	LEEN	Atendente Comércio	1	B ²⁴	Casada

¹⁹ O TCLE consiste em um documento que tem o objetivo de informar e prestar esclarecimentos aos sujeitos participantes das pesquisas como uma maneira de eles sentirem-se à vontade para decidir sem constrangimentos sobre a sua participação nas pesquisas. Este documento está de acordo com a lei para proteção moral tanto do(a) pesquisador(a) quanto do(a) pesquisado(a), sendo que ambos assumem responsabilidade pela pesquisa. As suas informações precisam estar claras e ser de fácil entendimento ao leitor. O documento será redigido em duas vias, ambas assinadas pelo(a) pesquisador(a) e pelo(a) participante. Uma via ficará com o(a) pesquisador(a) e outra com o(a) participante.

²⁰ O Termo de Confidencialidade é um documento que assegura ao participante da pesquisa que as informações e dados produzidos durante serão utilizados somente para fins de pesquisa e que os nomes dos participantes não serão divulgados, sendo utilizados, para isso, nomes fictícios.

²¹ Nesta pesquisa identificarei as entrevistadas por meio de pseudônimos para preservar a sua identidade.

²² Licenciatura em Educação Especial –Noturno.

²³ A letra “P” corresponde a abreviatura da Palavra “Preta/Parda” referindo-se a cor da pele da colaboradora.

²⁴ A letra “B” corresponde a abreviatura da palavra “Branca” referindo-se a cor da pele da colaboradora.

Quadro 1 - Apresentação das Colaboradoras da Pesquisa

(conclusão)

Maria	41	PN ²⁵	Gerente comercial	3	B	Divorciada
Nicole	33	PN	Auxiliar de limpeza	1	P	Casada
Olívia	35	PN	Atendente Comércio e depois estagiária	1	P	Casada

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

2.5 A PRODUÇÃO DE DADOS

A produção dos dados empíricos para a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (MINAYO, 1994, p.57).

Um critério básico foi a disponibilidade de as colaboradoras participarem como voluntárias, partindo do entendimento de que, para a produção do conhecimento a partir do diálogo sobre o tema, todas as envolvidas precisavam sentir-se confortáveis e seguras.

Ao estabelecer o primeiro contato com o grupo de possíveis colaboradoras da pesquisa, selecionei seis entrevistadas, de acordo com sua disponibilidade, de forma a atender as seguintes categorias:

a) acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular que já eram mães antes do ingresso no curso;

b) acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular que se tornaram mães durante o período em que frequentaram o curso;

²⁵ Pedagogia Licenciatura Plena Noturno.

c) acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular que não têm filhos.

Nessa etapa, os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se um questionário base, que foi sendo desenvolvido de acordo com a disponibilidade e o interesse das colaboradoras em falar e desenvolver os assuntos relativos às perguntas.

O diálogo também era aprofundado à medida que surgia algum fato novo ou fora do contexto envolvido, mas relacionado ao tema da pesquisa. Ressalto, por exemplo, a narrativa da colaboradora Helena, que, ao falar sobre discriminação da mulher, denunciou que o preconceito que realmente sentia e lhe incomodava não era a de gênero e sim, a racial.

A adoção criteriosa de todos esses procedimentos significa que houve muito respeito com relação ao que se produziu nesta pesquisa e à forma como foi produzido. Devido a isso, foram utilizados métodos adequados e comprometidos com a realização de uma pesquisa séria e que respeitasse, acima de tudo, a posição das participantes, mesmo que para isso tenha sido necessário adaptá-la no decorrer da pesquisa.

Desenvolver as próprias ferramentas de coleta de dados implica criatividade e imaginação, uma vez que isso implica uma interpretação fiel, prática ou aplicada do conceito, da crença ou da teoria original. No caso formular o tipo de questão que realmente desperte o que determina o conceito ou teoria. Mesmo que se utilize ferramentas de coleta de dados já existentes, é necessário encaixá-las no conceito ou teoria e se pode ser implementada (LANKSHEAR; KNOBEL, 2008, p.19).

No primeiro momento, as entrevistas não foram separadas por grupo, apesar de serem realizadas com acadêmicas evadidas de dois cursos diferentes. A separação em grupos só foi necessária quando da análise de dados produzidos a partir de algumas questões específicas, relacionadas ao currículo de cada curso.

2.6 A ANÁLISE DOS DADOS

Realizadas as entrevistas, dados produzidos, parti para uma nova e importante etapa, a análise e interpretação dos dados. Gil (2008) destaca que no estudo de caso esse processo deve-se dar simultaneamente à coleta, o que foi implementado

nesta pesquisa, para evitar que se perdessem detalhes. Quando se fala em análise, implica considerar que:

[...] analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. (LÜDKE; ANDRÉ, 2012, p.53).

Após cada entrevista, procurei transcrevê-las o mais breve possível e partir para análise dos dados produzidos, organizando o material a ser utilizado por eixos de sentido, indicados a partir das perguntas elencadas em um questionário base.

Essa organização só foi possível, devido o nível de esclarecimento que as falas apresentaram, em relação a questão de pesquisa, assim, optei por não categorizá-las, aproveitando o máximo das narrativas, que traziam também outras questões relevantes.

A análise dos dados foi realizada a luz do referencial teórico utilizado durante o estudo, buscando compreender o problema de pesquisa.

Análise final: Neste momento, procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos. Assim, promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática (MINAYO, 1994, p.78-79).

Como um dos objetivos desta pesquisa é formular ações e estratégias voltadas à gestão da permanência, acredito que as narrativas das colaboradoras são fundamentais para o estudo.

A separação em grupo das entrevistadas do curso de Pedagogia Noturno e do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno só foi necessária nas respostas relacionadas à gestão e à orientação curricular dispostas no Projeto Político Pedagógico de cada curso. As demais questões foram analisadas levando em consideração um único grupo, formado pelas acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular das licenciaturas noturnas do Centro de Educação.

Quadro 2 - Quadro metodológico da pesquisa

METODOLOGIA	Pesquisa qualitativa Estudo de caso
TEMA	Gestão da permanência de acadêmicas em cursos de formação docente: uma questão de gênero
PROBLEMA	As questões de gênero ligadas à divisão sexual do trabalho interferem nos processos de aproveitamento acadêmico, permanência ou evasão nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM?
OBJETIVO GERAL	Compreender a relação entre as questões de gênero ligadas à divisão sexual do trabalho e aos processos de aproveitamento acadêmico, permanência ou evasão nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	a) aprofundar questões relativas a gênero, divisão sexual do trabalho e patriarcado, relacionando-as com o aproveitamento acadêmico; b) identificar como as participantes da pesquisa percebem as relações entre o trabalho doméstico, trabalho profissional remunerado e a formação acadêmica; c) formular ações e estratégias voltadas à gestão da permanência das acadêmicas das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM.
PRODUÇÃO DOS DADOS	Realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com acadêmicas evadidas ou em acompanhamento pedagógico para integralização curricular dos cursos de Pedagogia Noturno e Licenciatura em Educação Especial Noturno do Centro de Educação.
ANÁLISE DE DADOS	Análise Qualitativa.

Fonte: Construído pela autora.

3 A CONDIÇÃO FEMININA

*“Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem,
e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher”
(Pitágoras).*

Neste capítulo estão tecidas as concepções e teorias de autoras e autores que embasam e ajudam a construir esta pesquisa. Início fazendo uma breve reflexão acerca do conceito de gênero como concebido por Joan Scott (1995). Na sequência, passo a tratar da condição feminina, considerando aspectos históricos provenientes de questões como a influência do patriarcado nos dias de hoje, baseando-me em Heleieth Saffioti (2004), Michelle Perrot (2016), Mary Wollstonecraft (2015), Patrícia Rocha (2009), entre outras(os). Em seguida, busco discutir os conceitos relativos à divisão sexual do trabalho com enfoque especial no trabalho doméstico, a partir de Acelí de Assis Magalhães (2001), Luis Miguel e Flávia Biroli (2014), Mirla Cisne (2015), Elisabeth Badinter (1985), Angela Davis (2013), entre outras(os), considerando que esses conceitos podem contribuir para uma melhor compreensão da atual condição da mulher na sociedade, principalmente com relação à sua inserção no mercado de trabalho, à dedicação aos estudos e à carreira profissional.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO “GÊNERO”

Nas palavras de Joan Scott (1995, p.75), em determinado período histórico, “gênero” foi considerado sinônimo de “mulheres”, mas esse termo tem uma conotação mais objetiva e neutra do que o termo “mulheres”, incluindo-as, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça”. Em outras palavras, o termo gênero foi utilizado, a princípio, como forma de camuflagem, deixando o termo “mulheres” menos evidente.

Contudo, a autora alerta que não podemos nos ater a essa interpretação limitada. De acordo com Scott (1995, p.76): “‘Gênero’ é um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica, mas não tem poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes”. Assim, além de um substituto para o termo “mulheres”, “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos.

Com o intuito de introduzir uma noção relacional em seu vocabulário analítico para produzir estudos sobre mulheres e homens em termos recíprocos e não mais de forma separada, as feministas americanas passaram a utilizar o termo “gênero”, como podemos verificar na explicação a seguir:

[...] o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamental social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 72).

Desenvolver a noção de gênero como uma categoria de análise implica redefinir uma nova história, não uma história de mulheres, separada da história política e econômica dos homens. Segundo Scott (1995), é necessário compreender a importância dos grupos de gênero no passado histórico, encontrar seu sentido e entender como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.

O que se busca hoje, com base nos conhecimentos relatados pela autora, não é reproduzir a história dos(as) “oprimidos(as)”, no caso (mulheres), mas sim analisar o sentido e a natureza da opressão, ou seja, fazer uma análise que leve à mudança, deixando para trás as generalizações redutivas sobre as mulheres.

De acordo com Ana Colling (2004), não se trata de inverter a ordem falocêntrica, como já alertou Jacques Derrida, uma vez que não existe uma metodologia da desconstrução, mas analisar levando em conta o contexto, revertendo e deslocando a construção hierárquica da oposição binária, em vez de aceitá-la e reproduzi-la como parte da natureza das coisas. Colling destaca, ainda, as palavras de Scott (1995, p.84): “Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual”. Guacira Louro reforça esse posicionamento ao argumentar:

Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 2012, p.25-26).

Segundo Colling (2004), “gênero” tem sido o termo utilizado para teorizar a questão sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos

homens para entender a construção e a organização social da diferença sexual. A ideia de gênero como uma diferença baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. Falar em gênero, em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, mas é resultado de uma construção simbólica.

Joan Scott, idealizadora do conceito de gênero, colocou o fenômeno do poder no centro da organização social de gênero ao afirmar:

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas como aos rituais e tudo o que constitui as relações sociais [...] o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa da qual a organização social poderia derivar; ela é antes, uma estrutura social imóvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998, p.15 apud COLLING, 2004, p.29).

Nesta pesquisa, discuto questões relacionadas a gênero a partir de uma atividade que, pela tradicional divisão sexual do trabalho, em geral é responsabilidade das mulheres: o trabalho doméstico. A escolha do tema parte da hipótese de que o trabalho doméstico, muitas vezes, conciliado com o trabalho remunerado, prejudica as atividades acadêmicas das estudantes das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, podendo levar muitas vezes à evasão.

Este projeto tem como título: “Gestão da permanência de acadêmicas em cursos de formação docente: uma questão de gênero”. O termo “gênero” é tratado aqui como expressão culturalmente determinada da diferença sexual. Além disso, é entendido também como constituinte do sujeito, superando a ideia de mero desempenho de papéis naturalmente femininos e masculinos, ou seja, os papéis sociais não são naturais, mas produzidos culturalmente.

Portanto, desenvolvo este trabalho considerando a história como processo e admitindo o conceito de gênero de Joan Scott como categoria geral para toda a história, sem menosprezar o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, como defende Heleieth Saffioti (2004).

3.2 MULHERES: UM BREVE OLHAR PELO VIÉS DA HISTÓRIA

Com base nas leituras das(os) autoras(es) acima citadas(os), entre outras(os), pode-se compreender que a história das mulheres é pautada em condições que traduzem costumes patriarcais, como a submissão do sexo feminino ao masculino, com papéis diferentes e fronteiras bem definidas. Nessas condições, as mulheres são responsabilizadas pela educação dos filhos, pela coesão familiar e principalmente pelos afazeres domésticos. Enquanto isso, os homens, encarregados de manter o sustento da família, são isentos da responsabilidade dos trabalhos domésticos e da criação dos filhos, apenas ajudando a mulher em algumas situações.

No momento em que as mulheres começaram a ter maior participação no ambiente público, saindo do ambiente privado das casas para buscar um mercado formal de trabalho e, principalmente, quando conquistaram o livre acesso ao ensino superior, as relações começaram a se modificar. Com a ideia de progresso, as mulheres aos poucos foram conquistando novos espaços, mas sempre cercadas de desconfiança e discriminação.

Contudo, existem registros que comprovam que a mulher nem sempre foi socialmente submissa ao homem. De acordo com Rocha (2009), a arqueologia, através de seus métodos e técnicas, comprovou que nos períodos paleolítico e neolítico a mulher exercia grande poder social. O mistério da procriação protegia a condição feminina. Segundo a autora, a deusa-mãe reinou desde o fim do período paleolítico até o início da idade do bronze, tido como um período pacífico de comunhão entre homens, mulheres e natureza. O sexo feminino era reverenciado por sua capacidade de reprodução, mas não havia sinais de que a posição dos homens fosse de subordinação em relação às mulheres.

Entretanto, todo o prestígio outorgado às mulheres pela crença na autossuficiência da concepção foi devastado ao se descobrir que a participação do homem no ato da concepção era imprescindível. Nas palavras de Rocha (2009, p.47), o impacto dessa descoberta transformou o homem de parceiro igualitário em opressor. “De posse de sua força física e conhecedor de seu poder na concepção, o homem partiu para uma era de conquistas, e a mulher, de companheira, passou a ser sua propriedade [...]”, instalando-se assim o sistema patriarcal²⁶.

²⁶ Nesta pesquisa trabalho com a ideia de sistema patriarcal ocidental, uma vez que esse sistema assumiu contornos e características diferentes nas diversas regiões do planeta onde vigorou.

3.2.1 O Sistema Patriarcal

De acordo com Rocha (2009), presume-se que o início desse sistema coincide com a idade dos metais, mais especificamente com a descoberta do ferro, entre 6.000 e 5.000 a.C. O domínio da técnica de fundição desse metal foi um grande avanço tecnológico e seu manuseio despertou no homem um espírito bélico que se concretizou com a conquista de novos territórios por meio de expedições de guerra, fazendo de seus habitantes escravos²⁷.

Iniciava, então, a era do patriarcado, regime social em que o patriarca exerce autoridade preponderante sobre suas propriedades. Delphy (2009, p.171 apud CISNE, 2015, p.73) entende que “[...] na acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens”. Embora o patriarcado assuma contornos diferentes no mundo todo, algumas características permanecem as mesmas em todas as regiões, Nesta pesquisa, adoto a concepção ocidental de patriarcado.

Nesse sistema, as relações sociais passam a ser pautadas na superioridade masculina e no direito dos homens sobre as mulheres, filhos, escravos e demais bens ligados à produção; surge a instituição dos casamentos, a descendência e as regras de sucessão passam a ser delineadas pelo lado masculino. O homem passou a ocupar a posição superior e a mulher a posição inferior em relação ao poder e ao valor nas relações sexual, conjugal, familiar e social.

Todas(os) as(os) autoras(es) acima elencadas(os) concordam em um ponto: nesse regime social, a mulher deveria ser submissa, dócil, frágil e corresponder incondicionalmente às expectativas masculinas, para em troca receber proteção e sustento dos homens, “seres superiores e dominadores”.

Para Rocha (2009, p.17), “[...] a ideologia patriarcal colocou em oposição homens e mulheres, fundamentando-se na divisão sexual das tarefas e no controle

²⁷ “Quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta, já que dispõem, em média, de mais força física que as mulheres, sendo, ainda, treinados para enfrentar perigos. Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologia rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. Aí estão as raízes do sexismo, ou seja, tão velho quanto o racismo” (SAFFIOTI, 2004, p.124-125).

da sexualidade feminina” [...], para garantir herdeiros legítimos. Um sistema tão forte que determinou as práticas de ser, sentir e pensar da humanidade.

Já Saffioti (2004) defende que o surgimento da propriedade privada serviu de base estruturante para o patriarcado e sua consolidação histórica. Bem diferente do que prega a ideologia segundo a qual a subordinação da mulher existe desde os primórdios da humanidade, o patriarcado é resultado de um processo histórico. Esclarece a autora: “Devido à resistência das mulheres, os homens tiveram que lutar cerca de dois milênios para consolidá-lo como sistema”.

Saffioti (2004) defende ainda que o patriarcado seja um conceito de ordem política, pois deixa propositadamente explícito o vetor dominação-exploração, e propõe que seu controle se exerce pela implantação do medo.

Segundo Rocha (2009), as mulheres nasciam com o destino traçado, num sistema caracterizado pelo autoritarismo, negando-lhes liberdade pessoal. Eram educadas para corresponder aos papéis de filhas obedientes, esposas zelosas, boas donas de casa e mães dedicadas em tempo integral. Triste e silenciosamente, durante muito tempo, boa parte das mulheres se submeteu (e ainda se submete) a essa lógica.

Vários mecanismos foram utilizados no decorrer da história para naturalizar e sedimentar às práticas do sistema patriarcal. Em seu livro “As máscaras de Deus – mitologia ocidental”, Campbell (2004) defende que essas tradições foram sendo reproduzidas ao longo da história e chegaram até nós principalmente pelo Antigo e Novo Testamentos e pelos mitos gregos.

Com base nos estudos de Campbell, Rocha (2009) afirma que a tradição judaico-cristã instituiu um sujeito humano à imagem e semelhança de um Deus masculino. Para solidificar essa concepção, formou-se a imagem de uma mulher, “Eva”, dotada de menor capacidade que o homem, “Adão”. Segundo essa tradição, Eva traiu a Deus e influenciou Adão a fazer o mesmo, selando, com isso, o destino das mulheres, e recebendo como castigo as dores do parto e a obrigação de servir ao homem. Solidificado sobre esses alicerces, instalou-se o patriarcado da nova era. A Bíblia, interpretada de forma misógina e machista, determinou que, a partir da vontade de Deus, estabeleceram-se os papéis sociais masculino e feminino. As mulheres, silenciadas, passaram a viver sua culpa, fruto da ousadia e da desobediência de Eva.

Esse silêncio trouxe consequências tão devastadoras que ainda hoje produz efeitos na vida das mulheres. A historiadora Michelle Perrot (2016) destaca algumas passagens históricas que reforçam esse estigma. Como exemplo, cita Busseau (PERROT, 2016, p.23): “Eva é infeliz e maldita em todo o seu sexo”; “Cabe às mulheres lembrar-se de sua origem”. Em outra passagem, cita o apóstolo Paulo, que parece não ter entendido bem os ensinamentos de seu mestre, na Primeira Epístola a Timóteo, e, em suas pregações, prescreve o silêncio às mulheres. O resultado disso tudo conhecemos muito bem: o silêncio imposto às mulheres e silêncio da história sobre as mulheres.

[...] enquanto se consumava o patriarcado, a trajetória feminina se fez de filha de “Eva”, humilhada como pecadora e aliciadora do mal, para filha de “Maria”, valorizada como modelo de perfeição, cujas virtudes eram a obediência, o silêncio e a abdicação, sempre atendendo aos preceitos masculinos (ROCHA, 2009, p. 50).

De acordo com Rocha (2009), a ideologia patriarcal foi tão fortemente naturalizada que prescreveu um modo de existência para a civilização humana. Essa estrutura reforçou a sujeição física e mental, restringiu a sexualidade e cerceou a liberdade feminina, tirando-lhe o direito até mesmo sobre o próprio corpo. O patriarcado, fortalecido pelos ideais religiosos, interpretou os papéis sociais e suas relações de forma a colocar a mulher como propriedade do homem, numa posição submissa, restringindo a existência feminina.

A educação judaico-cristã foi, segundo a autora, extremamente alçoz do sexo feminino. Usando medidas repressoras, praticamente anulou o papel da mulher na história e, por meio da devastadora Inquisição²⁸, assegurou a preservação do patriarcado durante séculos, perseguindo e queimando em praça pública as mulheres que ousassem pensar e agir livremente.

Para justificar a hierarquia do masculino sobre o feminino como natural e criada por Deus, a Igreja usou de imensa barbárie nesses séculos de ferro. Segundo Perrot (2016), as mulheres protestantes eram mais emancipadas que as católicas. A Reforma Protestante fez da leitura da Bíblia uma obrigação de cada indivíduo,

²⁸ A Inquisição ou Santa Inquisição foi uma espécie de tribunal religioso criado na Idade Média para condenar todos aqueles que eram contra os dogmas pregados pela Igreja Católica A SANTA Inquisição. **Infoescola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/a-santa-inquisicao/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

homem ou mulher, e dessa forma contribuiu para desenvolver a instrução das meninas e mulheres.

O Renascimento, iniciado no século XV, com seu ápice no século XVI, foi um elo da cadeia de transmissão entre a Idade Média e a Moderna. De acordo com Rocha (2009), maravilhadas com as ideias renascentistas e esperançosas por tempos melhores, as mulheres foram à luta durante esse período, mas viram as mudanças chegarem apenas para os homens. Para elas, esse movimento trouxe normas de conduta que reforçavam ainda mais o culto à domesticidade feminina e o confisco dos poucos direitos até então conquistados, como o estudo e o exercício de alguns ofícios.

“Os homens queriam suas mulheres em casa procriando e cuidando de suas propriedades”, afirma Rocha (2009, p.100). Isso, associado aos ecos medievais de religiosos que consideravam a mulher um ser naturalmente inferior, destinada a obedecer aos homens, resultou em um retrocesso da condição feminina. Quando percebeu que seus domínios não eram mais tão inquestionáveis como antes, a Igreja reagiu violentamente. Foi no Renascimento, mais especificamente no século XVI, que se deu o momento mais sangrento da Inquisição.

As mulheres, muitas das quais tachadas como feiticeiras, foram as grandes vítimas do “caça às bruxas”. O que se entende por essa figura, segundo a historiadora Michelle Perrot (2016, p. 90), é: “A feiticeira é filha e irmã do diabo. Ela é o diabo, seu olhar mata: ela tem mau-olhado. Tem pretensão ao saber. Desafia todos os poderes: o dos sacerdotes, dos soberanos, dos homens, da razão”.

Chama a atenção, na citação de Perrot, um dos crimes das “perversas” feiticeiras: ter pretensão ao saber, ideia inadmissível para uma mulher. Na sequência, a autora destaca os primeiros “fogos” de um “incêndio” que viria a abrasar a Europa dessas mulheres – segundo ela, os bodes expiatórios da modernidade:

Elas foram maciçamente presas e queimadas, principalmente na Alemanha, na Suíça e no leste da França atual (Lorena, Franche-Comté), mas também na Itália e na Espanha. Estima-se em cem mil o número das vítimas, sendo 90% de mulheres. A onda de repressão iniciada ao final do século XV, e da qual Joana d’Arc, de certo modo, foi vítima, exacerbou-se nos séculos XVI e XVII. Fato desconcertante, pois coincide com o Renascimento, o humanismo, a Reforma (PERROT, 2016, p.89).

Assim justificava-se esse “incêndio”, como explica Perrot:

Desde a noite dos tempos pesa sobre a mulher um interdito de saber cujos fundamentos foram mostrados por Michèle Le Doeuff. O saber é contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é o apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso (PERROT, 2016, p. 91).

Rocha (2009, p.101) destaca, ainda, que: “Os renascentistas criticaram a Idade Média e rotularam-na como ‘Idade das Trevas’, mas nas trevas permaneceu o sexo feminino, excluído das renovações renascentistas”. No que concerne à mulher, é válido ter em mente o que diz a historiadora Michelle Perrot (2016, p.23): “As Luzes e a ciência nem sempre são as melhores conselheiras”.

No decorrer da sua trajetória, motivadas pelos filósofos iluministas franceses, as mulheres²⁹ participaram ativamente da Revolução Francesa, de acordo com Rocha (2009), convictas de que os direitos a serem conquistados com a revolução estender-se-iam a ambos os sexos, acreditando que havia chegado a grande oportunidade de emancipação.

Entretanto, com o término dos conflitos, veio a triste realidade. Excluídas da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, foram-lhes negados o espaço público e o estatuto de cidadãs. Foram também traídas pelo filósofo iluminista que inspirou ideologicamente a Revolução Francesa, Jean-Jacques Rousseau, que, não só negou a possibilidade de igualdade entre os sexos, como também defendeu, em sua obra “Emílio ou da Educação³⁰”, que as mulheres eram naturalmente inferiores e que deveriam ser educadas para servir o homem como boas esposas.

Em relação a isso, entendo ser conveniente trazer aqui uma citação de Elisabeth Badinter, que julgo das mais brilhantes:

²⁹ Com base em Jostein Garden, Rocha (2009, p.116) argumenta: “Cito em especial Olympe de Gouges. Em 1791, publicou uma ‘Declaração dos Direitos da Mulher’ tendo em vista que a ‘Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão’ não dedicavam muito espaço aos direitos naturais da mulher. Ela reivindicava para as mulheres exatamente os mesmos direitos do homem. Como resultado de sua luta foi decapitada em 1793 e as mulheres proibidas de toda e qualquer atividade política.”

³⁰ De acordo com Rocha (2009, p.125) em “[...] Emílio ou da Educação (1762, p.1302-1331), Rousseau escreveu que as meninas deveriam ‘ser acostumadas cedo à restrição’ ‘conhecer seus deveres’(domésticos), ‘amar esses deveres’ e aprender a ‘suportar injustiças até mesmo da... mão [de seu marido]’ porque qualquer desejo de liberdade ‘somente multiplicaria o sofrimento da esposa e os maus tratos do marido’”. Assim diz Rousseau: “Toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradá-los, ser-lhes úteis, fazer-se amar e honrar por eles, criá-los, cuidar deles depois de crescidos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida agradável e suave: eis os deveres das mulheres em todos os tempos, e o que deve ensinar-lhes desde a infância” (PERROT, 2016, p. 92).

[...] Freud repetia o erro metodológico cometido por Rousseau no *Émile*. Ambos pensavam descrever a natureza feminina e, na realidade, não faziam mais do que reproduzir a mulher que tinham diante dos olhos (BADINTER, 1985, p.333).

No mesmo sentido, Perrot (2016) indaga se efetivamente teria havido um Renascimento para as mulheres, uma vez que esse movimento reforçou seus deveres de beleza e a exigência física da feminilidade, afirmando:

A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas (PERROT, 2016, p.17).

A “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, dessa forma, pode ser vista como uma obra contraditória: que documento tão revolucionário era esse que excluía pelo menos metade da população dos direitos políticos? Embora a Revolução Francesa tenha trazido uma ruptura com costumes que não reconheciam direitos às mulheres, apenas alguns direitos civis foram estendidos ao sexo feminino.

Distante dos muitos sofismas renascentistas, nessa época, destaco Mary Wollstonecraft, filósofa e escritora inglesa. Em sua brilhante obra “Reivindicação dos direitos da mulher³¹”, de 1792, ela não só contestou o “pai da Revolução Francesa”, Jean-Jacques Rousseau, como também defendeu que as mulheres não eram naturalmente inferiores aos homens, e que a fonte dos problemas das mulheres é a negligência em se oferecer uma educação satisfatória a elas.

A mãe que deseja dar a verdadeira dignidade de caráter à sua filha, deve, não obstante o escárnio da ignorância, proceder em um plano diametralmente oposto ao que Rousseau recomendou com todos os charmes iludidos da eloquência e dos sofismas filosóficos: pois sua eloquência torna absurdos plausíveis, e suas conclusões dogmáticas confundem, sem convencer, aqueles que não tem habilidade de refutá-las (WOLLSTONECRAFT, 2015, p.69).

³¹ Também nominado de “Defesa dos direitos da mulher” “[...] a obra é dedicada a Charles M. Talleyrand-Périgord, cuja opinião sobre a educação feminina em seu Relatório sobre o ensino público à Assembleia Nacional da França –*Rapport sur L’instruction Publique* (1791) - não agradou à autora. Ela queria influenciar Talleyrand a reconsiderar suas ideias a respeito dos direitos das mulheres e da educação nacional (tema do penúltimo capítulo do livro)” (WOLLSTONECRAFT, 2015, p. 12).

Num período em que ainda coexistiam a ideia aristotélica de que as mulheres não tinham alma e as afirmações de Rousseau, segundo as quais elas eram incapazes de pensar abstratamente, a obra de Wollstonecraft desejou inspirar uma revolução no comportamento feminino. Ela defendia a conquista de maior independência financeira e a assunção de obrigações e atividades na esfera pública, ao afirmar que as criaturas humanas, homens e mulheres, foram postas na Terra para desenvolverem suas faculdades, ou seja, as mulheres também deveriam receber educação para tornarem-se cidadãos.

A autora também propunha a união da educação pública e privada com uma estrutura mais participativa e democrática, defendia que meninos e meninas deveriam receber a mesma educação para desenvolver suas forças física e mental, sendo separados depois de certa idade a partir de suas habilidades, porque, para Wollstonecraft (2015, p.232): “[...] a única educação que merece enfaticamente ser chamada de cultivo da mente é aquela que ensina os jovens como começar a pensar”. No mesmo sentido:

Eu não sonho, da mesma maneira, em insinuar que tanto meninos ou meninas sejam sempre escravos, eu apenas insisto que, quando são obrigados a se submeter cegamente à autoridade, suas faculdades são enfraquecidas, e seus temperamentos tornados imperiosos ou abjetos (WOLLSTONECRAFT, 2015, p. 222).

Badinter (1985, p.30), ao falar sobre o reinado da autoridade paterna e marital, destacou três discursos que se entremeavam e se auxiliavam para justificar o princípio da autoridade masculina, que determinava a obediência irrestrita das mulheres aos homens: “[...] o de Aristóteles, que demonstrou ser a autoridade natural, o da teologia, que afirmou ser ela divina, e finalmente o dos políticos, que a pretendiam divina e natural, ao mesmo tempo”.

Segundo Badinter (1985, p.31), Aristóteles foi o primeiro a justificar, do ponto de vista filosófico, a autoridade masculina. O princípio que sustentava toda sua filosofia política era assim enunciado: “[...] a autoridade do homem é legítima porque repousa na desigualdade natural que existe entre os seres humanos”.

Para refletir a esse respeito, Colling (2004) afirma que o processo de subjetivação que ocorre nos corpos e nas almas de mulheres e homens é fruto de um contexto social, por isso não podemos falar que existe uma natureza feminina,

mas uma construção cultural em que, durante séculos, as mulheres foram designadas como seres incapazes de abstrair e de pensar.

De acordo com Rocha (2009), com o fim da sanguinária Inquisição, nos últimos dois séculos, o romantismo assumiu o papel protagonista na preservação do patriarcado. Com enredo sedutor de conto de fadas, a construção social do amor Romântico passou a ser sinônimo de felicidade conjugal, vendendo a imagem do homem, forte, másculo, ativo, poderoso e protetor e da mulher feminina, passiva, frágil, dependente e protegida, que hoje ganha contornos atuais, representados pelas princesas dos contos de fadas, que ainda encantam as meninas.

Wollstonecraft (2015) tinha repulsa à tolice feminina, que incluía a cultivação da delicadeza física e tornava as mulheres criaturas da sensação. Defendia que a falta de uma boa educação era a causa da ignorância e da subordinação de toda mulher.

[...] desejo persuadir as mulheres a se empenharem a adquirir força, tanto na mente quanto no corpo, e as convencer de que as frases tenras, a susceptibilidade do coração, a delicadeza do sentimento e o refinamento do gosto são quase sinônimos dos epítetos da fraqueza (WOLLSTONECRAFT, 2015, p. 27-28).

O papel que o Romantismo cumpre para perpetuar as desigualdades de gênero é ressaltado em Rocha (2009, p.29), quando a autora destaca que as mulheres foram treinadas para a subserviência e, ainda hoje, muitas mulheres acreditam na fragilidade como forma de demonstrar delicadeza e na necessidade de proteção masculina. “Temendo comportamentos não femininos, portanto, não atraentes ao sexo masculino, a mulher evita situações de confronto com o sexo oposto e preferem ocupar posições mais tímidas”.

Para a mulher moderna, há um árduo e doloroso conflito entre o seu desejo por liberdade e a ilusão de segurança que a conformidade com as regras do patriarcado lhe promete. Além disso, as novas conquistas femininas vêm acompanhadas de mais responsabilidades, o que gera insegurança e a necessidade de assumir um comportamento mais ativo, em confronto com o conceito de feminilidade que interiorizamos durante séculos de patriarcado.

Wollstonecraft, em 1792, já chamava a atenção para essa triste realidade: “As mulheres são de fato escravizadas pelos homens, mas recebem tanta atenção que preferem manter-se assim” (WOLLSTONECRAFT, 2015, p.15). Tal citação me

remete a uma frase de autoria desconhecida que diz: “Há no homem (e na mulher) um desejo imenso pela liberdade, mas, um medo ainda maior de vivê-la”. Assim, através de mecanismos sociais e políticos sofisticados, a escravidão feminina é ressignificada podendo até mesmo transmitir uma falsa ideia de liberdade, como na conhecida expressão que coloca a mulher como “rainha do lar”.

O primeiro grande salto em busca da igualdade social, política, cultural e econômica entre os sexos, segundo Rocha (2009), data do século XVIII, através das pensadoras iluministas que defendiam a educação feminina. Aos poucos, suas ideias saíram do papel e foram tomando forma concreta. Obviamente proibidas na época pela sociedade patriarcal, essas ideias penetraram no recluso abrigo feminino e, de maneira informal – ou melhor, às escondidas –, “arrancaram” a mulher da ignorância. Como bem defende a autora, ninguém detém a força transformadora do conhecimento; sabedoras de seu poder, as mulheres foram à luta para conquistar o direito de frequentar escolas e, posteriormente, universidades.

Há pouco mais de cinquenta anos, duas descobertas poderosas enfraqueceram irreversivelmente a ideologia patriarcal, segundo Rocha (2009). A primeira foi o avanço tecnológico, que criou eletrodomésticos capazes de reduzir o tempo despendido com os trabalhos domésticos. Com mais tempo livre, as mulheres puderam se dedicar mais aos estudos e ao trabalho remunerado, libertando-se do ambiente exclusivamente privado do lar. Contudo, essa mudança não se deu de forma hegemônica: a grande maioria das mulheres brasileiras, infelizmente, não teve acesso a esses bens, que foram mais difundidos na Europa e Estados Unidos.

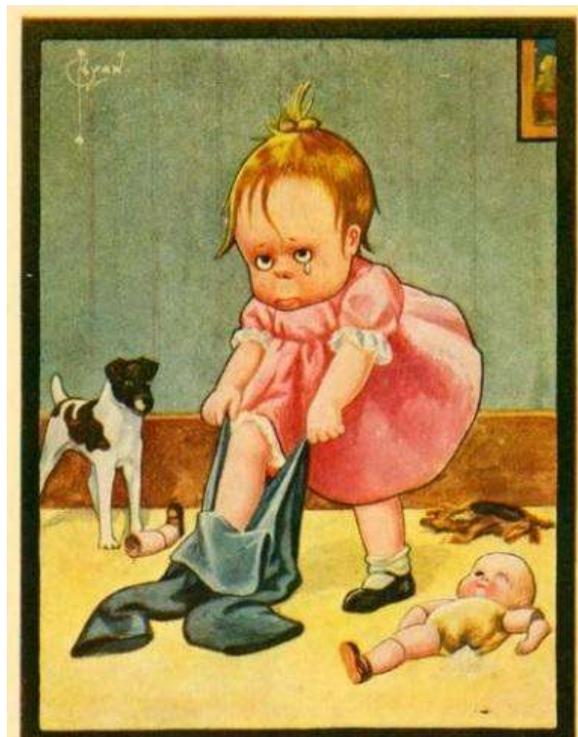
Angela Davis (2013), entretanto, discorda dessa posição ao defender que apesar da proliferação de “engenhocas para a casa”, o trabalho doméstico continuava a consumir milhares de horas anuais da maioria das mulheres.

A segunda descoberta revolucionária, no entender de Rocha (2009), foi o desenvolvimento de métodos anticoncepcionais eficazes e acessíveis à população, que libertaram as mulheres da gravidez indesejada, dando a mulher o controle do próprio corpo, causando uma ruptura positiva e transformadora na história da humanidade. Para Perrot (2016), a livre contracepção é provavelmente o acontecimento mais importante, o que mais abalou as relações entre os sexos e começou a “dissolver” a hierarquia entre eles.

Paralelamente a essas conquistas, a pressão do Movimento Feminista contribuiu muito para a luta das mulheres. Mesmo mudando seus contornos ao

longo de sua trajetória, esse movimento foi fundamental na conquista do espaço a que as mulheres tinham direito. Inicialmente, o feminismo assumiu uma postura mais agressiva, masculinizada, inflexível, pretendendo a igualdade entre os sexos. Afirma Colling: “Para alcançar a categoria de sujeito livre era necessário ser igual ao modelo de sujeito livre – o homem” (COLLING, 2004, p.30).

Figura 1 - A primeira ideia de igualdade de gênero



Fonte: 20 Postais Propagandas De 1900 A 1914 Que Mostram Como O Machismo Foi Disseminado. Portal Raízes. Disponível em: <<http://www.portalraizes.com/coleccionadora-expoe-postais-machistas/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Essa postura criou um conflito paradoxal com relação aos paradigmas socioculturais rígidos e preestabelecidos pelo patriarcado. Felizmente esse paradoxo repercutiu positivamente na renovação desse movimento, que passou a assumir uma postura mais flexível, voltada ao respeito às diferenças naturais entre os sexos: “[...] diferentes sim, inferiores jamais” (ROCHA, 2009, p.20).

Adoto, nesta pesquisa, a concepção de que homens e mulheres jamais serão iguais, assim como cada homem e cada mulher são diferentes entre si. Nós, mulheres, somos diferentes e queremos ser respeitadas em nossas diferenças. O

que não podemos permitir é que essas diferenças se consolidem em uma hierarquia e que sempre favoreça o masculino.

Conforme Colling (2004), o pensamento feminista da diferença situa-se no campo da pós-modernidade com o surgimento da multiplicidade, da heterogeneidade e da pluralidade e não mais na oposição e na exclusão binária. A autora ressalta a necessidade de se utilizar, na pesquisa sobre a diferença dos sexos a noção de “desconstrução” proposta por Jacques Derrida:

Não é na diferença que reside o problema. A questão está no modo como elas são hierarquizadas. Fruto desta hierarquia, as mulheres aparecem como algo diferente e inferior aos homens e diferença não deve significar discriminação. É a subordinação que deu à diferença um estatuto discriminatório. Se a igualdade permite que todos os indivíduos possam manifestar-se em sua individualidade, a igualdade não pode estar separada da diferença (COLLING, 2004, p.36).

Mesmo defendendo uma causa que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos da mulher na sociedade, o Movimento Feminista foi e vem sendo alvo de inúmeros ataques ao longo de sua trajetória. Alguns desses ataques são diretos, outros disfarçados, mas todos têm o objetivo comum de se oporem ao feminismo ou de o questionarem de forma pejorativa.

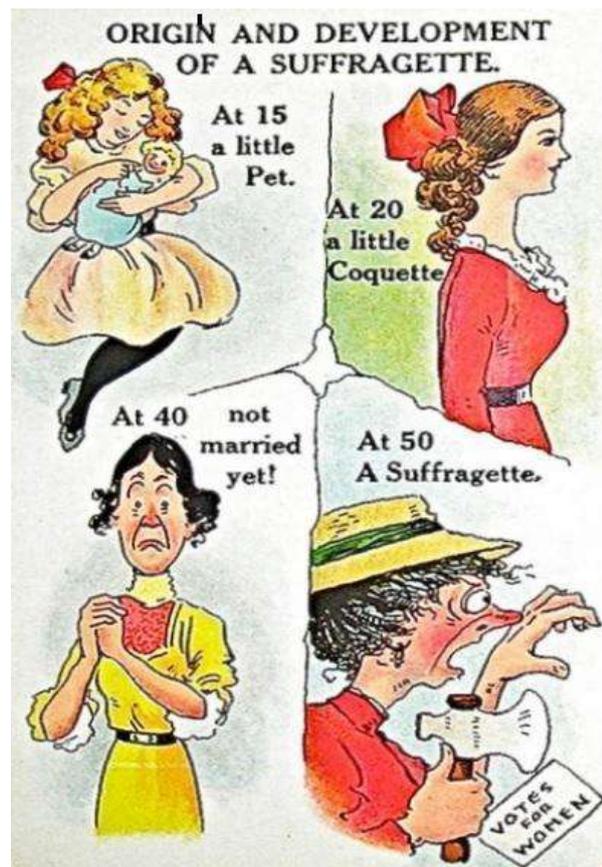
Apesar disso, esse movimento, muito atuante provocou uma significativa revolução na humanidade no último século, o que considero muito importante e, assim como Rocha (2009), não gostaria de ter vivido nas condições de minhas antepassadas. Não podemos esquecer jamais as feministas que lutaram pela emancipação das mulheres e deixar de exigir seu reconhecimento pela história. Foram mulheres corajosas, pioneiras, ativas e fortes que romperam com o sistema pré-estabelecido, assumindo a autoria pela própria história e, com sua audácia, mudaram a vida de gerações, como a minha.

A luz emanada por essas mulheres brilhantes, que colocaram sua inteligência a serviço da emancipação feminina, segundo Rocha (2009), iluminou o caminho para a adoção de costumes e comportamentos diferentes na sociedade. Seus exemplos esclareceram mentes e desafiaram os padrões das épocas em que viveram, e justamente por isso foram penalizadas por interpretações tendenciosas e preconceituosas ou mesmo pelo silêncio da história.

Um exemplo disso é o que podemos ver nas charges contra o voto feminino do começo do século passado, quando ganhava força o movimento sufragista nos

Estados Unidos. Esses textos expõem como a sociedade da época enxergava papéis específicos de acordo com o gênero, rendendo gozações, descrédito quanto às reivindicações das sufragistas e expondo preconceitos:

Figura 2 - Como se forma uma sufragista



Fonte: 20 Postais Propagandas De 1900 a 1914 Que Mostram Como O Machismo Foi Disseminado. Portal Raízes. Disponível em: <<http://www.portalraizes.com/colecionadora-expoe-postais-machistas/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

O Movimento Feminista contesta duramente a cultura e a ordem tão fortemente construídas pelo sistema patriarcal. Esse rompimento provocou muita insatisfação, mal-estar e reações nada amistosas, por isso, a todas as mulheres que lutaram pela emancipação feminina, as quais infelizmente não é possível citar, as mulheres devem um eterno respeito. Elas, afinal, proporcionaram a gerações de mulheres valiosas contribuições com sua postura ativa, audaciosa e corajosa.

Figura 3 - “Finalmente paz”



Fonte: EQUIPE ANO ZERO. Ilustrações anti-sufragistas mostram como as mulheres são “perigosas”. **Direito de Ospyciu.** 30 nov. 2016. Disponível em: <<https://ospyciu.wordpress.com/2016/12/16/mulheres-e-o-voto/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Davis (2013) destaca o discurso pronunciado por Sojourner Truth em 1851 na convenção de mulheres em Akron, Ohio, Estados Unidos. Ela, uma escrava alforriada e única mulher negra na assistência da convenção, segundo a autora, fez o que nenhuma de suas irmãs brancas foi capaz de fazer: sozinha, salvou a reunião do escárnio hostil dos homens.

O refrão de seu discurso tornou-se um slogan do movimento de mulheres do séc. XIX: “Ain’t I a woman?” (Não sou eu mulher?), calando, com uma lógica irrefutável o deboche truculento de homens que argumentavam que a fraqueza da mulher era incompatível com o direito ao sufrágio:

O líder dos provocadores argumentou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, quando não podiam sequer atravessar uma poça de água ou entrar numa carruagem sem a ajuda de um homem. Sojourner Truth apontou para fora desse argumento com a simplicidade de que ela nunca foi ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens: “E não sou eu uma mulher?”. Com uma voz como um trovão, ela disse: “Olhem para

mim! Olhem para meus braços!” e enrolou as mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços.

“Eu lavei, plantei e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?” (DAVIS, 2013, p.50).

Em seu memorável discurso, Sojourner Truth não apenas desmoralizou os argumentos masculinos do “sexo fraco”, como também, na mesma ocasião, refutou a tese da supremacia masculina como princípio cristão, ao confrontar um homem que ousou utilizar esse argumento tentando persuadi-la. Segundo Davis (2013, p. 50): “De acordo com a presidente oficial ‘um trovão não teria silenciado essa multidão como os profundos e maravilhosos tons em que ela ficou com os braços desnudos e os olhos de fogo’”. E indagou: “De onde veio o teu Cristo? De Deus e de uma mulher! O homem nada tem a ver com ele!”

Naquele tempo, poucas mulheres se atreveriam a falar em uma reunião pública. Com uma indiscutível habilidade de oratória, Sojourner Truth transformou o escárnio rude de provocadores que tentavam ridicularizar os argumentos femininos em notas de respeito e admiração. E nesse dia, nessa ocasião, silenciou os homens que representavam a supremacia masculina. Contudo, o discurso desta mulher negra também continha uma profunda lição frente às atitudes racistas das mulheres brancas, e aqueles que eram contra a os direitos das mulheres tentavam tirar proveito desse racismo para enfraquecer o movimento. Nas palavras de Davis (2013), há uma profunda ligação ideológica entre racismo, preconceito de classe e supremacia masculina.

Mesmo com a luta do Movimento Feminista, para Rocha (2009), o fator que determinadamente impulsionou a Revolução Feminina foi a conquista das mulheres ao direito de adquirir e gerar conhecimento. O aumento do número de mulheres com acesso à educação superior proporcionou um grande salto para romper com a ordem patriarcal. Não é por nada que algumas regiões da Ásia e da África, de forte cultura religiosa e patriarcal, ainda são extremamente resistentes ou radicalmente contra a educação feminina, principalmente a de nível superior.

Após transpor diversos obstáculos, um a um, as mulheres do Ocidente conquistaram o direito à educação, uma longa caminhada que encontrou muita resistência e contou com a militância de mulheres firmes, fortes, determinadas, que

concentraram esforços para alcançar tal objetivo. Perrot (2016) destaca que a escolarização das meninas no primário operou-se nos anos de 1880; no secundário, em torno de 1900; o ingresso das jovens na universidade aconteceu entre as duas guerras e maciçamente a partir de 1950. Porém, essas conquistas não são nada lineares como podemos ver no preâmbulo da Declaração Mundial sobre Educação para Todos:

Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que “toda pessoa tem direito a educação”. No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades:

- mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não tem acesso ao ensino primário;
- mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- mais de um terço dos adultos do mundo não tem acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e
- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1990, p. 2).

O acesso à educação superior é resultado do somatório de diversos fatos ocorridos ao longo da história que, somados à pressão do Movimento Feminista, resultou na inserção em parte das mulheres no mercado de trabalho remunerado. Ao mesmo tempo em que desafiou o patriarcado, esse fato proporcionou a algumas mulheres reconhecimento social e realização profissional, determinantes na construção de sua identidade. Badinter (1985, p. 264) dá uma ideia do quanto foi difícil essa luta:

A opinião dominante era tão hostil às mulheres que se dedicavam a estudos prolongados, ou às que buscavam fazer carreira (na medicina ou no ensino superior, por exemplo), que a maioria restringia-se voluntariamente a uma “honestá mediocridade”.

Mesmo diante de poucas referências do passado, Rocha (2009) explica que as gerações atuais buscam conceitos para definir a nova mulher que emerge graças às conquistas e às conquistadoras pioneiras. Foram elas que abriram espaço para outra forma de ser, sentir e pensar a vida e ainda nos impulsionam a continuar

lutando para nos libertarmos definitivamente de paradigmas e estereótipos desvantajosos de gênero, que ainda nos impedem de usufruir livremente dos nossos direitos.

Cisne (2015) defende uma militância estrategicamente aliançada a outros movimentos de oposição à ideologia naturalista patriarcal, direcionada à construção de um processo de formação de consciência pela emancipação das mulheres que só se dará plenamente com a destruição do patriarcado. Se for indagada sobre a necessidade de abordar a ideia de patriarcado nesta pesquisa, faço uso das palavras de Mirla Cisne para responder:

Tornar explícito esse sistema de opressão das mulheres é condição primeira para podermos analisar crítica e politicamente as relações sociais de sexo que vivenciamos e, com isso, termos a possibilidade de vislumbrar a construção de relações igualitárias (CISNE, 2015, p.77).

Demonstrando profunda preocupação com a escolha terminológica nos estudos feministas, especialmente no que diz respeito ao uso do termo “gênero” em detrimento do termo “patriarcado”, e preocupada com as consequências de tal escolha, Saffioti (2004) endossa o entendimento de Paterman:

[...] representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que regulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política [...] (PATERMAN, 1993, p.39-40 apud SAFFIOTI, 2004, p.55).

A interpretação patriarcal do “patriarcado” como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. [...] O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando portanto a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino (PATERMAN, 1993, p.49 apud SAFFIOTI, 2004, p.56-57).

Explorando ainda mais o conceito de patriarcado, Saffioti (2004) afirma que a cumplicidade entre homens e mulheres exige consentimento, o que só pode ocorrer numa relação par, onde ambas as partes desfrutem do mesmo poder, nunca nas relações de gênero sob o regime patriarcal, onde as mulheres não podem consentir, mas puramente ceder. A liberdade dos homens e a sujeição das mulheres derivam

do contrato original (social e sexual), portanto a liberdade civil não é universal, e sim um atributo masculino, concedido pelo direito patriarcal, ou seja: o contrato original nada mais é do que um “[...] contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p.55).

Ainda sobre as ideias de patriarcado e de gênero, explica a autora:

Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado, ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se assim no reino da história (SAFFIOTI, 2004, p.139).

Apesar de adotar o termo “gênero”, conforme Scott (1995), ao longo desta pesquisa, não desconsidero o conceito de patriarcado, pois, como bem defende Saffioti (2004), Cisne (2015), entre outras(os), colocar a ideia de patriarcado na sombra é uma forma de tornar natural a relação de dominação-exploração implícita no conceito.

3.2.2 A condição feminina e o trabalho doméstico

O trabalho doméstico é entendido, aqui, como o trabalho não remunerado realizado por mulheres que, no desempenho dessa tarefa, são conhecidas como donas de casa. Quando tratamos da divisão de papéis sociais entre os sexos, do trabalho da dona de casa, das relações de poder familiar, inevitavelmente somos levados a refletir sobre a condição social feminina nas esferas pública e privada, cuja compreensão é fundamental para os objetivos deste estudo.

O trabalho doméstico, que consiste em tarefas como cozinhar, lavar a louça, lavar e passar roupa, fazer a cama, varrer, fazer compras, etc., segundo Davis (2013, p.170), aparentemente consome três a quatro mil horas anuais de uma dona de casa e é um trabalho virtualmente invisível: “A dona de casa, num importante sentido, é o seu trabalho: a separação entre o objetivo e o subjetivo dos elementos nestas situações é intrinsecamente mais difícil”.

Os primeiros contatos da mulher com o mercado de trabalho foram drasticamente exploratórios e discriminatórios, com salários extremamente baixos, incompatíveis com a extensa carga horária e com as atividades exercidas. A força de trabalho feminina era explorada de forma desumana para gerar lucro aos empregadores.

No entanto, graças às mudanças construídas na sociedade e aos modelos jurídicos propostos pelo Estado na tentativa de regulamentar as relações de trabalho da mulher, foi possível, por meio de muita luta e aos poucos, garantir sua efetiva permanência no mercado de trabalho assegurando juridicamente suas garantias, embora na prática isso nem sempre aconteça.

O trabalho doméstico, no entanto, resiste às evoluções igualitárias, uma vez que essas tarefas não são compartilhadas de forma igual entre homens e mulheres. Nesse contexto, trago as palavras de Perrot (2016, p.119): “Há aí uma estrutura de longa data, material e mental, que desafia a história”. Ainda sobre o tema, esclarece a autora:

O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. É um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. É um peso também na sua identidade: a dona de casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa. Isso se espera também da perfeita secretária: que ela coloque flores e que cuide de seu patrão. Era assim que trabalhava a secretária de direção no escritório à moda antiga, descrito por Josiane Pinto (PERROT, 2016, p.114).

Ao estudar a organização, hábitos e valores da família brasileira, Acelí Magalhães (2001) defende que a figura da mãe teve um significativo aumento de importância nas relações familiares. Em contrapartida, teria havido uma diminuição da participação do pai, que agora divide com a mulher a função de trazer dinheiro para sustentar a casa, mas não divide a responsabilidade pelos trabalhos domésticos e, quando os faz, é de forma auxiliar e restrita apenas a algumas atividades.

Corroborando o entendimento de Magalhães (2001), Badinter destaca que a função paterna é bem reduzida se comparada com a da mãe:

Felicitavam-se os homens de boa vontade, sem se lançar aos outros o mesmo opróbrio que recaía sobre as mães más. Pois continua presente no

inconsciente coletivo a ideia de que a criação de uma criança cabe antes de tudo à mulher, de que o pai é antes seu colaborador do que seu associado em igualdade de condições e, finalmente, de que a sua participação é menos necessária, ou mais acessória (BADINTER, 1985, p.285).

De acordo com Magalhães (2001), o trabalho doméstico é atribuído às mulheres há muitos séculos, mas foi no século XVIII, com o surgimento da família burguesa na Europa, que essa tradição se transformou num enclausuramento para as mulheres, através da separação entre trabalho e residência, ou seja, entre o público e o privado.

Houve uma reestruturação da organização familiar que vinculou a mulher aos papéis de mãe e esposa e, ao mesmo tempo, atribuiu-lhe um caráter emocional frágil e submisso, responsabilizando-a pela coesão familiar. Portanto, como aponta Ariès (2006), é na Modernidade que se forma o embrião que vai gerar a separação entre público e privado.

Segundo os estudos de Magalhães (2001), nos séculos XVI e XVII instituiu-se um individualismo da vida cotidiana. Aos poucos, o modelo de convívio característico das cortes foi se esgotando, cedendo lugar a uma nova concepção de família, alterando o uso das casas, criando espaços físicos distintos para possibilitar o convívio com um grupo seletivo de pessoas. Formava-se a família burguesa, um modelo de convivência familiar distinto das formas até então vigentes.

Antes da ascensão da burguesia, as famílias européias habitavam casas ou castelos com poucas repartições, partilhavam os fatos de suas vidas e estabeleciam laços de solidariedade e dependência com um grupo social maior. Nesse ambiente, as mulheres compartilhavam com outras as responsabilidades relativas à reprodução, como a criação dos filhos, e o trabalho doméstico.

Nesses moldes de organização familiar passou a haver grande preocupação quanto à preservação da criança. Magalhães (2001) destaca, nesse sentido, que as novas regras de comportamento estavam ancoradas na concepção de que a vida das mulheres e das crianças deveria ser conduzida pelas famílias com a intermediação da Igreja e do Estado. Assim, a autora ressalta as características dos comportamentos dessa época, que chama de sentimento de infância:

Paralelamente ao desenvolvimento desse sentimento de infância, era atribuído à mulher-mãe um lugar específico no ciclo da vida: esperava-se que ela fosse fértil e que cuidasse do filho gerando, garantindo sobrevivência e formação ao filho do pai. Assim, através dessas

proposições, a mulher foi confinada ao papel de simples reprodutora, ponto de união de duas funções complementares: gerar e criar os filhos (MAGALHÃES, 2001, p.60-61).

Segundo Rocha-Coutinho (1994, p. 32), a não distinção entre família e trabalho permitia às mulheres participar ao mesmo tempo das esferas da produção e da reprodução. Antes do século XVIII, as mulheres não eram tidas como “[...] fracas, sensíveis e inadequadas ao trabalho físico pesado [...]”, afinal, ao mesmo tempo em que cuidavam da prole, participavam do processo econômico, ainda que não recebessem prestígio social por isso.

Com a instituição das diferenças entre espaço público e privado, distanciou-se a família do trabalho e a mulher foi relegada aos cuidados da família no interior da casa. Concomitantemente a isso, foi sendo afastada dos novos centros de produção que surgiam. Conforme Magalhães (2001) esse distanciamento levou a uma lógica que atribuiu ao mundo da produção, sob a responsabilidade dos homens, um caráter de império da razão e ao lar, sob a responsabilidade das mulheres, um espaço exclusivo da vida emocional. É nessa lógica que surge o contrato de casamento por amor, deixando para trás os casamentos organizados pelas famílias.

Em sua obra, Magalhães (2001) chama essa reorganização social de “revolução sentimental” e ressalta a participação da Igreja Católica nesse processo, ao definir claramente limites às mulheres através de padrões de educação feminina através de um “Código de Boa Conduta³²”, restringindo o exercício da sexualidade às funções de procriação, dessexualizando a união conjugal, inibindo o discurso erótico e valorizando o mito virgindade-pureza. Nesse momento: “A Eva pecadora cede docemente seu lugar à santificada Maria” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.36).

³² “Regras particulares para a boa educação das donzelas” deviam, portanto, ser difundidas, pois graças a “uma instrução sólida” elas teriam condições de resistir à “sua inclinação natural às leviandades e divertimentos do século, e a certos pecados ocultos”. Comparadas às “filhas de Sodoma” é recomendado às suas mães que as façam amar “o retiro de sua casa e a ocupação” lenitivos para o seu temperamento desregrado. Cabe às mães instruí-las “mais com seus exemplos que com palavras” Deviam conservá-las na sua companhia “e não consentir que vejam outras meninas, que lhes ensinem o que nunca devem saber sobre os meninos cristãos; [...] não podiam vestir-se para agradar os rapazes nem ler romances nem comédias, nem poesias perigosas onde se pintam as paixões com as mais vivas cores, nem ver quadros e as representações imodestas, infames e desonestas”. Importante seria mostrar-lhes “as representações dos diferentes martírios que fizeram sofrer aos santos nas antigas perseguições, mas nunca os retratos de mulheres mundanas nuas, penteadas e vãmente adornadas”. Dançar seria considerado “indigníssimo” pois a dança é um “laço do Demônio” e era raro que dela se saísse “tão casto como entrou”. “É um defeito essencial [em uma menina donzela] olhar fixamente para um homem” (BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA apud DEL PRIORE, 1993, p. 314-315).

Assim, sob a alegação de cumprir sua função natural, a mãe foi incluída como agente institucional da Igreja e do Estado e responsabilizada pela inculcação à prole dos valores dessas instituições, segundo Magalhães (2001, p.68). Responsabilizada pelo espaço doméstico, atrelada aos papéis de mãe e esposa, instalou-se “[...] um dos pilares da subjetividade feminina, o ser para os outros” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 151).

Sobre isso, vale destacar:

A mulher a partir da Modernidade se encontra dominada não pelos homens propriamente ditos, mas, através deles, pela ordem social. A história que a circunscreveu ao triângulo ideológico de mãe/esposa/dona-de-casa a destituiu de sua consciência e, por isso, de um dos elementos principais de sua vida: sua condição de sujeito histórico, através da qual ela se apropriaria da produção cultural de seus antepassados e se reconheceria, na relação com seus companheiros, como produtora das condições de sua existência, podendo transformar o já feito em busca da melhoria dessas condições (MAGALHÃES, 2001, p. 69).

Já de acordo com Davis (2013), a desigualdade sexual ou o sexismo que produz efeitos maléficos no trabalho das mulheres, tal como conhecemos hoje, não existia antes do advento da propriedade privada. A mulher era respeitada como um membro produtivo da comunidade.

Antes da manufatura, quase tudo o que a família usava e consumia era produzido em casa sob o comando das mulheres. Resultavam de seus esforços os tecidos, o corte e a costura, além de inúmeros produtos alimentícios produzidos por elas que abasteciam a família.

Entretanto, com o avanço da industrialização, a produção das casas migrou para as fábricas e, enquanto os produtos produzidos pelas mulheres supriam as necessidades da família, os produtos industrializados agregavam valor de troca, para gerar lucro aos patrões. Como o trabalho de casa não gerava lucro, a importância dos trabalhos domésticos das mulheres sofreu uma erosão, deixando as mulheres despidas do seu papel econômico, como explica Davis (2013).

A autora defende que o sexismo que conhecemos hoje emergiu dos lucros exorbitantes dos capitalistas e indaga: “Significará automaticamente que a dona de casa é uma trabalhadora secreta dentro do sistema capitalista?” (DAVIS, 2013, p.166). Outra questão importante a ser destacada era a desvalorização das mulheres com poucos recursos financeiros, que frequentavam a esfera pública para garantir seu sustento:

[...] a ideologia do século XIX estabeleceu a esposa e a mãe como o modelo universal da natureza feminina. Como a propaganda representava essas vocações para todas as mulheres, como funções dos seus papéis em casa, aquelas que trabalhavam por salários eram consideradas alienígenas visitantes dentro do mundo masculino da economia pública. Quando pisavam fora de sua esfera natural as mulheres não eram tratadas como trabalhadoras de plenos direitos (DAVIS, 2013, p. 163).

Essa radical transformação econômica resultou na formação de uma importante ideologia que, segundo Davis (2013, p. 162) consolidou o nascimento da dona de casa. A autora denuncia que o capitalismo tem se servido do trabalho invisível das mulheres, que inclui parir, educar, disciplinar, para manter o ciclo de produção que alimenta o capitalismo com força de trabalho.

O mesmo posicionamento podemos ver em Simone de Beauvoir (2016, p. 20):

Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos.

A ideologia burguesa era sem sombra de dúvida forte, mas seria simplista imaginar que todas as pessoas digeriam passivamente as normas oficiais. Ironicamente, a própria rigidez do sistema o tornava de uso restrito e qualquer deslize jogava a mulher no campo dos “sem moral”.

Nessa linha de pensamento, destaco as palavras de Cláudia Fonseca (2004, p. 531):

Apesar de certas semelhanças, existia um enorme descompasso entre a moralidade oficial e a realidade vivida pela maioria das pessoas dessa época. E esse descompasso não era, de forma nenhuma inocente. Voltava-se, na maioria de casos, contra a mulher, tida como responsável pelo não-cumprimento do ideal.

No mesmo contexto em que a burguesia estava em ascensão, viviam também as mulheres pobres, que trabalhavam para o seu sustento e o de sua família na contramão da ideologia burguesa, frequentando os ambientes públicos masculinos como forma de garantir sua sobrevivência. Sobre isso, destaco:

A norma oficial ditava que a mulher deveria ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhados nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres sempre trabalharam fora de casa (FONSECA, 2004, p.517).

Perrot (2016), ao analisar a resistência masculina não só em relação a executar tarefas domésticas, mas também a assumir a sua responsabilidade por esse tipo de trabalho, afirma a existência de uma grande divisão material e simbólica no mundo:

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível (PERROT, 2016, p.109).

Trazendo uma perspectiva diferente, Davis (2013) destaca a condição da mulher negra dentro da comunidade escravizada, na qual as relações entre homem e mulher não mantinham conformidade com o modelo ideológico dominante:

As mulheres negras, por esta razão - e também porque eram trabalhadoras tal como os homens - não estavam rebaixadas nas suas funções domésticas do mesmo modo que as mulheres brancas se tornaram. De forma desigual a suas parceiras, elas não podiam nunca ser tratadas como meras "donas-de-casa". Mas ir mais longe e manter que elas consequentemente dominavam os seus homens é fundamentalmente distorcer a realidade da vida da escravatura (DAVIS, 2013, p. 19).

Protegidos pelos privilégios concedidos pela supremacia masculina, os donos de escravos encorajavam o uso terrorista de violar as escravas com o objetivo de "pôr as mulheres no seu lugar".

Esta deve ter sido uma terrível revelação para os donos de escravos, porque parecia que eles estavam a tentar quebrar esta cadeia de igualdade através da brutal repressão que reservaram para as mulheres. De novo é importante lembrar que as punições infligidas às mulheres excediam em intensidade as punições sofridas pelos seus homens, porque as mulheres não eram apenas chicoteadas e mutiladas, elas eram também violadas (DAVIS, 2013, p. 25).

Como as mulheres escravizadas trabalhavam em condições iguais às dos homens, a desigualdade de gênero era menos evidente dentro da comunidade de escravos, porém o mesmo não acontecia com as mulheres brancas que trabalhavam para manter o sustento próprio e de sua família. Ocorre que, as mulheres brancas que trabalhavam, exerciam atividades relacionadas ao sexo feminino, desvalorizadas social e economicamente.

O poder invisível da subjugação da mulher advém de uma série de ações da vida cotidiana a que não reputamos importância, mas que interferem na personalidade e individualidade. Assim, independentemente da condição social e das condições de aprendizagem a que as mulheres são submetidas, elas são criadas para a estruturação, organização e direção da vida familiar, e essa função lhes é delegada e transmitida no cotidiano de sua formação como a realização plena de sua condição feminina (MASSI, 1992 apud MAGALHÃES, 2001).

Assim, que não é fácil desconstruir séculos de uma perspectiva histórica e social naturalizada que sedimentou os pilares do patriarcado, relegando às mulheres a responsabilidade pelas atividades domésticas e pelo cuidado dos filhos e filhas, restringindo-as aos espaços privados do lar. Também é possível perceber que a divisão sexual ou sexista do trabalho não é natural, como o patriarcado prega, mas é uma relação de domínio que atende a interesses específicos.

Ao implementar uma pesquisa com meninas e meninos trabalhadores em lavouras de fumo no interior do município de Santa Cruz do Sul (RS), Betina Hilleshein, em seu livro “Gênero e cultura” (HILLESHEIN, 2004), concluiu que desde muito cedo as meninas são socializadas para realizarem tarefas atinentes aos cuidados da casa, sendo inclusive repreendidas se não atenderem a esta demanda. Os meninos, que não são cobrados tanto quanto as meninas, costumam resistir mais à sua execução, enquanto as meninas assumem com mais facilidade a obrigação de fazê-los.

Com base em seus estudos, a autora concluiu que o trabalho doméstico é entendido como uma obrigação em prol da família e típico da “natureza feminina”, confirmando sua inferioridade e sua destinação para a maternidade³³. Além disso,

³³ “Teoricamente, uma mulher pode fazer tudo. Mas se ela quer criar uma família, deve estar pronta a sacrificar dez anos de sua vida, e isto entre os vinte e trinta anos. Não vejo outro meio de se ter êxito na educação dos filhos’ (*Elle*, n. 1354). Isso, observa A. M. Dardigna, repercute em eco, de revista em revista, e torna-se um fato estabelecido: ‘ela deverá, um dia, sacrificar sua carreira (ou interrompê-la),

não conta como trabalho. A ideia de uma essência feminina é utilizada para impor à mulheres e meninas um aprisionamento à condição de futuras mães ou donas de casa, pressupondo-se que não haveria felicidade fora do casamento e justificando, assim, relações de desigualdade entre os sexos.

Ainda com base em seus estudos, Hilleshein (2004) diz que o trabalho feminino, especialmente o doméstico, é constituído sempre como uma categoria de valor secundário, visto como um trabalho menor, desqualificado, mais fácil, que não encontra legitimação por estar à margem do processo de produção capitalista e é sempre atravessado pela ideia de ajuda, de obrigação e não de um trabalho em si. Por fim, a autora destaca a necessidade de problematizar a ideia da existência de uma “natureza feminina” para se obter relações de maior igualdade entre os gêneros.

O trabalho doméstico foi tão fortemente atrelado a mulher, que ela muitas vezes o desenvolve com prazer, sem questionar essa obrigação, como se fosse algo natural do sexo feminino, como se pode perceber pelas narrativas das colaboradoras desta pesquisa, ao exporem como vivenciam o trabalho doméstico em suas casas:

Eu gosto, gosto, gosto muito de estar em casa, com meus filhos, quando eu posso estar em casa assim com eles, eu realizo meu trabalho, minhas tarefas em casa (ESPERANÇA).

Não, eu gosto, [...] mas que a gente não seja escravo da casa, [...] então não tem necessidade de muita coisa não (MARIA).

Eu gosto, prefiro fazer esses trabalhos domésticos assim do que...a única coisa que eu não gosto muito é de cozinhar, mas eu gosto de trabalhos domésticos. Eu gosto de cuidar, de ter as coisas limpas e organizadas, sabe eu sou meia... nessa parte eu sou bem chata (NICOLE).

Sim, gosto da minha casa bem organizada [...] te contar que a minha mãe de criação sempre dizia “vocês aprender a cuidar bem de uma casa né, vocês já tem o primeiro emprego”, então isso já vem..., fez parte da minha vida, eu comecei com ela ali, aprendi a fazer e meu primeiro emprego foi assim (HELENA).

ou correr o risco de transformar seus filhos em vítimas’ (*Carriérisme ou maternité, Vingans.*)” (BADINTER, 1985, p. 327).

Quando perguntei a Helena se o trabalho doméstico prejudicou a dedicação aos estudos, ela narrou:

Não, atrapalhar não, mas vou dizer assim, se tornava um pouco cansativo, [...] a gente se dedicando ao máximo, mas tinha horas que não rendia tanto porque o corpo estava cansado em função da gente trabalhar o dia todo (HELENA).

Através das narrativas das colaboradoras desta pesquisa, é possível perceber que parte delas, deixa transparecer que o trabalho doméstico até lhes é agradável, principalmente, pelo fato de ser executado dentro de casa, permitindo que fiquem próximas da família.

Assim, o espaço da casa é também um espaço de poder para a mulher, onde ela tem, de certa forma, o controle. Acerca disso, cabe uma reflexão sobre o título “rainha do lar”: este nada mais é do que um artifício sutil e manipulador de exercer influência sobre o comportamento social da mulher, dando a romântica e falsa ilusão do poder feminino exercido no lar, com o único objetivo de assegurar os pilares do patriarcado e do capital, que sustentam a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Ou seja, o uso de tal epíteto se parece mais com um “prêmio de consolação” para a mulher após o seu enclausuramento em uma vida entediante e muito pouco valorizada.

Outro ponto a ser destacado é o peso que o trabalho doméstico representa na identidade da mulher, ao ponto de anular sua subjetividade, o que prejudica a capacidade em delegar essas funções, bem como sua responsabilidade, porque esse seria o único lugar onde ela sente que possui algum poder.

Cisne (2015) denuncia que através da divisão sexual do trabalho, que atribuiu à mulher a responsabilidade pela satisfação das necessidades dos membros da família por meio de um trabalho não remunerado, o sistema patriarcal maximiza a acumulação privada de riqueza social, além de perpetuar a opressão da mulher. A família patriarcal tem um papel ideológico importantíssimo na difusão do conservadorismo, uma vez que está estruturada na escravidão doméstica e na dependência econômica da mulher. A autora destaca também que a exploração econômica das mulheres está vinculada à exploração dentro do mundo do trabalho capitalista.

No mesmo sentido, Colling (2004) ressalta que existe uma conexão entre o modo de produção doméstico e o sistema capitalista ao citar Engels, segundo o qual, na família, o marido era o burguês e a mulher a proletária.

As criações tecnológicas das últimas décadas contribuíram significativamente para transformar a vida cotidiana no que se refere ao espaço doméstico. Contudo, essas mudanças não se deram de forma hegemônica, produziram bons resultados nos Estados Unidos e Europa, mas em países como o Brasil, poucas mulheres foram beneficiadas, e também não alteraram a condição que torna a mulher responsável por essas atividades.

No meu entender, é especialmente a responsabilidade pelas atividades domésticas que torna a mulher escrava do lar. Embora a tecnologia tenha contribuído para a diminuição do tempo despendido com esse trabalho, não retira da mulher a responsabilidade por executá-lo. Uma obrigação, como vimos acima, naturalizada por um contexto histórico e social que vem se moldando ao longo do tempo com o propósito de manter essa condição.

Quanto às possibilidades de mudança dessa condição, Colling (2004, p.14) defende: “O modo mais eficiente para desconstruir algo que parece evidente, sempre dado imutável, é demonstrar como esse algo se produziu, como foi construído”. Na mesma linha de pensamento, a autora ressalta o conceito de “fraturas do presente”, de Michel Foucault, concluindo que “[...] se algo não foi sempre assim, nada determina que assim se conserve” (COLLING, 2004, p.14). Assim, a naturalização pode ser quebrada com a perspectiva de pensar por que é assim e não de outra forma?

Magalhães (201) faz uma crítica ao movimento feminista da década de 1960, difundido na Europa e nos Estados Unidos e com influência no Brasil, que lutou pela libertação feminina sem, no entanto, reconhecer o significado do trabalho doméstico. Assim, questionou fortemente a dedicação exclusiva das mulheres à vida doméstica, mas acabou por levar o trabalho doméstico à desconsideração social e até à invisibilidade. A autora salienta que o legado cultural do trabalho doméstico dispersou-se e, com ele, a construção histórica e social da subjetividade das mulheres. Práticas domésticas tradicionais passaram a receber valoração negativa, enquanto que práticas domésticas baseadas na aquisição de produtos industrializados passaram a ter valoração positiva.

Harding (1993, apud MAGALHÃES, 2001) argumenta que o desvelamento da realidade feminina não pode ocorrer a partir de paradigmas distanciados das experiências das próprias mulheres. Corroborando esse ponto de vista:

Trata-se de um discurso (masculino) que não só fala de “fora” sobre as mulheres, mas sobretudo se trata de uma fala cuja condição de possibilidade é o silêncio das mulheres, silêncio este que as destituiu da condição de sujeitos, por negar-lhes o essencial para estar nesta condição: a autonomia do falar, do pensar e do agir (CHAUÍ, 1985 apud MAGALHÃES, 2001 p. 34).

A partir de 1968, segundo Machado (1992), o Movimento Feminista assume novos contornos, que visam a pensar simultaneamente a diferença entre mulheres e homens, no plural e no singular, colocando em questão universalidade e singularidades de cada sexo.

Entretanto, ainda é preciso pensar acerca da divisão sexual do trabalho com olhar especial para o trabalho informal, realizado geralmente pelas mulheres pobres, que sempre trabalharam para sustento próprio e de suas famílias, sobrevivendo à margem da sociedade patriarcal. Afinal, uma sociedade nesses moldes as tratava e ainda trata como mulheres públicas, indignas e sujeitas às mais diversas formas de discriminação.

No Brasil, de acordo com Magalhães (2001), o Movimento Feminista foi tratado como Movimento de Mulheres e assumiu contornos bastante específicos. Se, por um lado, fazia parte do movimento contra a ditadura, de outro, focou em problemas muito específicos, como, por exemplo, na criação de creches, dividindo a responsabilização pela criação dos filhos com o Estado e não com os homens. Segundo a autora, foi no universo acadêmico que o Movimento de Mulheres produziu frutos por meio de debates e discussões que proporcionaram repensar a situação de discriminação das mulheres.

As fronteiras entre a vida profissional e familiar são menos delimitadas para as mulheres do que para os homens e atingem, principalmente, as mulheres de renda mais baixa, que diante da maternidade acabam reduzindo sua jornada de trabalho e/ou de estudos e a abandonam temporária ou definitivamente para atender às diversas demandas da família. Esse fato é recorrente nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, onde as acadêmicas muitas vezes trancam o

semestre ou abandonam o curso por motivos de gravidez, especialmente quando termina o período de afastamento, como se pode perceber nas narrativas.

A filha nasceu em outubro no meio do semestre, eu fui até quanto deu, daí ela nasceu, daí eu tive como é que vai dizer, assim, um tempo bem difícil emocional... e aí eu não fui mais, continuei matriculada até tive alguns trabalhos, eu levei, me lembro [...] Eu já comecei na (escola), professora de geografia, com a bebê pequena, fiquei oscilando entre trancar e matrículas [...] Eu me lembro que eu tava participando da PROFITECS, tava grávida. Então assim, era um custo pra conseguir participar dessas coisa, eu tava com um barrigão na época e, ainda trabalhava, daí a gente ia pra lá pra poder ficar no grupo, pra ficar junto do curso, pra poder...era muito esforço pra conseguir fazer algo a mais do que aquilo que era cobrado (LUCY).

Eu demorei muito a tentar voltar estudar em função deles (filhos) né, porque como eu sabia que não ia ter como deixar eles sozinhos, ou colocar alguém da minha família, pagar empregada nem pensar, colocar alguém pra cuidar... a obrigação era minha, então fui atrasando esse lado né (MARIA).

Depois com filho tudo é mais difícil, tem que pensar primeiro no filho né, não é mais a gente pela gente, é a gente pelo filho né (NICOLE).

A tradicional família patriarcal inculca nas mulheres a necessidade de abdicação da sua condição de sujeito em favor da condição de mãe, mas não cobra dos homens a mesma prerrogativa. É o comprometimento da mulher que isenta o homem desta responsabilidade e o libera para dedicar-se exclusivamente à esfera da produção.

Olívia, que teve um filho durante o curso e ficou separada do marido durante um tempo, também teve problemas de frequência e abandonou alguns semestres, porque não tinha com quem deixar o bebê para assistir às aulas:

[...] eu passei na universidade a questões de se separar, eu não tinha como vir, não tinha com quem deixar o filho, ou quando tinha, tu fica com aquela consciência pesada, com filho de um ano, tu deixar, sendo que a responsabilidade é tua (OLÍVIA).

Já o marido de Olívia, que também fazia faculdade à noite, não teve o andamento de seu curso ou estudos afetados por responsabilidades familiares, com o filho ou com a casa.

Aqui fica claro, como a obrigação de cuidar dos(as) filhos(as) é assimilada e incorporada pelas entrevistadas a ponto de elas desconsiderarem que os(as) filhos(as) têm pais e que esses pais também têm responsabilidades pelos seus cuidados e criação. Mais uma vez, esse fato remete a outra questão: a dificuldade das mulheres em delegar responsabilidades no gerenciamento da família, devido a assimilação dessas responsabilidades em detrimento de sua subjetividade.

Miguel e Biroli (2014, p.41) destacam que “[...] a privacidade é parte de um ideário que serve à dominação masculina”. Em nome da privacidade ou da preservação da esfera privada, os direitos dos indivíduos na família foram menos protegidos do que em outros espaços. Isso serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder e, assim, muitos abusos puderam ser perpetuados, acobertados pela autonomia da entidade familiar. Quem nunca ouviu o ditado “Em briga de marido e mulher, não se põe a colher”?

A defesa de relações mais justas na esfera privada leva a refletir sobre os papéis convencionais de gênero e sobre a divisão do trabalho, permitindo ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, como, por exemplo, maior tempo de dedicação aos estudos ou investimento em uma carreira.

As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera doméstica, especialmente para o acesso às posições de maior autoridade, maior prestígio e maiores vencimentos, estão associadas ao tempo em que a mulher despende no trabalho, não remunerado, na esfera doméstica. Por outro lado, é esse trabalho feminino que permite que o homem seja liberado para atender as exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, assim como para usufruir o tempo livre – livre da rotina profissional, mas também das exigências da vida doméstica (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 35).

Flávia Biroli afirmam que “[...] o mundo do trabalho se estruturou com o pressuposto de que os ‘trabalhadores’ têm esposas em casa”. E vai além, ao defender que “[...] é necessário redefinir essas esferas³⁴ e as relações entre elas, garantindo que exista justiça na esfera privada e que o acesso a posições, em qualquer uma delas, não seja hierarquizado segundo o sexo dos indivíduos”

³⁴ Esfera pública/esfera privada.

(MIGUEL; BIROLI, 2014, p.35-36). Também defende que, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática, deve-se zelar por relações mais justas na vida doméstica, ampliando o horizonte de possibilidades das mulheres, o que vai refletir em suas trajetórias pessoais e em suas formas de participação na sociedade.

Conforme Santos, (2008) pesquisas recentes indicam que, embora no Brasil haja uma tendência maior de crescimento de famílias onde os cônjuges trabalham em atividades fora do lar e compartilham todas as atividades domésticas, ainda prevalecem os modelos tradicionais de famílias, nos quais, independentemente de a mulher exercer atividades externas, ela é responsabilizada exclusivamente pelo trabalho doméstico.

No mesmo sentido:

O esforço das mulheres brasileiras para melhorar a condição de vida é expressivo. Mesmo educando seus filhos, executando os afazeres domésticos e, muitas vezes, trabalhando fora de casa, as mulheres dedicam-se aos estudos. Dados recentes do IBGE mostram que, em todos os Estados brasileiros, elas frequentam em maior número e por mais tempo o ensino superior. Embora sejam mais escolarizadas - e apesar de todos os seus atributos produtivos -, elas têm menor remuneração e sofrem mais com o desemprego. A maternidade e a vida doméstica ainda são vistas, pelos empregadores, como entraves à evolução da mulher no mercado de trabalho brasileiro (ROCHA, 2009, p. 29).

Já Cisne (2015) destaca que ainda que novas configurações sociais estejam em forte curso histórico, a família é a principal mantenedora da estrutura da divisão sexual do trabalho, que produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, por meio de uma educação sexista desde a infância³⁵.

Durante as entrevistas realizadas com as colaboradoras desta pesquisa, um assunto desenvolvido, foi com relação a responsabilidade pelos trabalhos

³⁵ “Na pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2011, foi comprovada uma mínima alteração na participação masculina nos afazeres domésticos. Segundo os resultados da pesquisa, os homens ocupados dedicavam dez horas semanais com os afazeres domésticos em 2001. Em 2011, esse dado aumenta apenas oito minutos, ou seja, dez horas e oito minutos é o tempo que um homem empregado no Brasil dedica às atividades domésticas, enquanto as mulheres ocupadas destinavam vinte e quatro horas e quatro minutos no início da década passada. Em 2011, a atividade consumia vinte e duas horas e treze minutos. Esses dados revelam, portanto, que embora o avanço das forças produtivas tenha diminuído o trabalho doméstico feminino, ainda estamos longe de vê-lo eliminado” (CISNE, 2015, p.84-85).

domésticos na suas casas”? As respostas, não coincidentemente, foram relacionadas à composição da família:

É minha. A responsabilidade é toda minha assim, porque é só eu e minha filhas então, mas eu prefiro que elas estudem. Olha, elas me ajudam muito ainda, quando precisa, mas a responsabilidade é minha (ESPERANÇA).

Já, Lucy, que mora com o marido e a filha, parece até conseguir uma divisão mais justa no primeiro momento, mas logo evidencia que a responsabilidade maior é sua:

Dos dois, sempre foi dos dois, mas acaba sempre sobrando mais pra mulher. É mais uma ajuda. Talvez um compromisso maior, eu acho que sempre ficou comigo. [...] Eu tenho visto pelas minhas colegas assim, a mulher carrega uma sobrecarga muito grande com isso. Está incorporado, essa seria a palavra (LUCY).

Maria, que mora com a filha de 19 anos, um filho de 16 anos e um bebê de um ano, trouxe uma perspectiva mais animadora:

É compartilhada. Hoje é compartilhada né. Na época também, as crianças eram menores, mas já me ajudavam bastante (MARIA).

Segundo ela, a filha e o filho têm funções específicas com a divisão dos trabalhos domésticos.

Olívia, que mora com o marido, o filho e a sogra, relatou o seguinte:

Sim. Eu é na função da limpeza, que eu gosto, que sempre desde pequena eu fui incentivada né, culturalmente também falando. Minha sogra é da cozinha [...] E meu marido é mais a questão de organização assim superficialmente falando né, não é dividido assim...ele ajuda, não pega junto pra limpar, a limpeza mesmo é comigo. A responsabilidade maior fica mesmo entre as mulheres da casa (OLÍVIA).

Já na casa de Nicole, ela não pode sequer contar com a “ajuda” do marido:

Ajuda, mas ajuda chorando né. Ele não vai fazer, por mais que ele tente né, ele não vai fazer todo o serviço doméstico. Primeiro que ele é bem machista, ele acha que quem tem que fazer as coisas sou eu, que quem tem que dar conta das coisas sou eu. Por mais que ele ajude, ele ajuda chorando, brigando. Então, quem é

responsável pelas coisas lá em casa sou eu, até pela comida, tudo, organização, sou eu (NICOLE).

Helena, que mora sozinha, disse que a responsabilidade é toda sua.

Aqui acho importante destacar a questão cultural que atrela a mulher ao trabalho doméstico, bem como a palavra “incorporado” usada pela colaboradora Lucy para explicar a situação. O vínculo entre as mulheres e o trabalho doméstico, não será superado, sem que estas entendam porque isso ocorre dessa maneira e obtenham a consciência da opressão que ele representa.

Davis (2013, p.167) destaca que um dos mais radicais segredos da libertação das mulheres consiste em retirar de seus ombros o fardo que o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos representa. Corroborando seu entendimento, cita Lenine: “[...] a bonita casa esmaga, estrangula, embrutece e degrada, as aprisiona na cozinha, no berçário e desperdiça seu trabalho barbaramente improdutivo nunca acumulando, estupidamente e nunca terminando a labuta”.

Nesse sentido, Santos (2008) chama a atenção para a importância da pressão das mulheres organizadas em diversos movimentos sociais, bem como para a necessidade da ampliação de pesquisas acadêmicas com recorte de gênero. Tais ações são essenciais para a produção de subsídios que auxiliem na implementação de políticas públicas com o intuito de redefinir a divisão sexual do trabalho, aliviando assim a sobrecarga feminina.

Destaca também a necessidade de implementação de ações voltadas para o atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, para evitar interrupções e descontinuidades na vida profissional feminina. Nesse momento, Santos cita Concha (2001, p.331 apud SANTOS, 2008, p. 108): “[...] mulheres tomem consciência do impacto que as políticas públicas têm sobre a vida cotidiana das famílias e desenvolvam uma estratégia de maior incidência sobre as resoluções governamentais”.

Mesmo que hajam políticas públicas efetivas, que aliviem a sobrecarga das mulheres, os homens devem ser cobrados a fazer a sua parte nesse processo, dividindo a responsabilidade pelo gerenciamento familiar, trabalhos domésticos, cuidado e educação dos filhos em condições de igualdade com as mulheres.

4 RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

É tempo de realizar uma revolução nas maneiras femininas – tempo de devolver a elas a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar para que se reformem e assim reformem o mundo (WOLLSTONECRAFT, 1792).

Embora saiba que será necessário um tempo considerável para desconstruir os preconceitos de gênero historicamente enraizados na sociedade e em nossa cultura, trabalhar em prol do empoderamento das mulheres se torna cada vez mais imprescindível para não perdermos os direitos já conquistados. Também é gratificante verificar que a cada dia mais mulheres aderem a essa luta por reconhecimento e pela defesa de seus direitos.

Este capítulo almeja demonstrar como a subordinação das mulheres foi perpetuada de forma explícita e implícita ao longo dos tempos e como essa condição ainda produz efeitos perversos sobre a vida profissional, pessoal e sentimental das mulheres.

Existem barreiras quase intransponíveis que prejudicam as mulheres e reforçam sua subordinação, como a dificuldade de ingressar na política e a responsabilidade pelos trabalhos domésticos e cuidado dos filhos, afazeres que ainda lhes são atribuídos quase que exclusivamente.

Ademais, o retrocesso é uma ameaça constante, a perda de direitos conquistados é cada vez mais evidente. Nesse sentido, as palavras de Wollstonecraft, escritas em 1792, são plenamente aplicáveis aos dias atuais:

A grande fonte da insensatez e do vício feminino sempre me pareceu ter sua origem na limitação e preconceito da mente; e a própria constituição dos governos civis têm colocado obstáculos quase insuperáveis no caminho para prevenir o cultivo do entendimento feminino (WOLLSTONECRAFT, 2015, p. 86).

Para consubstanciar esses entendimentos, neste capítulo abordo a lógica da dominação masculina ancorada em Pierre Bourdieu (2002), e o empoderamento feminino, a partir de Simone de Beauvoir (2016), Guacira Louro (2012), Ana Coling (2004) e de autoras e autores de outras vertentes de pensamento que abordam o tema.

4.1 FORMAS DE ETERNIZAR A SUBORDINAÇÃO

Mudar uma situação tão fortemente estabelecida envolve muito empenho e trabalho, sendo por isso um processo muito desgastante. Além do mais, sempre surgirão mecanismos com o intuito de condenar e impedir essas tão necessárias mudanças na sociedade.

Nesse sentido, é muito importante entender os mecanismos históricos responsáveis pela eternização das estruturas da divisão sexual, como ensina Bourdieu (2002), deixando claro que aquilo que na história aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de perpetuação engendrado por instituições interligadas, tais como a família, a Igreja, a escola, o Estado e, acrescento, a ciência. Tais instituições, estabelecendo uma ordem que naturaliza relações de dominação, privilégios e injustiças, permitem que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou normais.

Para o autor, o modo como a dominação masculina se impõe é o exemplo paradoxal da violência simbólica³⁶.

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres (BOURDIEU, 2002, p.103).

No trecho exposto, fica clara a importância de entender a lógica da dominação, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da

³⁶ Segundo Bourdieu, a violência simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Violência simbólica é a violência “suave” insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002).

história em natureza, do arbitrário cultural em natural, para ser possível desconstruí-la, como defende Bourdieu:

Se é verdade que o princípio da perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, sobre a qual um certo discurso feminista concentrou todos os olhares, mas em instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado, é um campo de ação imensa que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem-definido no seio mesmo das lutas políticas contra todas as formas de dominação (BOURDIEU, 2002, p,10).

Atentando para essa perspectiva, é necessário destacar a complacência da ciência nesse processo:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi um grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 2012, p. 21).

A diferença biológica entre o corpo masculino e o corpo feminino, principalmente no que se refere à diferença anatômica entre os órgãos sexuais, sempre foi usada como justificativa natural para a diferença socialmente construída entre os gêneros, de acordo com Bourdieu (2002) e interfere diretamente na divisão sexual do trabalho. Essa lógica, que encontrou em Freud um grande defensor, consagra uma ordem estabelecida pelo mundo social com arbitrarias divisões.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação³⁷: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres [...] (BOURDIEU, 2002, p. 18).

³⁷ Bourdieu (2002, p.18) completa: “Muitas vezes já se observou que, tanto na percepção social quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado. Dominique Merllié verificou, ao tratar do reconhecimento do ‘sexo’ da escritura, que nos traços femininos são percebidos apenas como presentes ou ausentes (Cf. D. Merllié, ‘Le sexe de l’écriture, notes sur la perception sociale de la féminité’ Actes de la recherche en sciences sociales, 83, junho 1990, pp.40-51)”

Bourdieu destaca também os mecanismos utilizados para a incorporação da dominação³⁸ através de um trabalho de construção prática do uso dos corpos que produz um homem viril e uma mulher feminina. Esse mecanismo tem como efeito automático, a consolidação de uma ordem organizada segundo a divisão androcêntrica³⁹ que exclui as mulheres das tarefas mais nobres, atribuindo-lhes lugares inferiores e usando as diferenças biológicas como fundamento das diferenças sociais.

Tais estratégias têm como propósito demonstrar que a mulher está naturalmente destinada a ocupar-se com determinadas tarefas, procura dar a todo instante aparência de natural ao que lhes é socialmente designado, como, por exemplo, o papel de cuidar, historicamente construído para as mulheres.

Essa concepção confirma-se no discurso das colaboradoras da pesquisa, como podemos ver pelas narrativas, ao desenvolver a relação do público feminino com os cursos de Licenciatura em Educação Especial Noturno e Pedagogia Noturno.

Feminino, totalmente [...] eu tive poucos colegas meninos lá, uns porque tinham filhos que precisavam de auxílio né, por isso que eles estavam no curso, porque se não fossem assim, eu acho que não estariam no curso (ESPERANÇA).

Bastante. Se eu for pensar pelas minhas colegas de três turmas diferentes que eu cursei, [...] muita mulher, poucos homens, como é a realidade se tu for ver, na profissão professor. Ainda prevalece mais mulheres, na educação infantil, quase 100% e na educação especial, tu também vê muito mais até que nas outras áreas né, [...] (LUCY).

Eu acredito que seja, uma questão assim, não só do curso de Educação Especial, mas também, como do curso de Pedagogia, [...] dessa questão de ser professor...ela ainda é uma profissão voltada mais para o público feminino né, principalmente a questão dos anos iniciais né, eu acho que é uma questão histórica, eu acho que é o campo de trabalho que foi se abrindo para a mulher, é assim que eu percebo (HELENA).

³⁸ Como rituais místicos, simbologia, posturas carregadas de significação moral.

³⁹ Androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward em 1903. Está intimamente ligado à noção de patriarcado. Entretanto, não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Androcentrismo>>. Acesso em: 16 out. 2017.

[...] mas pra ser professor tinha que ser do sexo feminino, os homens eram excluídos, existe bastante preconceito com o homem dentro de uma sala de aula. [...] Eu acho que é uma imposição social, a gente é criado...a mulher é a mãe, a mulher é aquela que cuida da casa, é aquela que cuida dos filhos, é a quem tem que orientar, tem que educar [...] (MARIA).

Nem tanto, hoje em dia tem mudado a situação, encontramos homens belos profissionais, com carreiras já dentro de escolas (OLÍVIA).

Nicole, que ingressou no curso de Pedagogia Noturno, nunca havia pensado nessa questão, ficando surpresa com a pergunta, mas constatou que:

É, eu vejo que tem bastante mulheres na Pedagogia né, mas antes eu não pensava assim, [...] eu pensei que era tanto pra homens como para mulheres, mas eu vejo que tem mais a procura de mulheres (NICOLE).

Perguntei, então, para Nicole: “Por que tu achas que tem mais mulheres”? Sua resposta foi:

Primeiro, porque eu vejo de homens assim, até do meu marido, tem que ter muita paciência, salário muito baixo e tem que gostar, amar o que faz, porque senão não termina o curso (NICOLE).

Aqui destaco a ideia de trabalhar por amor, muito relacionada a profissões tipicamente femininas, onde não se trabalha para construir uma carreira e sim para servir.

Quando as colaboradoras foram questionadas sobre o cuidado e educação dos filhos e filhas em suas casas, foi possível, nesse momento, verificar uma sobrecarga ainda maior para as mulheres, além da naturalização dessa responsabilidade:

Eu, no momento que eu estou, depois, elas ficam sozinhas. É só eu, o pai delas até não entra nesse critério aí, porque ele não ajuda, ele não conversa com elas, ele até vai lá, mas não conversa assim, sobre educação, eu é que tenho que fazer a parte da educação mesmo, [...] Ele realmente [...] largou os filhos mesmo. Na minha separação até ele disse, que não tinha mais filhos. Daí eu assumi, como pai e mãe delas, deles né (ESPERANÇA).

Da mãe. Aí é uma culpa grande parte minha, também. Porque parece que tá em mim essa vontade de fazer isso, levar, carregar a bandeira. Não dá nem pra culpar o outro tanto (LUCY).

Em resposta à pergunta: “Existe uma sobrecarga maior para a mulher”, Lucy afirmou:

Tem. [...] até no comportamento do filho, ah, se o filho se comporta...ah, é tu a mãe, a mãe que deixa, né, as coisas boas a mãe até não aparece tanto, mas, coisas ruins a mãe aparece, a mãe é culpada (LUCY).

Maria, que se divorciou quando os filhos estavam com quatro e oito anos, contou que:

Essa função dos filhos sempre foi minha né. [...] e aí eu tive o suporte da minha família, da minha mãe, das minhas irmãs e eu que me virei sempre (MARIA).

Aí, somos nós dois. Nessa parte não tenho do que reclamar, ele me ajudou bastante, tanto que no período da Universidade, agora de noite, quem fica com ela é ele né (NICOLE).

Olívia, no período em que ficou separada, cuidava sozinha do filho. Depois que se reconciliou com o marido, passou a morar com ele, com o filho e com a sogra:

A gente se divide aí nesse processo. A minha sogra é que passa maior tempo, mais que meu marido também [...]. Desde que nasceu a responsabilidade maior é minha e continua até os dias de hoje, porque como eu tenho curso de Pedagogia, eu peço (ao marido): “ajuda ele fazer os temas?”, “Mas é tu que é a professora” (OLÍVIA).

Mais uma vez fica evidenciada uma sobrecarga para as mulheres, outro detalhe importante, quando as colaboradoras podem contar com ajuda para criação dos filhos e trabalhos domésticos, esta geralmente vem de outras mulheres da família, mães, irmãs, sogras, o pai parece estar alheio a essa situação, protegido pelas mulheres em sua volta.

É a lógica da dominação que inculca nas mulheres a assunção de determinados estereótipos como se fossem naturais. Ao analisar essas narrativas,

foi possível perceber que a atribuição de responsabilidades sobre a casa e sobre os(as) filhos(as) às mulheres, associada à omissão dos homens, que resistem em dividir a responsabilidade pelo gerenciamento familiar, acaba por sobrecarregar a mulher a ponto de prejudicar sua formação acadêmica, profissional, social e pessoal.

A primazia universalmente concedida aos homens se reafirma a todo o momento nas estruturas sociais de representação androcêntrica que moldam o senso comum, a ponto de levar até mesmo as mulheres a reproduzirem esquemas de pensamentos que reforçam relações de poder que agem contra elas, sem que consigam perceber isso.

[...] não bastaria apontar uma opressão de classes ou de um sexo sobre o outro, se não se apontasse igualmente através de que mecanismos foi gerada historicamente a trama desse jogo. Mais do que isso, de que forma a internalização, por parte dos “oprimidos”, das condições dadas, contribuiu ao invés de negar a preservação dos status quo; onde e em que a mulher é cúmplice involuntária de sua situação, não porque aceite explicitamente o domínio do outro sexo, mas pelo conjunto de representações e práticas, já transfiguradas pela ordem cultural, que expressa e defende (RODRIGUES, 1998, p.24 apud MAGALHÃES, 2001, p. 54).

Assim, é necessário trabalhar com a finalidade de desconstruir esses esquemas, demonstrando, na teoria e na prática, como as experiências subjetivas se configuram objetivamente, manifestando-se nas relações de dominação do homem sobre a mulher e, com isso, gerar questionamentos acerca da pretensa naturalidade desses fatos.

Wollstonecraft, em 1792, numa tentativa de provar que as mulheres eram racionais e deveriam ser educadas para ajudar no progresso da sociedade, já afirmava:

Fortaleça a mente feminina expandindo-a, e será o fim da obediência cega; mas como a obediência cega é almejada pelo poder, tiranos e sensualistas estão certos em querer manter as mulheres no escuro, porque os primeiros só querem escravos, e os últimos, brinquedos. O sensualista, de fato, tem sido o tirano mais perigoso, e as mulheres têm se deixado enganar pelos seus amantes, assim como os príncipes por seus ministros, enquanto sonham que reinam sobre eles (WOLLSTONECRAFT, 2015, p.48).

Para Bourdieu (2002), a dominação masculina é o produto de um trabalho incessante de reprodução, pelos dominados, de categorias construídas do ponto de vista dos dominantes. Vistas como naturais a reprodução dessas categorias cria uma imagem desvalorizadora das mulheres. Podemos exemplificar essa situação

em casos como o seguinte: na divisão sexual do trabalho, as mulheres, na maioria das vezes, optam por trabalhos de assessoramento, menos valorizados; nos relacionamentos, procuram um homem que “as supere” (mais velho, mais alto), ou seja, que reafirmem a lógica de dominação.

Nesse viés, acho pertinente ressaltar como exemplo da lógica de reprodução do patriarcado e também da dominação masculina o julgamento moral exercido por parte de uma mulher sobre outra, como ensina Cisne (2015, p.79): “Isso não quer dizer que as mulheres são “culpadas” em reproduzir o sistema. Como vimos, as mulheres são sínteses das relações que estabelecem, mediadas por uma sociedade alienante e alienadora”.

Corroborando esse entendimento:

A mulher, em particular, cuja virtude é construída sobre preconceitos mutáveis, raramente se atém a esta grandeza da mente; para então, tornar-se escrava de seus próprios sentimentos, ser facilmente subjugada pelos outros. Assim degradada, sua razão obscurecida, é empregada mais para lustrar do que para arrebentar suas amarras (WOLLSTONECRAFT, 2015, p.149).

Ao contextualizar os ensinamentos de Bourdieu, Wollstonecraft, Cisne me reporto às acadêmicas evadidas e em acompanhamento pedagógico para integralização curricular das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, mulheres que, de alguma forma, parecem ter suas vidas afetadas pela violência simbólica.

Quando foram questionadas a falar em como se sentem enquanto mulheres no mundo contemporâneo, todas responderam que apesar das dificuldades gostam de ser mulher, contudo, ao desenvolverem suas narrativas, surgiram algumas peculiaridades, que exponho a seguir:

Olha, mais obrigações a mulher sempre tem, eu acho que nessa parte a gente é mais discriminada mesmo, porque nós temos mais tarefas né, mais serviços e menos oportunidades né, assim... pra ter cargos mais elevados, às vezes a gente é muito preparada, mas a sociedade não enxerga né (ESPERANÇA).

Questionada em relação ao futuro que espera para as filhas, considerando que ela possui duas filhas e um filho, Esperança respondeu:

[...] pro meu filho eu pretendo que ele siga uma carreira militar, ou, uma carreira assim que ele goste [...] (ESPERANÇA).

Com relação às filhas, a colaboradora não citou nenhuma profissão.

[...] na questão mesmo do mercado de trabalho, se tu vai fazer uma seleção muito perguntam e tu já vê o olhar diferente quando tu tem filho, na seleção de mestrado que eu fiz, qual é o tempo que tem? A disponibilidade? Óbvio que é cobrança [...] (LUCY).

Em relação à pergunta sobre como ela enxerga a mulher no atual cenário político, a resposta foi a seguinte:

É um conservadorismo tão grande, que a gente vem voltando aí nessa sociedade, umas coisas que tu já não sabe mais [...] (LUCY).

Eu gosto de ser mulher, eu acho que a gente ainda tem muito tabu para quebrar né, a sociedade impôs que a mulher tem que cuidar da casa, com a barriga atrás do fogão e as oportunidades são diferentes, mas está mudando (MARIA).

Sim, com certeza, sou totalmente feminista. A mulher é mais sobrecarregada né, em casa, nos estudos, a gente busca sempre até mesmo, formação, justamente para se qualificar na profissão, para superar essas desvantagens econômicas, financeiras (OLÍVIA).

As narrativas da colaboradora Nicole são permeadas por valores controversos. Ao mesmo tempo em que ela narra, no decorrer da entrevista, enfrentar problemas de natureza sexista, na maioria das vezes relacionados à divisão sexual do trabalho, ela diz não se sentir discriminada, o que torna possível supor que, para ela, as diferenças são naturais:

Eu gosto de ser mulher. E eu não me sinto discriminada. Eu acho só que há algumas desigualdades né, algumas coisas que homens têm privilégios e para as mulheres não tem, mas não me sinto discriminada (NICOLE).

Já Helena relatou que preconceitos de gênero não lhe incomodam tanto como a discriminação racial que ela vivenciou inclusive dentro da sala de aula:

[...] o ser mulher no meu caso assim eu nunca dei muita ênfase né, mas comentários na sala de aula meio ocorreram assim, tem uma colega que falou assim uma vez, a questão da pele. Ela falou de ser negro né...ah, esses negros são todos vagabundos' e gerou uma polêmica, [...] isso gerava até assim até um desconforto entre os colegas né, porque era bastante comum certos comentários né [...] poxa, num curso que tu estás abraçando as diferenças, que tu vai trabalhar com o diferente [...]. Eu já passei por várias questões justamente assim, oh, às vezes acontecia muito de vender coisas dentro da sala de aula né, e não é sempre que tu pode comprar um anel, um...justamente aí, fica a questão social da sala, às vezes, ficava um pouco, sabe [...] (HELENA).

A mulher negra, duplamente discriminada em nossa sociedade, carrega um fardo bem maior, sobretudo, quando não dispõe de condições econômicas. Nessas situações, geralmente o que lhes resta são os trabalhos precarizados, com baixos salários e alto nível de exploração. Esta também é uma questão que merece mais atenção, ser problematizada, enfrentada no Centro de Educação.

Segundo Cisne, o processo de naturalização da subalternidade é tão forte nas mulheres que dificulta a conscientização sobre a sua condição.

[...] podemos entender que nós mulheres não nascemos naturalmente submissas e passivas, mas incorporamos essa ideologia que expressa historicamente os interesses dominantes. Por isso, mulheres reproduzem o patriarcado independente da presença masculina e não porque gostam de ser submissas. [...] É por isso que precisamos desvelar o sistema de exploração sobre as mulheres, ou seja, o patriarcado, para entender as bases materiais da ideologia que naturaliza e reproduz a condição de inferioridade feminina (CISNE, 2015, p.97-98).

Por tudo isso, acredito que a dominação masculina, que se reelabora ao longo dos tempos, bem como os valores associados ao patriarcado, exercem ainda muita influência na forma como as mulheres colaboradoras desta pesquisa encaram sua vida, trabalho e estudos. Essa simbologia estruturada na relação de dominação ainda se faz presente, mesmo que de forma sutil, na dinâmica das relações de gênero, o que dificulta ainda mais a ação de mecanismos que visam destruí-la, como podemos ver:

Observa-se assim, que mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais - direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive políticas - são adquiridas, a auto-exclusão e a "vocaçãõ" (que "age" tanto de modo negativo quanto de modo positivo) vêm substituir a exclusão expressa: a rejeição aos lugares públicos, que, quando é explicitamente afirmada, como entre os Cabilas, condena as mulheres à discriminação de espaço e torna a aproximação de um espaço masculino,

como o local de assembléias, uma prova terrível, pode também se dar em outros lugares, de maneira quase igualmente eficaz, por meio de uma espécie de *agorafobia socialmente imposta*, que pode subsistir por longo tempo depois de terem sido abolidas as proibições mais visíveis e que conduz as mulheres a se excluírem *motu proprio da ágora* (BOURDIEU, 2002, p.51-52).

Para desconstruir essa lógica de dominação, Bourdieu defende que é necessário romper a relação de cumplicidade que as vítimas da dominação têm com os dominantes, transformando radicalmente as condições sociais que levam os dominados a adotarem o ponto de vista dominante. De acordo com Colling (2004), as relações de poder entre homens (no polo dominante) e mulheres (no polo dominado) não se perfilam sem uma relativa segurança do consentimento delas. Para muitos(as) autores(as), o consentimento é o cerne da relação de dominação.

Nesse ínterim, destaco a indagação de Perrot (2016, p.144-145): “O que são as mulheres: vítimas ou complacentes?”. Em outra passagem, a autora responde:

Assim, cada acontecimento repercute nas relações entre os sexos. São questionadas. São deslocadas. Por cada um deles. Esse deslocamento, mais ou menos igualitário, do traçado da fronteira, depende da ação das mulheres: de sua ação coletiva e da força de seu desejo (PERROT, 2016, p.145).

As relações sociais referentes a gênero estão evoluindo, mas o acesso das mulheres ao espaço público continua limitado, com forte resistência à sua inclusão, principalmente no campo político. Colling (2004 p.17) destaca: “As relações entre homens e mulheres, que implicam desigualdades políticas, econômicas e sociais e que configuram papéis diferenciados segundo o sexo, estão intimamente ligadas ao princípio da hierarquia”.

Sobre esse posicionamento, destaco ainda:

[...] um objeto maior da história das mulheres deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantem que as mulheres consentam nas representações dominantes da diferença entre os sexos. As representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas em vários discursos, inscrevem-se nos pensamentos de homens e mulheres (CHARTIER, 1995 apud COLLING, 2004, p.19).

Segundo Galeazzi (2001) apud SANTOS, (2008), as mulheres apresentam dificuldades maiores de inserção no mercado de trabalho, e nas famílias chefiadas

por elas verificam-se níveis de renda significativamente inferiores aos das famílias chefiadas por homens.

Acredito que a dependência financeira e os laços afetivos que unem as mulheres a seus opressores, são os principais fatores responsáveis por manter essa estrutura de dominação/submissão.

Para adentrarmos em uma perspectiva de análise crítica sobre as apropriações, explorações e opressões que pesam sobre o universo feminino, é necessário partirmos da percepção de que na maioria das sociedades as mulheres trabalham mais que os homens, contudo, ganham menores salários, têm menor acesso à riqueza, ao crédito, à informação e ao conhecimento (Elson, 2010). Além disso Diane Elson (2010) chama-nos atenção para a desigualdade no que diz respeito ao poder de decisão, uma vez que as mulheres também possuem essa desvantagem em relação aos homens (CISNE, 2015, p.80-81).

A diminuta representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo econômico e político, é o efeito cumulativo de inúmeros atos discriminatórios, muitas vezes inconscientes, que contribuem para construir a situação diminuída das mulheres. Excluídas dos jogos do poder, elas são preparadas para deles participarem por intermédio dos homens, como afirma Bourdieu (2002, p.97): “Inúmeras sondagens de opinião demonstraram que as mulheres tendem a medir seu sucesso pelo de seu marido”.

O papel social da mulher e sua posição na sociedade brasileira ainda são permeados de contradições. Ao mesmo tempo em que conseguimos conquistar avanços significativos, regredimos em outros aspectos. A ínfima participação das mulheres na política é prova disso: conforme o site da Câmara dos Deputados federais, um estudo da União Interparlamentar, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), colocou o Brasil em 120º lugar em um ranking da proporção de mulheres nos parlamentos, o que significa que estamos atrás de países islâmicos como Paquistão, Sudão e Emirados Árabes Unidos.

Em relação à participação das mulheres na vida política, esclarece Perrot (2016, p. 151): “De todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens”. À frente de seu tempo, Wollstonecraft (2015, p.21 e 25) dizia: “[...] ver metade da raça humana excluída pela outra de toda a participação no governo é um fenômeno político que, de acordo com princípios abstratos, é impossível de explicar”. Em seguida, a autora complementa: “[...] ou a

natureza fez uma grande diferença entre cada homem, ou a civilização, que até agora prevalece no mundo, tem sido muito parcial”.

Simone de Beauvoir (2016, p.19) demonstra como os homens favoreceram seu próprio sexo ao fazerem de seus privilégios um direito:

“Os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram seu próprio sexo, e os juristas transformaram as leis em princípios”, diz Poulain de la Barre. Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à Terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios, como vimos pelas frases citadas de Aristóteles e São Tomás. Desde a Antiguidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas. [...] “É mais fácil acusar um sexo do que desculpar o outro”, diz Montaigne.

Por isso repensar as normas e regras, considerando as necessidades das mulheres é fundamental no processo que requer mais igualdade de gênero. Não se trata de vantagens e sim promover a igualdade de oportunidades e justiça social, levando em conta as desvantagens historicamente construídas em relação ao feminino.

De acordo com Colling (2004, p.18): “As mulheres desmerecem-se, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino, de que o lugar de poder, no mundo político é reservado aos homens”. A autora defende ainda que esse desmerecimento é fruto de uma dominação simbólica que se dá através da adesão das dominadas a esse sistema que lhes impõe a sujeição.

Colling (2004) afirma ainda que a divisão entre o público e o privado está na origem das desigualdades entre homens e mulheres e, numa perspectiva foucaultiana, a autora defende que a exclusão das mulheres dos espaços públicos manifesta-se como exercício de poder na intenção de separar os indivíduos, o que marca a separação binária.

É necessário desconstruir a lógica do homem dominante/mulher dominada, ou seja, a lógica da oposição binária, que estabelece um lugar natural e estanque para cada gênero, onde o poder está na pessoa, neste caso, no masculino. A desconstrução pressupõe a compreensão dos processos que estabeleceram a hierarquia, demonstrando que não há nada de natural ou biológico nisso, são apenas construções históricas que refletem os interesses da categoria dominante em manter o poder.

No momento em que o poder passa a ser encarado como algo dinâmico, em movimento, parte-se para a ideia de relações de poder, onde ele não está atrelado a pessoa (algo estático como pode-se ver segundo a ideia de oposição binária) e sim a modos de subjetivação, as práticas sociais, culturais políticas naturalizadas e assumidas pelos indivíduos

A perspectiva desconstrutivista também encontra em Louro (2012, p. 38) uma defensora:

Sendo assim, a menos que se desconstrua a polarização dos gêneros e se problematize a identidade no interior de cada polo, se deixará de contemplar os interesses, as experiências e os questionamentos de muitas mulheres, como os das mulheres não brancas e as lésbicas (bem como se deixarão de fora as diferentes formas de masculinidade).

Para Colling (2004) as diferenças físicas de ambos os sexos são reelaboradas e relidas em termos culturais de forma a legitimar e facilitar a subordinação feminina. Segundo a autora, “[...] são as sociedades que pelos seus órgãos culturais, decidem o lugar concedido à mulher, da sua sacralização ou da sua servidão, da sua liberdade ou da sua opressão” (COLLING, 2004, p.37). Concluindo o seu pensamento, a autora destaca: “Para Foucault, a liberdade depende de nossa saída desses saberes, desses discursos que formulam leis sobre nós mesmos” (COLLING, 2004, p.27).

Ante o exposto, defendo que trabalhar questões de gênero, nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, cursos formados por uma significativa maioria feminina, é estratégico no processo de desconstrução da lógica de dominação masculina, bem como das práticas patriarcais, e conseqüentemente contribuirá para o empoderamento feminino.

4.2 QUEM TEM MEDO DO EMPODERAMENTO FEMININO?

Para iniciar este título, trago as palavras de Carla Bassanezi Pinsky ao fazer a apresentação da obra “Minha história das mulheres”, de Michelle Perrot (2016, p.11):

O momento, agora, é de fazer com que um público mais amplo tenha acesso às descobertas dos historiadores. A história precisa sair das universidades e ganhar as ruas. A história das mulheres deve ser discutida nos salões de beleza, nos almoços de família, nas mesas de bar, nos ambientes de trabalho; deve estar presente nas escolas, nas TVs e rádios

brasileiras, no judiciário e no legislativo, assim como na elaboração de políticas públicas.

Tornar a história das mulheres fatos públicos, além de reconhecer sua importância na História, pode ser também uma forma de empoderamento, de exercer o poder que até então, ficava recluso ao espaço privado, com pouco reconhecimento.

Bourdieu (1989) define o poder como sendo um estado de autoridade, em que flui uma dinâmica ou relação entre dominador e dominado. O autor destaca que essa dinâmica é velada e estabelecida por vínculos de natureza simbólica. Ou seja, o poder é construído nas relações entre indivíduos e velado pelos símbolos da sociedade em que estão inseridos.

Os bens simbólicos produzidos por essa relação velada estão sempre dispostos à dominação masculina (BOURDIEU, 2002), porque o mundo social funciona como mercado simbólico dominado por essa perspectiva. Mais uma vez, se revela a dinâmica existente entre poder e relações de gênero. Como toda a dinâmica relacionada ao poder, essa também precisa se reafirmar ao longo do tempo para manter sua legitimação e, segundo o autor, é através dessa busca pela legitimação que se dá o empoderamento.

Em Bourdieu (1989) aparece uma definição segundo a qual o empoderamento só ocorre no momento que o ocupante do cargo (chamado de dominador) adere às funções de domínio e autonomia na tomada de decisões. Estamos acostumadas e acostumados a ver a posição de dominador ocupada por homens, contudo, com as conquistas femininas, mulheres também passaram a ocupar cargos importantes, mas isso não quer dizer que o processo de empoderamento esteja completo.

Embora o poder formal, através de altos cargos, esteja sendo delegado a algumas mulheres, o poder de tomada de decisões, ou seja, a autonomia, nem sempre lhes cabe no exercício do cargo. O processo de empoderamento da mulher depende não apenas da ocupação de um alto cargo, mas, principalmente, da possibilidade de a mulher ter autonomia nas suas tomadas de decisões, processo regulado pelos seus pares masculinos e que muitas vezes interrompe o empoderamento por completo.

Esse fenômeno ocorre, segundo Bourdieu (1989), porque o empoderamento feminino é individual, e acontece em situações particulares. Não é um processo

geral, consubstanciado, fortalecido. Nosso país vivenciou um exemplo desse processo com o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016. Nessa situação, foi possível observar a truculência da supremacia masculina em um Congresso formado por quase 90% de homens, grande parte representantes de alas conservadoras. Nessa ocasião, impediram que a então presidenta assumisse sua autonomia, obstruindo os trabalhos legislativos, numa espécie de boicote, incapacitando-a de governar e, com isso, formaram uma justificativa para afastá-la do cargo para o qual havia sido eleita.

Obviamente, o *impeachment* da presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff, não se deu unicamente por questões sexistas e até misóginas, mas estas se fizeram presentes durante todo esse processo, sendo largamente veiculadas pela mídia e pelas redes sociais. Como as pedaladas fiscais, eram elementos de acusação muito frágeis inconsistentes para justificar um *impeachment*, passaram então a utilizar mecanismos para desconstruir sua imagem de mulher, através de um processo sistemático de ataques sexistas que encontraram terreno fértil em nossa sociedade patriarcal, criando um clima de conformação e apoio de parte da opinião pública favorável ao *impeachment*.

Tomando-se esse fato como exemplo, fica fácil compreender Bourdieu (2002), que defende que ter poder é mais difícil para as mulheres, uma vez que histórica e socialmente o direito de ter autonomia está nas mãos dos homens. Assim, é preciso um olhar apurado para enxergar o significante velado do símbolo.

A dominação masculina, que determina uma organização hierárquica social, simbólica e invisível, provoca a diminuição das chances de crescimento, reconhecimento e absorção das mulheres no mercado de trabalho e a manutenção das diferenças salariais entre homens e mulheres.

Quando o assunto é crescimento em carreiras profissionais, não posso deixar de mencionar um fenômeno ainda pouco conhecido, chamado de *firewall*. A autora Raquel Menezes (2012) usa a metáfora de um antivírus operacional computadorizado para desvelar a dominação masculina que impede o pleno desenvolvimento feminino nas organizações públicas e privadas.

De acordo com a autora, o *firewall* está presente no sistema, adormecido, mas age imediatamente ao ver seu sistema metódico ser atacado por um corpo estranho, no caso, uma mulher. O protecionismo e a dominação masculina estão

presentes nos ambientes organizacionais e impedem a ascensão da mulher, mas, por serem invisíveis, tornam o fenômeno ainda mais abstrato e sutil.

Andréia Steil (1997) trata de um fenômeno parecido, o “teto de vidro”: usando a metáfora do vidro, transparente, praticamente invisível, mas intransponível, Steil revela um processo sutil que impede a mulher de obter avanços profissionais em função do gênero.

Acredito que o empoderamento das mulheres, de uma forma geral, passa pela desconstrução de imagens distorcidas, da submissão e estereótipos hierarquizados que inferiorizam a mulher em relação ao homem. Nesse processo, buscar respostas na história é muito importante, mas requer muita atenção para não reproduzir preconceitos, e sim mostrar como estes foram produzidos, seus reais objetivos e interesses e, sobretudo, garantir que afirmações como a que aparece a seguir não sejam mais reproduzidas:

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais do pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo, comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-lo (PERROT, 2016, p. 93).

É com base nesse pensamento que hoje as mulheres ainda encontram muita dificuldade em vencer as barreiras do poder, principalmente relacionadas à política, um reduto masculino. De acordo com Perrot (2016, p.105): “O dinheiro e o poder ainda são coisas de homem”.

O interdito público que pesa sobre a mulher ainda é muito forte. De acordo com Davis (2013), às mulheres americanas começaram a organizar assembleias femininas para discutir sua posição de inferioridade na sociedade e reivindicar seus direitos porque não tinham direito a palavra em audiências mistas sem a depreciação e zombaria dos homens, que achavam que falar em público era uma atividade exclusivamente masculina.

Essas noções de passividade reproduzidas ao longo da história podem ter contribuído para tornar a mulher menos agressiva na vida pública, mais insegura, sem reconhecimento e confiança e, ainda hoje, produz reflexos como a dificuldade de falar em público ou se expor publicamente. Como o empoderamento não engloba

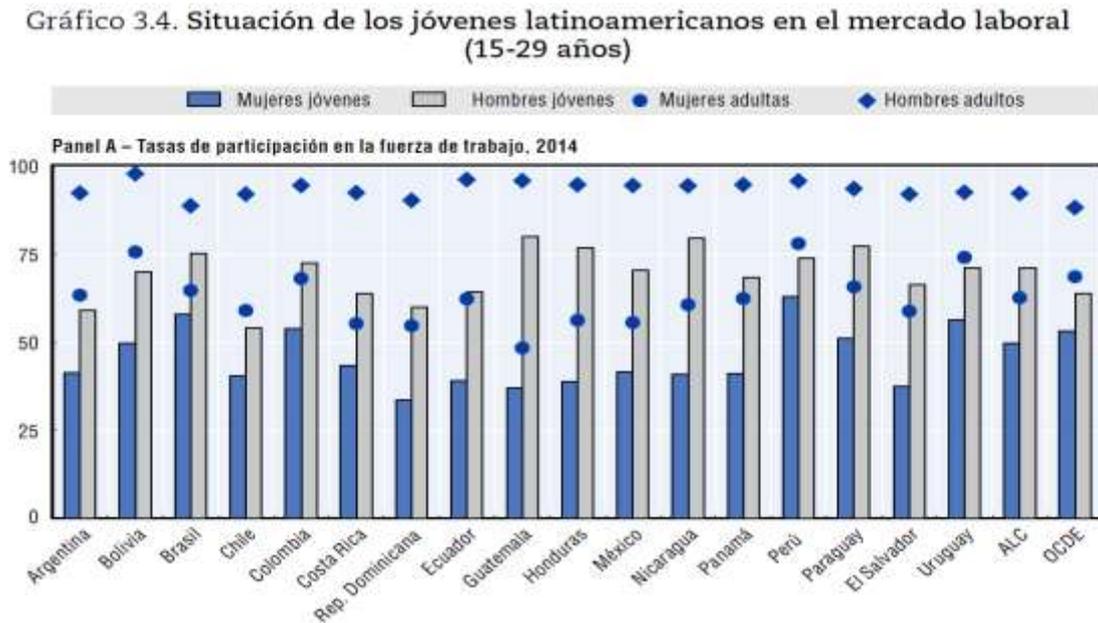
o sexo feminino como um todo, as mulheres que se sobressaem na política, liderando movimentos ou ocupando posições historicamente masculinas ainda são classificadas como antinaturais.

É importante ressaltar que as mulheres ainda estão muito longe de conquistar a igualdade de gênero, e por isso é necessário instigá-las a resistir ao destino de passividade, dependência e silêncio que a sociedade lhes impõe. Angela Davis traz em seu livro as palavras de um ministro sobre os movimentos feministas da época.

Apreciamos as modestas orações da mulher no avanço da causa da religião... mas quando ela assume o lugar e o tom do homem como reformista público... ela dá o poder que Deus lhe deu para a sua proteção, e o caráter fica desnaturalizado/antinatural (DAVIS, 2013, p. 37).

Essas zonas que resistem, como o político, o econômico e o religioso são terrenos de forte tradição masculina que se reconstituem constantemente, com fronteiras que se deslocam. Segundo Perrot (2016, p.169), “[...] as aquisições são frágeis e reversíveis porque a hierarquia dos sexos está longe de ser dissolvida”. Por isso a necessidade de o empoderamento se dar de forma generalizada, abrangendo as mulheres como uma categoria e não algumas individualmente. Caso contrário, as demais provavelmente serão condenadas por não vencerem as barreiras superadas por outras, ou pior, poderão ser acusadas de lhes faltar esforços ou persistência. No documento “Perspectivas Económicas de América Latina 2017” (OCDE/CEPAL/CAF, 2016), destaco um gráfico que ilustra as diferenças de gênero no mercado de trabalho, com especial enfoque nos jovens da América Latina.

Figura 4 - Gráfico sobre a situação de emprego de jovens homens e mulheres na América Latina



Fonte: OCDE/CEPAL/CAF (2016, p.102).

Esse material, elaborado no ano de 2014, demonstra claramente a diferença de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, não obstante os esforços das mulheres empreendidos no estudo e qualificação. Esse é um reflexo direto de séculos de dominação masculina, que implantou uma hierarquia sexista e difícil de desconstruir.

No ano de 1792, Wollstonecraft (2015, p.81) já defendia o empoderamento feminino por meio da educação, ao argumentar que quanto mais igualdade for estabelecida entre os homens, mais virtude e felicidade reinarão na sociedade. Assim, afirma que: “[...] eu quero explicitamente dizer que elas devem apenas se curvar para a autoridade da razão, em vez de serem escravas modestas da opinião”.

Em um estudo publicado nos Cadernos Pagu (número 10), em 1998, as autoras Léa Velho e Elena León analisavam as dificuldades das mulheres em obter avanços nas carreiras, mesmo após conquistarem cargos, além de um efeito perverso que a presença de mulheres gera no status, remuneração e reconhecimento de uma determinada profissão (VELHO; LEÓN, 1998), que pode ser

aplicado por analogia às acadêmicas das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM.

Na mesma linha de pensamento, Bourdieu (2002) conclui que a perspectiva de feminização de uma profissão reduz sua desejabilidade e prestígio e que, se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres, é porque foram talhadas para os homens. No que tange ao trabalho doméstico, não é difícil entender as causas de sua falta de prestígio:

[...] as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira; basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas (BOURDIEU, 2002, p.75).

A burocratização e formalização das organizações, principalmente as privadas, tendem ao favorecimento masculino. Existe uma crença popular, que o comprometimento masculino é maior que o feminino e que as mulheres privilegiam a construção familiar à profissional. Ironicamente, um rápido exame sobre a performance de companhias administradas por mulheres, segundo levantamento do Instituto Peterson de Economia Internacional⁴⁰, dos Estados Unidos, mostrou que não restam dúvidas quanto ao bom desempenho delas à frente dos negócios, a pesquisa comprovou ainda, que as empresas com maior número de diretoras elevam seus lucros, em percentual maior do que às firmas onde predominam o público masculino nos cargos de chefia.

Buscando respostas que explicassem por que as mulheres têm “tendência” a ocupar categorias mais baixas e, mesmo após vencer as barreiras de acesso a determinadas carreiras, não avançam da mesma forma e velocidade que os homens, o estudo de Velho e León (1998) concluiu que fatores como os processos de socialização dos papéis masculino e feminino; os conflitos família-trabalho, níveis de investimento na educação feminina, além de mecanismos sutis de discriminação agem produzindo essa diferença.

⁴⁰ O Instituto Peterson de Economia Internacional, dos Estados Unidos, em 2016 realizou pesquisa que avaliou dados de 22.000 companhias em 91 países. Disponível em: </2016/03/> Acesso em: 10 set. 2017.

Contudo, Velho e León (1998) ressaltam que isso não acontece por escolha consciente das mulheres, e sim pelo fato de que as portas de entrada de determinadas carreiras lhes são fechadas desde muito cedo, como, por exemplo, na Matemática, na Física e nas áreas ligadas à tecnologia. As expectativas e atitudes dos pais e professores em desencorajar e desmotivar as meninas produzem aqui seus mais nefastos efeitos.

Segundo as autoras Velho e León (1998), os homens tendem a buscar carreiras de maior prestígio e reconhecimento porque a sociedade machista cobra deles mais responsabilidade para manter a família. Por outro lado, o conflito entre trabalho e família assusta muito as mulheres que querem ter também uma vida fora do trabalho. É notório que as mulheres têm uma carga familiar muito maior que os homens e isso, muitas vezes, reflete em avanços mais lentos na suas carreiras profissionais.

Por isso, é comum as mulheres sacrificarem oportunidades profissionais por causa da família, acreditando que isso faz parte do seu papel na sociedade, ou pior, que isso é um comportamento natural do sexo feminino. Além do mais, muitas acreditam que a produtividade da mulher solteira deve ser aferida separadamente da produtividade profissional da mulher casada e da que tem filho.

Tais mulheres parecem se ressentir das barreiras e segregações existentes na vida acadêmica, mas, ao mesmo tempo, verbalizam este ressentimento com justificativas de que suas vidas privadas têm prioridade sobre a vida profissional e de que as mulheres que pensam diferente não são mulheres propriamente. Neste processo, as estruturas não são contestadas e o papel dos homens não é contestado: eles permanecem legitimamente dedicados a vida profissional e é apenas um bônus (algo que os torna ainda melhores) a ajuda que prestam ao dia a dia familiar (VELHO; LEÓN, 1998, p.343-344).

Outro fator relevante, encontrado na pesquisa de Velho e León (1998) é a ajuda dos maridos. Encontrar um companheiro compreensivo pode ser determinante no sucesso profissional de uma mulher. Apesar disso, sua colaboração nunca é vista como uma responsabilidade, mas sim como um ato de boa vontade. Ele não tem obrigação de ajudar e, quando o faz, é porque é bondoso e compreensivo.

Nesse contexto, algumas mulheres em particular conseguem superar essas barreiras e encontram um caminho mais favorável, que as permite alcançar o sucesso profissional. Entretanto, o problema continua a existir, e provavelmente

outras mulheres não terão a mesma “sorte”, ou infelizmente não encontrarão uma solução individual e poderão “falhar”.

Velho e León (1998, p.342) fazem uma crítica ao modelo sexista ao argumentarem: “O problema, então, não está no modelo que foi criado para atender ao homem, mas na mulher que não foi ‘forte’ nem hábil o suficiente para se adaptar a ele”.

Corroborando o posicionamento de Velho e León:

O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porque são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil (SAFFIOTI, 2004, p. 114).

Figura 5 - Diferenças de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho



Fonte: TODAS Fridas - Site de sociedade e cultura. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/TODASFridass/?ref=br_rs>. Acesso em: 10 set. 2017.

Reside nisso a afirmação de que o mundo do trabalho foi talhado para os homens e que a mulher encontra, desde cedo, muitas barreiras para transpor, além de inúmeras dificuldades para se adaptar aos modelos masculinos vigentes, que tradicionalmente valorizam a competição. Como afirma Juliet Mitchell (apud NOGUEIRA, 2011, p.27): “Enquanto não houver uma revolução na produção, a

situação de trabalho seguirá determinando a situação da mulher no mundo do homem.”

O pior dos efeitos que o empoderamento individual gera, é a falsa impressão de que a desigualdade de gênero foi superada, porque algumas mulheres chegaram a uma posição de destaque, passa a prevalecer a ideia de que não existe mais discriminação, qualquer uma pode chegar lá e que não é mais necessário discutir questões de gênero. Ainda que haja um significativo aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o mesmo se dá em trabalhos precarizados, os cargos de direção continuam um reduto masculino.

A falsa ilusão de superação da desigualdade de gênero é tão perigosa quanto dissimulada, pois gera acomodação como alerta Beauvoir (2016, p.24-25):

Muitas mulheres de hoje, que tiveram a sorte de ver-lhes restituídos todos os privilégios do ser humano, podem dar-se ao luxo da imparcialidade; sentimos até a necessidade desse luxo. Não somos mais como nossas predecessoras: combatentes. De maneira global ganhamos a partida. Nas últimas discussões acerca do estatuto da mulher, a ONU não cessou de exigir que a igualdade dos sexos se realizasse completamente, e muitas de nós já não veem em sua feminilidade um embaraço ou um obstáculo; muitos outros problemas nos parecem mais essenciais do que os que nos dizem particularmente respeito; e esse próprio desinteresse permite-nos esperar que nossa atitude seja objetiva.

Essa falsa ilusão, nos induz a agir como se os obstáculos impostos á condição de mulher estivessem superados, quando não chegamos perto de uma vitória. Falar em igualdade, sobretudo nas relações de gênero, é muito delicado. Não desejo ser igual ao homem, até mesmo porque, entendo que o homem não é nem nunca foi modelo a ser seguido, mas desejo sim ter as mesmas condições e oportunidades e, principalmente desejo desconstruir a hierarquia sexista, que é sempre favorável ao masculino e produz a desigualdade social entre homens e mulheres.

Ao abordar as prioridades das colaboradoras desta pesquisa com relação ao trabalho remunerado, o gerenciamento da vida familiar que envolve trabalho doméstico e cuidado com os(as) filhos(as) e o estudo, foi possível perceber que, para as colaboradoras que possuem filhos a família é sua prioridade, a única que apresentou um posicionamento diferente no grupo, foi Helena, que não possui filhos:

Bah, é uma pergunta difícil. Porque em primeiro lugar, eu boto a minha família, depois, boto meu trabalho no caso, que daí sem o meu trabalho não consigo manter a minha família e por último seria o estudo. No meu caso seria esse...eu priorizo daí a família, depois o trabalho e por último o estudo (ESPERANÇA).

Primeiro é a função com a filha e com a família, eu tenho isso, é uma base. Sem considerar que é um indivíduo que eu estou formando ainda, então eu tenho que pensar. Segundo, o profissional remunerado [...]. E, em terceiro, vem o estudo [...] (LUCY).

Hoje eu priorizo a família. Na época que eu cursava [Pedagogia Noturno], minha prioridade era a remuneração, era o trabalho que eu fazia [...] (MARIA).

Primeiro lugar vem a minha casa, a minha família, com certeza. Depois meu trabalho, depois a faculdade (NICOLE).

Exercer minha função de mãe é prioridade, porque a partir do momento que você tem um filho [...] essa é a principal missão, é dar toda a educação para o teu filho né, estar junto. Em segundo lugar a carreira a remuneração, porque sem remuneração tu não consegue exercer o estudo. E por último o estudo (OLÍVIA).

[...] primeiro vem o trabalho remunerado [...]. Segundo daí o estudo né, e terceiro trabalhos doméstico, mas às vezes eu virava a noite pra dar conta de tudo, sabe dormia menos pra poder deixar tudo organizado, sacrificava algumas coisas pra poder dar tudo certo (HELENA).

As narrativas demonstram claramente as prioridades das colaboradoras, confirmando a lógica de que as funções de mãe, esposa, dona de casa estão impregnadas em sua subjetividade. Assim, ao elencar suas prioridades elas acreditam que estão cumprindo o papel 'naturalmente' destinado à mulher, cuidar dos filhos e da família em primeiro lugar, ou seja, cumprindo seu dever nas relações sociais.

É necessário romper a idéia de que maternidade e trabalho são mutuamente excludentes, como defende Chimamanda Ngozi Adichie (2017, p.14): "A maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não seja definida apenas pela maternidade. Seja uma pessoa completa".

A subjetivação das funções de mãe, provoca nas mulheres um receio de falhar com relação a criação dos filhos de tal forma, que elas não questionam essas

atribuições. A culpa é um elemento essencial nesse processo de subjugação inconsciente.

É possível perceber então, que o problema não está no desempenho das mulheres no trabalho profissional, mas na construção histórico-social e cultural que determina a elas a subjetivação de aspectos ligados ao cuidado, ao servir, ao gerenciamento da família, em detrimento da carreira profissional, talvez por isso seu comprometimento familiar geralmente é maior que o dos homens.

4.3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO FORJADA PELO CAPITAL

Nesta seção, embaso-me nos estudos de Cláudia Nogueira (2011), que pesquisou a divisão sexual do trabalho utilizando como parâmetro a esfera produtiva, identificada como o mundo do trabalho profissional, historicamente associado aos homens, e a esfera reprodutiva, que engloba o trabalho doméstico executado no âmbito privado, historicamente associado ao sexo feminino.

Segundo Nogueira (2011, p.17): “[...] a divisão sexual das tarefas presente no ‘trabalho’ e na ‘reprodução’ tem sido responsável pela acentuada situação de desigualdade da mulher no decorrer da história”. Nesse sentido, é pertinente trazer aqui o conceito de divisão sexual do trabalho:

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social que decorre das relações sociais de sexo”, sendo “modulada histórica e socialmente”. Tradicionalmente ela confere uma “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva [...] (KERGOAT, 2000, p.36, apud NOGUEIRA, 2011, p.16).

Não obstante haja uma intensa feminização na esfera produtiva através do trabalho profissional remunerado, esta caracteriza-se por relegar às mulheres ocupações subordinadas, devido à baixa qualificação exigida e aos baixos salários.

Até agora, tratei dos tradicionais e mais conhecidos mecanismos responsáveis pela manutenção da desigualdade de gênero em diferentes contextos, abordados por diversas(os) autoras(es), como o patriarcado, a dominação masculina e a supremacia masculina. Ao analisá-los, foi possível perceber que são sustentados por argumentos contraditórios e sem fundamentação lógica, sendo reproduzidos ao longo dos tempos para encobrir interesses ligados às relações de poder.

A partir de agora, passo a tratar de outro grande inimigo da luta pela igualdade de gênero: o capitalismo. Além de dissimulado, o capitalismo é altamente versátil, ele se reconfigura para não perder espaço, encobrendo seus verdadeiros interesses e apresentando-se sempre como atual e inovador, num processo sutil e quase imperceptível de dominação.

[...] não basta à produção capitalista de modo algum o *quantum* de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (MARX, 1988 apud NOGUEIRA, 2011, p.140).

Em outras palavras, esse exército industrial de reserva é o que regula o movimento dos salários. Quanto maior o contingente de reserva, maior a competição entre os trabalhadores, o que resulta na intensificação da exploração da classe trabalhadora.

A união entre capitalismo e os valores da tradicional família patriarcal foi nefasta para as mulheres. De acordo com Nogueira (2011), no início do capitalismo, produzir um grande número de filhos era a principal função das mulheres na esfera da reprodução. Além disso, era vantajoso também, para o capitalismo, que sua força de trabalho fosse extremamente precarizada, para poder ser explorada também na esfera da produção.

Segundo Beauvoir (2016, p.85), são as resistências do velho paternalismo capitalista que, na maioria dos países, impedem que a igualdade de gênero se realize: “O trabalho doméstico da mulher desaparecia, então, ao lado do trabalho produtivo do homem; o segundo era tudo, o primeiro um anexo insignificante.”

Portanto, a família patriarcal é uma importante aliada à dinâmica da sociedade capitalista. Como explica Nogueira (2011, p. 176), diminuindo os gastos com a reprodução da força de trabalho, diminui os valores dos salários de toda a classe trabalhadora, principalmente da força de trabalho feminina, depreciada pela hierarquia das relações de poder existentes dentro da família patriarcal.

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei e os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio (BEAUVOIR, 2016, p. 89).

Ao necessitar de um trabalhador descansado e repleto de vitalidade, de acordo com Nogueira (2011, p.143), Ford⁴¹ passou a controlar a vida privada do proletariado, utilizando-se de algumas características da forma taylorista⁴² de produção para facilitar a formação de uma nova estrutura familiar, a família monogâmica.

Como forma reguladora do dispêndio de energia do trabalhador, que precisava produzir intensamente, com rigidez e disciplina, passou a haver uma preocupação com a “domesticação” dos desejos sexuais do homem trabalhador, o que Frederick Taylor chamou de o “gorila amestrado”. Conforme Nogueira (2011), o espaço reprodutivo passa a submeter-se às regras industriais e a “dona de casa” passa a ser uma reprodutora da lógica do capital: “Configura-se, então, uma divisão sexual do trabalho que, além de precarizar ao máximo a força de trabalho feminina, ainda lhe reserva as tarefas do espaço reprodutivo”.

Nesse sistema, a mulher é responsabilizada por criar filhos que assimilem a hierarquização, a autodisciplina e a eficiência no trabalho. Assim, o espaço doméstico torna-se fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora. Angela Davis (2013) já denunciava essa relação entre capital, gênero e classe em 1982, quando da primeira publicação de seu livro “Mulher, raça e classe”.

No que diz respeito ao culto à maternidade, Davis (2013) afirma que este tem o objetivo de transformar as mães em veículos passivos para o reabastecimento da vida humana. Assim, a mulher, tornando-se sinônimo de mãe e dona de casa, passa a carregar uma marca fatal de inferioridade:

[...] a incipiente industrialização da economia simultaneamente corroía o prestígio das mulheres em casa – um prestígio baseado na sua produtividade absolutamente essencial no trabalho doméstico. O seu estatuto social começou a deteriorar-se. Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi a formação de noção mais rigorosa da inferioridade

⁴¹ Henry Ford, autor do livro “Minha filosofia e indústria” e fundador da Ford Motor Company, em Highland Park, Detroit, EUA. O termo “fordismo” criado em 1914, refere-se aos sistemas de produção em massa e gestão idealizados por Ford. FORDISMO. **Wikipédia**. 7 jul. 2017. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Fordismo>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

⁴² Taylorismo também conhecido como Administração científica, é um sistema de organização industrial criado pelo norte-americano Frederick Winslow Taylor no final do século XIX, que caracteriza-se pela organização e divisão de tarefas dentro de uma empresa com o objetivo de obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo e atividade. FORDISMO. **SuaPesquisa.com**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/economia/taylorismo.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

feminina. Parecia, de fato, que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres se encolhessem debaixo do impacto da industrialização, mais rígida se tornava a assunção “o lugar da mulher é em casa” (DAVIS, 2013, p. 32).

Para Nogueira (2011, p.25), a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social em que o trabalho feminino e o trabalho masculino constituem categorias muito importantes não pela natureza de suas atividades, mas em função das relações de poder e dos interesses que os encobrem.

[...] ainda prevalece uma concepção conservadora na qual o compromisso principal da mulher é com a família, já que mudar essa situação, além de afetar a estrutura da família patriarcal, traria ainda claros prejuízos à lógica da produção e reprodução do capital (NOGUEIRA, 2011, p. 28).

Existe uma forte inter-relação entre a precarização da força de trabalho feminina, a opressão masculina existente na família patriarcal e a responsabilização quase que exclusiva da mulher pelos trabalhos domésticos e criação dos filhos. Para visualizarmos relações mais igualitárias será necessário romper essa interrelação. Ao pesquisar sobre a divisão sexual ou sexista do trabalho, deparei-me com a falsa noção de “destino biológico”, mas principalmente com a necessidade de desconstruir essa visão distorcida e enraizada, modulada histórica e socialmente na nossa cultura.

Feitas essas breves considerações, reforço que o objetivo desta pesquisa concentra-se em aferir os efeitos que o trabalho da esfera reprodutiva, mais especificamente, a responsabilidade pelos trabalhos doméstico e pelo gerenciamento familiar representam na vida acadêmica das colaboradoras desta pesquisa. Para isso, é preciso ouvir suas vivências no período que frequentaram o curso.

5 POR UMA GESTÃO DA PERMANÊNCIA ACOLHEDORA

*Queriam que ela
fosse do lar,
mas ela era do ler,
com essa liberdade
ela era de onde quisesse ser
(Allê Barbosa).*

Neste último capítulo, abordo as principais dificuldades encontradas pelas colaboradoras desta pesquisa e os fatores determinantes que ocasionaram um atraso na integralização curricular ou mesmo o abandono do curso. Nos capítulos anteriores, mais especificamente nos capítulos três e quatro, pude constatar que, embora a força de trabalho feminina tenha passado por um processo de emancipação nas últimas décadas com a inserção em massa da mulher no mercado de trabalho, esse processo é extremamente precarizado.

Além disso, apresento como produto deste trabalho um relatório de pesquisa acompanhado de uma proposta de planejamento para uma gestão da permanência acolhedora nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM. Essa proposta tem como desafio a inclusão de acadêmicas em situação de vulnerabilidade social, levando em consideração questões socioeconômicas e de gênero que dificultam sua permanência na graduação, sem prescindir da qualidade do ensino e aprendizagem.

Em relação às colaboradoras da pesquisa é possível perceber que elas exercem trabalhos precários, considerados muitas vezes “tipicamente femininos”, geralmente de assessoramento, com salários inferiores aos dos homens e em condições de trabalho mais degradantes e exploratórias. Também são mais suscetíveis ao desemprego, principalmente em tempos de crise, fatos confirmados pelas entrevistadas, como é possível ver abaixo:

Para dimensionar o tempo livre, a sobrecarga, as prioridades das colaboradoras, convidei-as para falar sobre suas rotinas de trabalho, gerenciamento familiar e estudos no período em que frequentaram/frequentam o curso:

Pois é, as minhas atividades eram levantar, levar meu filho pra escola e depois eu ia pegava o ônibus pra ir trabalhar, aí a gente tinha o intervalo do almoço, voltávamos a trabalhar até mais ou menos umas 5h30min, 6h, [...] sexta-feira a gente sempre

ficava até as 7:30 trabalhando, [...] aí até pegar o ônibus e ir pra aula, já chegava até atrasada na aula (Esperança, trabalha como auxiliar de limpeza).

Trabalhava durante o dia e estudava à noite direto. Pegava o ônibus e ia direto, não vinha pra casa. Ia direto pro curso (Lucy, na época em que cursou Licenciatura em Educação Especial Noturno, trabalhava no comércio durante meio turno e fazia estágio no outro turno).

Eu fazia Gestão Educacional na parte da manhã, já saía direto daqui [...] para o meu trabalho, do trabalho eu vinha direto para o curso. Eu trabalhava como babá, depois, fiz um curso técnico na área da saúde e daí eu passei pra um consultório odontológico [...] (Helena, babá e auxiliar em um consultório odontológico).

Eu começava de manhã, já saía com as crianças de casa largava na escola, antes das 8h já estava na empresa, saía meio dia da empresa, pegava as crianças, ia pra casa almoçar, comer correndo [...] volta pra empresa, da empresa já saía direto pra faculdade. Aí chegava da faculdade de noite, organizar a rotina com os temas dos filhos, a roupa pra lavar, a comida pro outro dia, dar uma revisada no que teria de material pra fazer durante a semana, se dava pra adiantar alguma coisa, no outro dia tudo de novo e assim era uma correria (Maria, gerente de um estabelecimento comercial).

[...] levanto um pouco mais cedo, [...] daí começo arrumar a cama, arrumar a casa, fazer as tarefas da casa assim, diárias né que tem que fazer, a filha, quando ela se acorda eu dou café pra ela, dou atenção para ela, correndo tem que fazer o almoço, [...] tenho que sair de casa para pegar o ônibus pra escola, ela vai pra escola junto comigo. Na escola eu trabalho seis horas, se tenho aula vou pra universidade, senão vou pra casa. Mas é uma rotina bem corrida né, [...] e no final de semana eu faço faxina ainda pra ajudar na renda de casa. [...] eu gostaria de participar se tivesse tempo, se eu tivesse condições financeiras de me manter, se eu tivesse alguém que me ajudasse né, eu gostaria de participar mas eu não posso né (Nicole, trabalhou como auxiliar de limpeza no início do curso, depois foi contratada como professora).

Depois que eu formei família era diferente, daí eu comecei a fazer estágios, comecei a trabalhar meio turno para tentar negociar essa questão do estudo, trabalho e casa. Daí estou ali com meu filho, estou estudando, estou lendo, mas tinha que dividir esses espaços, né (Olívia, trabalhava no comércio no início do curso, passou a trabalhar durante meio turno em uma escola, depois de ter seu filho).

Aqui fica evidente, as dificuldades enfrentadas por mulheres em situações semelhantes as das colaboradoras para concluir uma graduação. Destaco além da sobrecarga familiar, atribuída às mulheres em nossa sociedade patriarcal, a questão

econômica, que também é fruto de uma hierarquia social que direciona às mulheres a exercer trabalhos precarizados com baixa remuneração.

Como é possível notar, este é um público com algumas especificidades. São mulheres bastante vulneráveis socialmente, que dispõem de pouco tempo e poucos recursos financeiros para dedicarem-se aos estudos devido à sobrecarga resultante do trabalho remunerado, do trabalho doméstico e do gerenciamento familiar. Isso claramente constitui um desafio para a gestão das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM.

5.1 POR UMA GESTÃO DA PERMANÊNCIA DEMOCRÁTICA, VOLTADA À INCLUSÃO DE SUAS ACADÊMICAS

No período em que exerci a função de secretária no curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, acompanhei muitas situações de vulnerabilidade social relacionadas a questões sexistas, que desfavorecem as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres.

Também observei que a gestão, às vezes, encontra-se estagnada e nem sempre pode atender às necessidades das acadêmicas. Tal contexto levou-me a pensar se as licenciaturas noturnas do Centro de Educação, cursos criados com o objetivo de incluir o público que trabalha, estão realmente preparados para atender as necessidades destas pessoas.

Para compreender melhor essa situação, procurei ouvir das colaboradoras desta pesquisa, algumas questões atinentes às experiências positivas e negativas vividas durante o curso. Todas as entrevistadas ressaltaram aspectos positivos dos respectivos cursos, e as que evadiram reforçam a validade das experiências vividas e adquiridas durante o período que frequentaram as aulas. Também deixaram claro que não conseguiram concluir os cursos por questões alheias à sua vontade, como é possível perceber nas narrativas a seguir.

Eu acho que, pra mim, foi de grande valia né [...], hoje eu tenho aluno incluído né e todo o trabalho que eu consigo desenvolver com ele é graças a essas disciplinas que eu consegui fazer no curso, então a visão é outra né (HELENA).

Foi bem válido, inclusive eu evadi com vontade de continuar depois e não tive oportunidade de voltar ainda [...], são questões práticas, que eu não consigo conciliar (MARIA).

[...] tem professores muito bons na Universidade, que apoiam os alunos, que incentivam os alunos né, eu acho que isso é uma coisa muito importante, o incentivo, ver que o aluno está cansado, incentivar o aluno a não parar, continuar [...]. (NICOLE).

As especificidades deste grupo de acadêmicas, apontam para a necessidade de implementação de uma gestão acolhedora, com percepção da realidade enfrentada pelo seu público, proporcionando a inclusão, reconhecendo e respeitando as particularidades. Neste processo a motivação, o incentivo o acolhimento, fortalecem os vínculos entre os cursos e suas/seus acadêmicas(os).

Ao questionar as colaboradoras sobre a dificuldade de recuperar disciplinas atrasadas, foi possível constatar uma pequena diferença entre os dois cursos envolvidos:

Não. É difícil, eu acho difícil, porque daí depois não encaixa nas turmas, tu fica um pouco numa turma, um pouco na outra, não é fácil, eu já tava sentindo que se eu retornasse agora, eu não sei quanto tempo eu ia levar para reorganizar isso, e tem os pré-requisitos (LUCY, Licenciatura em Educação Especial Noturno).

Não, não era fácil né [...], a gente até usava o termo eu estou pipocando né, nunca tivemos uma turma definida, eu mesma participava de três turmas, então eram três turmas que eu não me sentia identificada em nenhuma né [...]. Então pra recuperar ficava um pouco mais difícil né [...], eu tinha disponibilidade para fazer mais disciplinas, mas eu não conseguia em função de encaixar no horário, porque tinham aquelas obrigatórias que eu não tinha conseguido fazer antes, e eram pré-requisitos (HELENA, Licenciatura em Educação Especial Noturno).

No curso de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno, a dificuldade de recuperar disciplinas parece ser um pouco menor, devido a maior simetria entre os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos diurno e noturno, que possibilitam o pedido de aproveitamento de disciplinas. Já, o curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, também possui algumas disciplinas que podem ser aproveitadas quando cursadas em outros cursos diurnos, mas em menor número. Conforme relatado:

Eu tive colegas que perderam alguma cadeira noturna e faziam durante o dia pra não deixar de fazer as cadeiras do semestre e conseguir agregar mais aquela outra (MARIA, Pedagogia Licenciatura Plena Noturno).

Essa situação surge como uma opção para recuperar disciplinas atrasadas, mas no caso dela não foi possível, devido à falta de horário disponível, já que trabalhava no comércio em horário diurno.

Às vezes a carga horária não bate com o diurno [Pedagogia] né, se torna mais difícil nesse sentido de tentar encaixar... (OLÍVIA, Pedagogia Licenciatura Plena Noturno).

[...] Assim difícil, não é de recuperar. Eu acho que difícil é acompanhar uma turma totalmente diferente da tua, né (NICOLE, Pedagogia Licenciatura Plena Noturno).

Nesse contexto, as principais dificuldades narradas pelas colaboradoras em recuperar disciplinas estão relacionadas a interação com turmas diferentes, os fatores acolhimento, interação e motivação parecem ser muito relevantes, também aparecem os pré-requisitos como um fator que dificulta a recuperação das disciplinas.

Ainda sobre a integralização curricular, questionei se a organização político-pedagógica dos cursos possibilita o exercício de trabalho remunerado, trabalhos domésticos e cuidado dos(as) filhos(as) e a realização das atividades acadêmicas concomitantemente. As narrativas configuraram um padrão entre as colaboradoras que possuem filhos, independente do curso que frequentavam/frequentam:

Não. Eu acho que, pra nossa rotina de mãe, eu acho que não tá organizado pra nós [...] eu acho que não tem um acesso pra nós assim, dessa vida de trabalhadora, assim, acho que eles fizeram mais é pra estudante mesmo, pra pessoas que não tem essa vida de [...] mãe ou de família digamos [...]. E além de tudo às vezes tinha, né, trabalhos pra entregar sábado [...] pelo Moodle, e ali, como a gente tem o período de trabalhar em casa também, eu não tinha internet, eu não tinha como largar todas as coisas pra fazer... (ESPERANÇA).

Não, não. Não porque é... não é humano. Não é, não tem como. Como é que eu vou dizer... não tem muito até o que explicar, mas... não é questionar, nem qualidade, se o curso é bom ou não, mas ele não dá conta desse grupo (LUCY).

Não, isso foi o motivo que eu evadi né, tu não consegue conciliar, no meu caso que eu tinha que prover sozinha o sustento [...], dois filhos e me submeter ao curso, não tinha como, não tinha (MARIA).

Acho que não. Para uma mulher principalmente, é complicado, não é impossível, mas é bem mais difícil do que pra uma pessoa que pode estudar o dia todo só pra aquilo, né (NICOLE).

[...] a grande maioria do noturno tem filhos, tem família, que é o grande diferencial da Pedagogia Diurno, que são gurias solteiras, mais livres para fazer curso... (OLÍVIA).

Já a colaboradora Helena, ex-acadêmica do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, única colaboradora que não possui filhos e mora sozinha, narrou que, apesar de cansativo, é possível dedicar-se aos estudos satisfatoriamente. Mesmo assim, ela esbarra na qualidade da formação, como é possível ver:

Eu acho que sim, só que é uma rotina que fica, como é que eu vou dizer assim, ela fica mais pesada, mas ela permite a gente trabalhar e estudar, claro a qualidade às vezes cai um pouco, né [...] (HELENA).

Destaco assim, a complexidade do processo de inclusão. Enquanto políticas públicas, a criação das licenciaturas noturnas do Centro de Educação, atendem a especificidade da classe trabalhadora, oportunizando acesso ao ensino superior em horário noturno. Entretanto, como é possível perceber pelas narrativas das colaboradoras desta pesquisa, há outros aspectos que interferem nesse processo como a classe social, situação econômica e o gênero.

Também questionei as colaboradoras sobre a disponibilidade de tempo para desenvolver atividades acadêmicas fora do horário de aula. Em suas narrativas, elas demonstram:

Nenhuma leitura, conseguia ler só em sala de aula, tinha bastante atividades, até tinha atividades pra entregar pelo Moodle né [...], não tinha internet em casa, eu tinha que fazer tudo na universidade [...] e lia em sala de aula, acompanhava junto ali [...], mas assim, eu não tinha tempo, até eu tentei [...] acompanhar...as leituras. Rotina de mãe, pesada mesmo (ESPERANÇA).

[...] faltava tempo pra essas leituras, de aprofundamento. Fazer assim, uma busca teórica [...]. Isso sim, faltava tempo, se fazia o básico, aquilo que era cobrado (LUCY).

Sim, esse ponto o curso exige bastante da gente, no sentido de que, cada disciplina sempre dava um trabalho num horário extra em função das horas que eram horas de sábado (HELENA).

Eu tava me frustrando com o curso em função disso [...], eu já enxergava na frente, assim, que a minha turma toda vai tá formando e eu ainda vou estar pedalando (MARIA).

As leituras principalmente, para mim, fizeram alguma falta, porque como eu estava sempre cansada, eu sempre trabalhei, então muita coisa assim eu deixava passar, eu não lia, chegava na aula ficava acompanhando pelo que o professor falava (NICOLE).

No início eu trabalhava o dia inteiro, então as leituras eram feitas no intervalo de almoço, na hora do ônibus... era difícil, não tinha um compromisso (OLÍVIA).

Em relação a esse aspecto, penso que a dificuldade de acompanhar as atividades propostas em sala de aula pode afetar também a autoestima das colaboradoras, prejudicando o rendimento acadêmico e levando a um quadro de desmotivação que pode culminar no abandono do curso. Nesse ponto, um olhar apurado do professor pode ser determinante, as narrativas apontam a importância que o incentivo docente tem nessas questões.

Por outro lado, existe a necessidade de repensar a configuração do ensino noturno levando em conta essas circunstâncias sem, no entanto, comprometer sua qualidade. Mudar a estrutura curricular destes cursos, levando em consideração as questões de gênero é muito importante para promover a acessibilidade desse grupo e ao mesmo tempo, promover uma mudança nas relações sociais.

Para compreender melhor esse processo que narra as vivências e experiências das colaboradoras nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação, achei importante ouvir das mesmas o motivo da escolha pelo curso.

Eu gostava muito do curso de Educação especial e não tinha à noite e, como eu trabalhava [...] e quando ele apareceu a noite, daí eu não pensei duas vezes, daí eu peguei e fiz, e passei [...] (ESPERANÇA).

Primeiro, porque eu já tinha licenciatura em Geografia, [...] e surgiu a necessidade de trabalhar com alunos deficientes e eu não tive... nenhum preparo, [...] pra complementar a prática mesmo [...]. Segundo motivo, por afinidade mesmo, [...]. E o terceiro, [...] foi a possibilidade de reingresso como portadora de diploma, que aí eu tentei e consegui (LUCY).

Devido à demanda da minha própria formação em Pedagogia, que foi bem na época que [...] nós íamos receber esta demanda de alunos e que nós não nos sentíamos preparados. Então [...] eu vi que tinha...podia...tentar essa vaga como aluno egresso né, daí eu me inscrevi [...] e também pela oportunidade de poder estudar numa universidade federal (HELENA).

Eu sempre quis, acreditava que era uma vocação (MARIA).

Eu fazia o curso de Letras - Inglês e fui trabalhar de estagiária em uma escolinha, na qual me apaixonei e mudei o curso. Eu era de uma instituição privada e vim pra pública (OLÍVIA).

A princípio, porque eu achava que gostava de criança né. [...] meu primeiro vestibular que eu fiz foi história, daí como eu fui mal...daí eu tentei Pedagogia porque eu achei mais fácil e eu sempre quis ser professora e ensinar de alguma forma, daí eu optei por Pedagogia (NICOLE).

Um aspecto interessante aparece na narrativa de Nicole, a generificação da docência. Gostar de criança é um modelo de virtude que dá credibilidade para a mulher escolher a profissão professora, enquanto que para os homens, o modelo de virtude é a sabedoria. Aspectos historicamente construído e relacionados a questões de gênero.

Apesar de todos os indicativos que aparecem nas narrativas das colaboradoras, questioneei, sobre os motivos que as levaram a abandonar o Curso. Os relatos foram muito relevantes e apontaram para os efeitos da tradicional divisão sexual do trabalho, que resulta em uma sobrecarga para as mulheres, prejudicando seu desempenho acadêmico. Entretanto, as narrativas trouxeram situações que vão além das que já vinham aparecendo, revelando traços de violência de gênero, como é possível ver a seguir.

Primeiramente, às vezes eu não conseguia passagem pra ir até o curso, mantendo minhas filhas, e elas também tinham que ter passagem, então ficou mais difícil, também, porque do difícil acesso, não tinha ônibus, e caminhávamos até em casa, então era muito perigoso [...], e às vezes eu ia sozinha pra casa. Então não tinha apoio [...] eu não queria deixar meus filhos sozinhos né [...] era difícil pra mim, preocupante, porque eu tenho também meu ex-marido, ele me incomodava muito, por causa disso eu não conseguia, porque ele me ameaçava porque eu deixava as crianças em casa, pra ir estudar e ele me ameaçava, daí eu tinha que parar também por causa disso (ESPERANÇA).

Tá, o abandonar o curso foi a questão do tempo e distância. Por que tempo? Pela questão de trabalhar, seja no comércio, seja em sala de aula é difícil, filho, nesse período todo que eu tive a gestação, nascimento, aquele início né...de maternidade. E agora, a distância [...] quando a filha já estava organizada com avós próximos, indo pra escola, aí, teve a distância (LUCY).

O que me levou a abandonar o curso é a questão prática mesmo, porque eu tinha dois filhos dentro de casa menores de idade que eu tinha que auxiliar nas tarefas do dia a dia, na escola, o alimento, trabalhando o dia inteiro fora [...] (MARIA).

Foram várias questões. [...] Primeiro de ordem pessoal, devido ao meu trabalho [...] eu fazia o curso de Gestão Educacional junto e também fiz um curso técnico na mesma data, então ficou bastante pesado e ainda mais o trabalho e assim, tinha por exemplo, disciplinas que nós tínhamos leituras [...] então chegava o final de semana, me organizava, fazia todas essas leituras, quando chegava na sala, daí era aberto um outro tempo para fazerem novamente, porque muitas pessoas não tinham feito estas leituras, então ficava tempo ocioso, porque já tinha feito essas leituras e anotações, não rendia o tempo dentro da sala de aula. [...] aí depois no final quando o assunto queria ficar rico, já tinha terminado o tempo, porque ficaram mais tempo lendo né (HELENA).

Nesse processo é muito importante o reconhecimento das diferenças em todos os sentidos. Em cada sala de aula, existem mulheres com diferentes responsabilidades e atribuições, como podemos extrair das narrativas das colaboradoras. Nesta pesquisa, Helena mostra um perfil diferente das demais, no entanto, os motivos que a levaram evadir não são menos relevantes. Levar em conta a realidade de cada acadêmica no coletivo, talvez seja importante para a gestão desencadear um processo de transformação das relações com as acadêmicas. Assim, é importante um trabalho de gestão voltado não só para a construção do

conhecimento, mas também para a formação integral, garantindo acesso, permanência e aprendizagem a todas(os).

Nicole não evadiu do curso, mas está em acompanhamento pedagógico para integralização curricular de acordo com a Resolução 033/2015 da UFSM (UFSM, 2015). Ela relatou alguns motivos que a levaram a fazer vários trancamentos e causaram o atraso na conclusão do curso:

Foi ter ganhado a filha e outra, as vezes que eu tranquei as disciplinas, foi porque eu estava muito cansada, muito exausta, porque eu trabalhava o dia todo... (NICOLE).

Olívia, que está há dez anos tentando concluir o curso narra:

Questões familiares né, de constituir família, gravidez, ter filho pequeno, questão da frequência, intolerância às faltas né”. “[...] não tem uma assistência dentro da universidade para teu filho, então tu não tem como vir todos os dias... [...] A maior dificuldade foi essa questão de abertura com os professores, com relação à frequência (OLÍVIA).

A narrativa de Olívia chama atenção pelo fato de levantar a questão de assistência dentro da Universidade para as filhas e filhos de acadêmicas(os). Dentro da atual conjuntura isso até deve ser problematizado e pensado para atender algumas situações, mas, sem dispensar a responsabilização e participação masculina nesse processo.

Trabalhar as questões de gênero de forma que não se sobrecarregue apenas a mãe pela criação dos filhos pode ser o primeiro passo na construção de relações mais igualitárias. No momento em que houver uma conscientização de que a responsabilidade pela educação e criação dos filhos é da família é não exclusivamente da mãe, haverá de uma maior divisão de tarefas e responsabilidades entre pai e mãe, sem sobrecarregar apenas a mulher.

Diante dos relatos, fica claro a influência da questão econômica, a maioria das colaboradoras exerce trabalhos precarizados, com baixos salários. Também se evidencia a sobrecarga decorrente da divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres quase que exclusivamente as responsabilidades domésticas e com a criação dos filhos além do trabalho remunerado na esfera da produção para sustentar a família.

Outro fator determinante que compromete o sucesso acadêmico, é constituir família, isso requer das mulheres muita dedicação, afinal são elas as responsabilizadas socialmente pela coesão familiar. Nesse ponto, a sociedade patriarcal cobra da mulher um comprometimento que ultrapassa a execução de tarefas, atinge a sua subjetividade. Antes de ser um sujeito, uma profissional, a mulher se sente obrigada em ser boa mãe, dona de casa, responsável pelo gerenciamento familiar, ou seja, corresponder às exigências impostas socialmente.

Ao relacionar essas dificuldades com aspectos teóricos das questões relativas à desigualdade de gênero, é possível aferir que o empoderamento das mulheres é imprescindível nesse processo, mas reeducar os homens para as transformações e mudanças também é necessário. As narrativas das colaboradoras desta pesquisa comprovam que a participação do homem no espaço produtivo é, portanto, não só limitada, mas também seletiva.

As mulheres se mantêm como as principais responsáveis pela organização e efetivação das tarefas domésticas, tarefas invisíveis aos olhos daqueles para quem são realizadas e em casos de separação conjugal, assumem praticamente sozinhas as responsabilidades pela criação e educação dos filhos.

Nesse sentido, substituir o modelo androcêntrico de educação por uma pedagogia feminista, como propõe Louro, pode ser uma boa proposta.

Pensada como um novo modelo pedagógico construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula tradicionais (LOURO, 2012, p. 117).

Cito também o Caderno Temático Juventude Brasileira e Ensino Médio: Juventudes, Sexualidades e Relações de gênero (NOGUEIRA; D'ANDREA, 2014), publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Esse material tem como objetivo oferecer aos professores de Ensino Médio de todo o país instrumental teórico, metodológico, didático e pedagógico para dialogar com a diversidade juvenil, trazendo, entre outros temas, juventudes, sexualidades e relações de gênero.

Dessa forma, o Caderno Temático Juventude Brasileira e Ensino Médio aborda temas relacionados à construção social do feminino e masculino, contestando a justificativa de que essas expectativas se baseiam, exclusivamente, em questões biológicas, ao enfatizar: “Discutir relações de gênero não se reduz ao

biológico, exige pensar e questionar relações de poder” (NOGUEIRA; D’ANDREA, 2014, p.17).

Ao mesmo tempo em que se reconhece a desigualdade entre homens e mulheres, é necessário questionar a hierarquização produzida a partir da diferença biológica. A questão reside no fato de que há uma construção, muitas vezes invisível, que determina que um pólo dessa diferença seja bom e outro seja ruim, colocando homens como mais privilegiados e poderosos que mulheres.

Toda a discussão reside sobre o que é valorizado na cultura em relação ao masculino e feminino, numa lógica de reprodução de uma relação de poder, que ainda associa ao feminino aspectos estéticos e morais da fragilidade, enquanto que, ao masculino, associa aspectos de força e virilidade. Evidentemente, dentro dessa ótica, os aspectos do masculino são sempre melhores ou superiores que os do feminino.

A proposta do referido material tem como meta discutir esses assuntos com alunos do ensino médio, fazendo com que desenvolvam uma consciência crítica, capaz de identificar nas propagandas, imagens, frases, dizeres, jargões, a existência de mensagens sexistas, fruto da nossa educação generificada, que se fundamenta em estereótipos masculinos e femininos, e reafirma a todo momento preconceitos e desigualdades.

Romper o ciclo que perpetua o binarismo de gênero e combater o sexismo⁴³ devem ser metas fundamentais para um governo sério, que tenha compromisso com o social, com a educação e principalmente com o combate à violência contra mulheres.

No entanto, o moralismo hipócrita utilizado por políticos de setores conservadores do Congresso Nacional, na legislatura eleita em 2014 e que vai até 2018, defendeu a retirada das discussões sobre questões de gênero e o termo orientação sexual da versão final do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, entregue pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 06 de abril de 2017 ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Mais uma vez,

⁴³ Segundo o Caderno Temático Juventude Brasileira e Ensino Médio: Juventude, Sexualidades e Relações de gênero (2014) “O sexismo é justamente essa hierarquia entre valores, comportamento e papéis, associados ao homem e à mulher” (NOGUEIRA; D’ANDREA, 2014, p,23). Acrescento: responsável por perpetuar as desigualdades de gênero.

tentam invisibilizar as discussões críticas sobre questões de gênero, um recuo com consequências graves.

As discussões sobre gênero também foram retiradas do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação e do Plano Municipal de Educação.

Em um país machista, misógino e homofóbico como o Brasil, com números alarmantes associados à violência contra a mulher, essas questões deveriam ser tratadas com mais seriedade, em vez de as tentarem “esconder embaixo do tapete”.

Num cenário como esse, é impossível não questionar: por que é tão difícil falar de gênero na escola? Parte da resposta a essa pergunta leva em conta apenas aspectos biológicos, defendendo que existe uma diferença “natural” entre o masculino e feminino, sem levar em consideração a identidade de gênero. O tema também envolve a temida discussão sobre orientação sexual, outro grande tabu em uma sociedade orientada para a heterossexualidade.

Além disso, falar de gênero é trazer à tona preconceitos contra as mulheres e sua histórica posição de inferioridade na sociedade, o que incomoda os setores mais conservadores. Considero que discutir gênero é olhar criticamente para uma estrutura de poder que muitos desejam manter e que, na esfera política do nosso país, é representado pelas bancadas conservadoras que defendem a tradicional família patriarcal.

O posicionamento conservador e irresponsável de nossos congressistas ultrapassa o retrocesso em relação a questões sociais, implicando também em prejuízos na área econômica. Na “Declaração de Incheon - Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”, texto resultante do Fórum Mundial de Educação 2015, promovido por vários organismos internacionais, entre eles a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), consta o seguinte trecho (UNESCO, 2016, p.2):

8. Reconhecemos a importância da igualdade de gênero para alcançar o direito à educação para todos. Dessa forma, estamos empenhados em apoiar políticas, planejamentos e ambientes de aprendizagem sensíveis ao gênero; em incorporar questões de gênero na formação de professores e no currículo; e em eliminar das escolas a discriminação e a violência de gênero.

O Brasil, ao descumprir essas metas, trafega na contramão do posicionamento recomendado por organizações internacionais, ocupando posições

desfavoráveis nos ranques de qualidade em educação, enfraquecendo seu relacionamento com esses organismos internacionais e podendo prejudicar inclusive a captação de recursos financeiros.

Como bem enfatiza o Caderno Temático Juventude Brasileira e Ensino Médio (NOGUEIRA; D'ANDREA, 2014), o que podemos esperar de uma educação de moral dupla, decorrente da tradicional família patriarcal, que bombardeia o tempo todo as meninas com mensagens de que o único poder que possuem é o da sedução, ao mesmo tempo em que afirma, para as mesmas, a necessidade de evitar o sexo, por questões morais?

Tão preocupante quanto as declarações preconceituosas, ultrapassadas de figuras de nosso atual cenário político, que vem ganhando evidência nos últimos tempos, é o fato de Rousseau⁴⁴ ainda ser citado no referencial de disciplinas das licenciaturas do Centro de Educação da UFSM, sem uma reflexão crítica sobre seu posicionamento em relação às mulheres. É notória sua importância e contribuição para a pedagogia, porém, ele defendia a exclusão das mulheres da categoria de cidadãs (direitos civis) e mais, as considerava inferiores aos homens. Tratando-se de Rousseau, comungo do mesmo pensamento de Wollstonecraft (2015, p.48): “[...] a indignação sempre toma o lugar da admiração”.

É necessário que a Educação tome a iniciativa no combate à polaridade de gênero que associa prestígio e poder ao masculino. Esse olhar sexista faz com que muitas pessoas, ao serem submetidas a imagens e mensagens da mídia, por exemplo, não percebam que estão sendo educadas através delas. É assim que a desigualdade de gênero vai sendo constantemente reconstruída e reproduzida.

Assim, transmitir valores diferentes daqueles que recebemos é um significativo começo para romper o ciclo que perpetua a desigualdade de gênero. Quando questionei às colaboradoras desta pesquisa, sobre a importância de trabalhar relações de gênero nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, recebi as seguintes respostas:

Eu acho importante que seja trabalhado, é uma realidade e não pode ficar...velada né, mas que não seja somente isso, [...] a gente até mesmo quando vai trabalhar: '-

⁴⁴ Rousseau declara que a mulher nunca deve, por um momento, sentir-se independente, que ela deve ser governada pelo medo a fim de exercer sua habilidade natural, e feita de escrava provocante para torná-la um objeto do desejo mais fascinante, uma companhia mais doce para o homem, seja lá a hora que ele escolher se relaxar (WOLLSTONECRAFT, 2015).

E o pai?’ -Ah, o pai trabalha... ‘- E a mãe?’ A mãe tá em casa. Quer dizer, mas em casa, a mãe não está trabalhando? Não está exercendo nenhuma atividade né? Então, até mesmo, pra gente saber como vai falar pra esse aluno que a mãe não está em casa, a mãe está trabalhando também em casa, assim como o pai está trabalhando fora de casa, em casa, a mãe também trabalha (HELENA).

É uma oportunidade de mudar a consciência social, eu acho interessante (MARIA).

Sim, eu acho que é importante, é bom as pessoas saberem dos seus direitos né. E também, como no homossexualismo, às vezes as pessoas acham que estão sendo discriminadas, mas é elas que tem aquela coisa...discriminação nelas e não tem nada a ver, né. Então eu acho que é um assunto bom, deveria ser tratado nas universidades como nas escolas, né (NICOLE).

Importantíssimo, né, pra lidar com os próprios preconceitos, né, porque muita gente tem e não adianta, a gente tem que aprender a trabalhar com os nossos preconceitos, pra trabalhar com os alunos depois (OLÍVIA).

É necessário despertar nas mulheres consciência sobre essas práticas de opressão para que possam se empoderar para lutar contra a dominação masculina, o patriarcado, o capital ou qualquer outro mecanismo capaz de impor a submissão feminina. Esses mecanismos sutis, quase imperceptíveis, são responsáveis por dissipar a miséria, violência, opressão e vulnerabilidade social entre mulheres no mundo todo. É notório que elas são as principais vítimas da miséria econômica e da violência de gênero.

O Centro de Educação forma docentes que deverão atuar na formação de crianças e adolescentes. Por isso, preparar esse público para enfrentar a desigualdade de gênero, por meio de uma política de desconstrução da hierarquia de estereótipos masculinos e femininos, e incentivá-lo a questionar de forma crítica os modelos de poder vigentes é estratégico. Além de empoderar as acadêmicas, fortalecendo-as na sua luta contra a desigualdade de gênero, vai proporcionar qualificação para trabalhar essas questões com seus futuros alunos.

Ademais, o Centro de Educação é formado por uma maioria significativa de mulheres, e por isso precisa estar atento aos problemas e questões que dizem respeito a elas. Não se deve ignorar o fato de que boa parte dessas acadêmicas são mães, trabalhadoras na esfera da reprodução e trabalhadoras remuneradas, que muitas vezes sustentam sozinhas sua família. Portanto, essas especificidades

precisam ser enfrentadas pela gestão como forma de buscar a inclusão e democratização do ensino.

Neste momento é necessário pensar mecanismos que promovam a equidade de oportunidades para as mulheres acadêmicas, pensar estratégias que atendam as suas necessidades.

É preciso falar mais de gênero, é preciso incluir relações de gênero nas grades curriculares dos Projetos Político Pedagógicos das licenciaturas noturnas do CE, não mais agir como se a luta estivesse ganha, não seguir a lógica das bancadas conservadoras que querem impedir as discussões de gênero em ambientes educacionais. É hora de trazer à tona as questões sexistas que produzem a desigualdade de gênero, discuti-las abertamente, problematizá-las e mostrar claramente os interesses que elas representam, como determina o Art. 13, § 2º da Resolução nº 2, de 1º de junho de 2015, ao dispor sobre as diretrizes curriculares para as licenciaturas:

§ 2º. Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015).

As narrativas das colaboradoras desta pesquisa sinalizaram que as acadêmicas mães e trabalhadoras na esfera da produção e reprodução das licenciaturas noturnas do Centro de Educação, constituem um grupo que enfrenta problemas socioeconômicos, de gênero e até étnicos.

A fim de minimizar as taxas de evasão e fortalecer o vínculo entre a gestão dos cursos e as acadêmicas em situação de vulnerabilidade social, construí esta proposta de planejamento a partir dos dados produzidos na pesquisa, especificamente as narrativas das entrevistadas. Ela tem o objetivo de proporcionar maior compreensão sobre componentes da subjetividade de um grupo de acadêmicas, que são mães e trabalhadoras, promovendo seu reconhecimento no contexto acadêmico e assim sua inserção nesses espaços. Serão apontadas também, algumas ações de enfrentamento do problema, a serem apresentadas às

coordenações dos cursos de Licenciatura em Educação Especial Noturno e Pedagogia Licenciatura Plena Noturno do Centro de Educação da UFSM.

Afinal, como defende Saravali (2005), para democratizar o ensino-aprendizagem e propiciar a inclusão, não basta apenas garantir o acesso, criando vagas; é necessário viabilizar também a permanência das(dos) estudantes, principalmente das(os) que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com enfoque especial na formação integral e não só no preparo profissional.

No mesmo sentido:

É importante lembrar também da dimensão integral da vida do educando; entendê-lo como alguém que, além de estudante, tem outros papéis no sistema das relações sociais. Dessa pluralidade cultural advêm elementos diversos do contexto, fundamentais ao processo de concepção do currículo; um currículo integrado a vida dos educandos, à dinâmica da interação e dos processos históricos, sociais, econômicos e culturais relevantes que estes vivenciam (MOLL, 2010, p. 82).

Assim, a inserção do sujeito no ambiente universitário, inclui também a percepção e apropriação de sua realidade, através da adoção de atitudes reflexivas que possibilitem a ruptura com estereótipos e conclusões prontas, favorecendo a criação de novas ações voltadas para a transformação da sociedade.

Apresento a seguir, de forma resumida, uma proposta que chamo de “Gestão da Permanência Acolhedora das Acadêmicas das Licenciaturas Noturnas do Centro de Educação da UFSM”, como parte de um relatório de pesquisa que constitui o produto deste trabalho.

5.2 PROPOSTA DE GESTÃO DA PERMANÊNCIA ACOLHEDORA DAS ACADÊMICAS DAS LICENCIATURAS NOTURNAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFSM

As licenciaturas noturnas do Centro de Educação foram criadas com a finalidade de promover a democratização do ensino, incluindo um público que não dispõe de horário diurno para frequentar a Universidade. Estas licenciaturas também apresentam uma particularidade, são cursos formados majoritariamente por mulheres e possuem altos índices de evasão, o que gerou a necessidade de investigar essa situação sob uma perspectiva de gênero.

A pesquisa sinalizou que as acadêmicas menos favorecidas socioeconomicamente que são mães e trabalhadoras na esfera da produção e reprodução concomitantemente, sofrem uma sobrecarga de funções resultante da tradicional divisão sexual do trabalho, proveniente de nossa cultura patriarcal que delega às mulheres a responsabilidade por esses trabalhos. Nesse contexto, as oportunidades de crescimento pessoal, profissional através dos estudos, são preteridas para atenderem as responsabilidades com a família, que podem ser tanto financeiras quanto relativas ao cuidado e gerenciamento familiar.

Para democratizar o ensino aprendizagem, e ampliar as possibilidades de inclusão, não basta apenas garantir o acesso, criando vagas, é necessário viabilizar também a permanência das acadêmicas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, com enfoque especial na formação integral e não só preparo profissional.

Ante esta realidade é necessário que a gestão implemente ações estratégicas, focadas na permanência das acadêmicas que são mães e trabalhadoras, adotando uma postura reflexiva de percepção e compreensão da real situação que elas enfrentam.

O Centro de Educação forma docentes para atuar na formação de crianças e adolescentes, prepará-las(los) para enfrentar a desigualdade de gênero, por meio de uma política de empoderamento feminino que questiona de forma crítica os modelos de poder vigentes, é estratégico. Além de empoderar as acadêmicas, fortalecendo-as na sua luta contra as discriminações de gênero, vai qualificá-las para trabalhar essas questões com suas/seus futuras(os) alunas(os).

Ademais, as licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, são formadas por uma significativa maioria de mulheres, assim, a gestão deve estar atenta às necessidades e particularidades desse grupo, promovendo a sua inclusão no espaço acadêmico. Essas especificidades sinalizam a necessidade de ações que levem em conta também as questões de gênero, como uma categoria que interfere na permanência das acadêmicas.

Problema

Os dados produzidos pela pesquisa sinalizam que as questões de gênero, ligadas à divisão sexual do trabalho, interferem no aproveitamento e permanência

das acadêmicas das licenciaturas noturnas do Centro de Educação que são mães e desempenham concomitantemente trabalhos na esfera da produção e reprodução.

Objetivos

Desafiar as gestões dos cursos envolvidos a investigar e compreender as variáveis que interferem na permanência de acadêmicas que são mães e trabalhadoras na esfera da produção e reprodução concomitantemente, bem como, implementar ações e estratégias que proporcionem a inclusão destes grupos;

Propor a adoção de estratégias e ações que identifiquem acadêmicas em situação de vulnerabilidade social;

Propor ações de gestão, que promovam mudanças no contexto acadêmico, voltadas a inclusão de grupos menos favorecidos socioeconomicamente, que enfrentam problemas relacionados a questões de gênero.

Abrangência

Variáveis que interferem na permanência das acadêmicas em situação de vulnerabilidade social, que desenvolvem concomitantemente as funções de mãe, trabalhadora na e esfera da produção e reprodução:

- Dificuldade das mães de crianças pequenas, que não possuem apoio para cuidar dos filhos, em frequentar as aulas, devido a inexistência de creches no período noturno;
- Questões socioeconômicas;
- A exigência de pré-requisitos que dificultam a recuperação disciplinas atrasadas para integralização do currículo;
- Dificuldade de inserção em diferentes Turmas;
- Dificuldade de acompanhar as leituras e fazer os trabalhos propostos pelas disciplinas, fora do horário das aulas;
- Altos níveis de exaustão e fadiga pela sobrecarga de trabalhos;
- Inexistência de políticas focadas na permanência destes grupos;

Metas

Implementar um programa de gestão da permanência acolhedora nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM com o objetivo de diminuir os índices de evasão das acadêmicas menos favorecidas do ponto de vista

socioeconômico que acumulam as funções de mãe, trabalhadora do lar e trabalhadora remunerada, bem como, promover um acompanhamento voltado a permanência e aproveitamento acadêmico dessas estudantes.

Promover a inserção de disciplinas que trabalhem relações de gênero nos currículos das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM, como política de inclusão de mulheres no ensino superior.

Orientações

Nível de prioridades

1- Curto Prazo	2- Médio Prazo	3- Longo Prazo
----------------	----------------	----------------

Quadro 3 - Propostas a serem implementadas a curto prazo

(continua)

AÇÕES	RESPONSÁVEL	DATA	RECURSOS (R\$)	NÍVEL DE PRIORIDADE
Ouvir às acadêmicas em um processo humanizado de compreensão de suas realidades e especificidades, levando em conta o contexto social, como condições socioeconômicas, questões de gênero e questões étnicas, para identificar acadêmicas em situação de vulnerabilidade social.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	2º Semestre 2017	-	1
Reconhecer a dimensão integral da vida das acadêmicas (especificidades), percebendo-as como sujeitas com potencialidades, interesses e pensar os espaços que essas subjetividades podem se desenvolver.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	2º Semestre 2017	-	1
Adotar um controle diferenciado de frequência para as acadêmicas, mães e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social, comprometidas com a graduação, que não possuem apoio para cuidar dos filhos no horário das aulas.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	2º Semestre 2017	-	1

Quadro 3 - Propostas a serem implementadas a curto prazo

(conclusão)

Adotar recursos tecnológicos (Moodle) que possibilitem as acadêmicas mães e trabalhadoras acompanhar as disciplinas sem necessariamente estar presentes em todas as aulas.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	2º Semestre 2017	-	1
Promover a motivação das acadêmicas em situação de vulnerabilidade social, através de incentivo e adoção de uma postura acolhedora, que possibilite a ruptura de estereótipos e conclusões prontas.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	2º Semestre 2017	-	1

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Quadro 4 - Propostas a serem implementadas a médio e longo prazos

(continua)

AÇÕES	RESPONSÁVEL	DATA (Mês e Ano)	RECURSOS (R\$)	NÍVEL DE PRIORIDADE
Ofertar Disciplinas Complementares de Graduação que trabalhem Relações de Gênero nas licenciaturas noturnas do CE.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	1º Semestre 2018	-	2
Incentivar ou promover Seminários, Rodas de conversa, Debates ou Discussões sobre Relações de Gênero, nas licenciaturas noturnas do CE.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	1º Semestre 2018	-	2
Incluir Disciplinas que trabalhem relações de gênero na grade curricular do Projeto Político Pedagógico das licenciaturas noturnas do CE ou incluir o tema em disciplinas existentes.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	1º ou 2º Semestres 2018	-	3
Desenvolver um trabalho articulado com demais setores da Universidade, para promover a inclusão das acadêmicas que enfrentam problemas relacionados a questões de gênero e vulnerabilidade social.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	1º Semestre 2018	-	3

Quadro 4 - Propostas a serem implementadas a médio e longo prazos

(conclusão)

Promover através do acolhimento a construção de uma identidade que possibilite a formação de sujeitas(os) reflexivas(os), participantes, autônomas(os) e transformadoras(es) da sociedade, onde as acadêmicas em situação de vulnerabilidade social que enfrentam problemas econômicos e/ou relacionados a questões de gênero, possam estabelecer com os cursos um vínculo de apoio e compreensão.	Coordenação Cursos, Colegiados e NDEs	1º ou 2º Semestres 2018	-	3
--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Conclusões

A pesquisa proporcionou apresentar uma nova perspectiva sobre acadêmicas mães que exercem trabalhos na esfera da produção e reprodução concomitantemente, dando voz a este grupo que enfrenta problemas para incluir-se enquanto público das licenciaturas noturnas do Centro de Educação.

Nesse sentido, conhecer a identidade dessas acadêmicas e promover um processo de acolhimento visando sua formação social além da profissional, pode promover sua inclusão no espaço acadêmico, fortalecendo o vínculo com os cursos, possibilitando uma gestão da permanência mais efetiva e comprometida com a mudança social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas construídas mediante as entrevistas e os estudos teóricos realizados sinalizam que não existe um padrão de consciência firme quanto à divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo em que as colaboradoras reconhecem a necessidade e até afirmam buscar relações mais igualitárias na esfera da reprodução, que envolve os trabalhos domésticos, cuidado dos filhos e gerenciamento familiar, deixam transparecer valores que admitem a tradicional divisão sexual ou sexista do trabalho.

É interessante ressaltar que todas as colaboradoras exercem trabalho remunerado na esfera da produção e todas, mesmo em diferentes contextos, são responsáveis pelos trabalhos domésticos em suas casas e, quando têm companheiros, estes apenas “ajudam” em alguns casos. Assim, sendo a mulher contemporânea uma trabalhadora assalariada como o homem, dividindo com ele a responsabilidade de sustento da família, quando não é ela própria a provedora, como fica a responsabilidade dos trabalhos domésticos e cuidados com os filhos dentro dessa estrutura familiar?

A resposta para essa questão reside no fato de que, na maioria dos lares brasileiros, a responsabilidade pelos trabalhos domésticos, cuidado dos filhos e gerenciamento familiar continua reservada quase exclusivamente às mulheres. Esse fato, herança da sociedade patriarcal, é legitimado pelas relações sociais capitalistas que imprimem uma subordinação considerada natural às mulheres em relação aos homens.

A manutenção dessa estrutura que responsabiliza a mulher quanto à esfera doméstica e ao gerenciamento familiar tem grande responsabilidade pela precarização do trabalho remunerado feminino, assim como pelo abandono dos estudos, como foi possível perceber a partir das narrativas das colaboradoras desta pesquisa. A justificativa para que as mulheres recebam salários inferiores e tenham mais dificuldade que os homens para alcançar altos cargos é seu suposto maior comprometimento com a família e os trabalhos domésticos, que impediriam sua dedicação exclusiva à esfera da produção.

Nesse sentido, forma-se um círculo vicioso que aprisiona a mulher a uma situação de inferioridade social. De acordo com os valores da tradicional família patriarcal, aliados aos interesses do capital, a mulher é a grande responsável pelo

cuidado dos(as) filhos(as) e pelos trabalhos doméstico, além de ser a gerenciadora da família, o que inclui atender os sentimentos e necessidades dos outros, para possibilitar que o homem tenha dedicação exclusiva e integral à esfera da produção. Esta última é a esfera valorizada e que agrega capital e poder na sociedade patriarcal, enquanto que a esfera da reprodução, além de desvalorizada é também invisibilizada.

Seguindo essa lógica, já que as prioridades femininas residem fundamentalmente na esfera doméstica e na criação dos(as) filhos(as), seu rendimento na esfera da produção sofre uma depreciação. Já que ela não tem dedicação integral, como têm os homens, restam-lhes os empregos subvalorizados, precários, geralmente de assessoramento, com menor visibilidade. Por isso, romper essa lógica, que associa os trabalhos femininos a aspectos biológicos, mas que foram, na verdade, historicamente moldados de acordo com interesses do capital e do patriarcado é extremamente difícil e implica questionar estruturas enraizadas em nossa sociedade.

O abandono dos cursos, bem como as dificuldades encontradas para realizar a integralização curricular das acadêmicas das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM são resultantes dos efeitos que as relações de gênero de conteúdo sexista produzem na vida dessas mulheres. Como foi possível perceber pelas suas narrativas, o “ser para os outros” é uma prioridade. Nesse contexto, as oportunidades de crescimento pessoal e profissional através dos estudos são preteridas para atenderem às responsabilidades com a família, que podem ser tanto financeiras quanto relativas ao cuidado e ao gerenciamento familiar.

Para efetivamente conquistarmos condições de trabalho mais igualitárias na esfera da produção, inevitavelmente teremos de vencer a resistência masculina em inserir-se de fato na esfera da reprodução e dividir de forma igualitária as responsabilidades pelos trabalhos domésticos e pela criação dos filhos. Porém, essa tarefa não é nada fácil. Essas funções foram incorporadas na subjetividade feminina através de um trabalho incessante de subjugação, e, por isso, as mulheres ainda têm uma dificuldade muito grande em conseguir delegá-las a seus companheiros. Também existe uma pressão social muito forte para que assumam essa postura de subserviência, impondo julgamento e retaliações às mulheres que pensam em resistir.

Ao diagnosticar que a inserção da mulher na esfera produtiva não foi suficiente para alterar a divisão sexista do trabalho, Simone de Beauvoir (2016) ressaltou uma questão fundamental nesse processo, a falta de identidade social própria da mulher, que a impede de identificar a opressão e dominação geradas pelas suas condições desiguais nas relações de sexo. Assim é necessário construir um “ser mulher” capaz de identificar suas especificidades e lutar pelo seu reconhecimento, pois o consentimento das mulheres é o cerne da relação de dominação. Para superar esse problema é necessário que as mulheres obtenham consciência de sua opressão, que geralmente se manifesta de forma velada.

Outro fato que dificulta a superação dessa realidade é que qualquer mudança nessa esfera afetará pessoas muito próximas, com quem as mulheres têm vínculos familiares muito fortes, como maridos, filhos(as), pais, mães e irmãos(ãs). Assumir uma postura de enfrentamento e de cobrança nessas situações pode se tornar doloroso e, às vezes, a mulher prefere assumir sozinha as responsabilidades para evitar possíveis confrontos.

Reconhecendo a complexidade dessas questões, é fundamental valorizar o papel da educação no processo de empoderamento das mulheres. Para que tal ocorra, a educação deve ser crítica e reflexiva, envolvendo discussões sobre desigualdade de gênero, caso contrário muitas mulheres continuarão tendo dificuldade em identificar situações de opressão, violência e subordinação costumeiramente travestidas de “naturais”.

A mudança entretanto, ocorre através de um processo histórico não imediato, assim estratégias a curto prazo precisam também ser construídas, como por exemplo, a adoção de um controle diferenciado de frequência para acadêmicas com filhos menores, que enfrentam situação de vulnerabilidade social, e que tenham bom desempenho acadêmico a critério do Colegiado do curso.

É necessário, portanto, incentivar a qualificação e fortalecimento das mulheres para possam enfrentar e superar tais situações e enfim conquistar a tão desejada igualdade de gênero. Entretanto, é preciso muito cuidado. Posições distorcidas na luta pela igualdade de gênero são constantemente divulgadas no sentido de enfraquecer o movimento. Por isso, é importante deixar claro o que dizia em 1792 a brilhante Mary Wollstonecraft (2015, p.97): “Eu não desejo que elas tenham poder sobre os homens; mas sobre si mesmas”.

A mudança cultural que pretende libertar as mulheres da submissão a que por milênios foram submetidas envolve um trabalho de todos, incessantemente. É este um processo contínuo, um exercício diário de luta e superação. De minha parte, desejo começá-lo aqui, propondo a discussão de relações de gênero nos cursos de formação docente como forma de empoderamento das acadêmicas das licenciaturas noturnas do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

*“A mente que se abre a uma nova ideia jamais
voltará ao tamanho original”
(Albert Einstein).*

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução por Waltensir Dutra.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. - 3.ed. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kühner. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Difusão Editorial Ltda, 1989.

BRASIL. Lei n.º 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.27833. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Seção 1, p.8-12. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

CAMPBELL, Joseph. **As máscaras de Deus: mitologia ocidental**, v.3. Tradução Carmen Fischer. São Paulo: Palas Athena, 2004.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas** - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.13-38.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Editora da UnB, 1993.

_____. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil** - 7. ed. - São Paulo : Contextos, 2004, p.7-10.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil** - 7. ed. - São Paulo: Contextos, 2004, p.510-553.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação** 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

HILLESHEIN, Betina. Trabalho doméstico: “O serviço de sempre”. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e cultura:** questões contemporâneas - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 39-52.

LANKSHEAR, Colin; Knobel, Michele. **Pesquisa pedagógica:** do projeto à implantação. Tradução por Magda França Lopes. Porto Alegre :Artmed, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 14^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli; **Pesquisa Em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinariedade. In: OLIVEIRA COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p.24-38.

MAGALHÃES, Acelí de Assis. **Histórias de mulheres:** considerações sobre a privação e a privacidade na história das mulheres. - São Paulo: Editora Altana, 2001.

MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura: Por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, Alberto (Org.). **Por uma Sociologia Reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.25-42.

MENEZES, Raquel Santos Soares. **Feminilidades em Primeira Pessoa: Narrativas Plurais, Vivências Singulares de Mulheres nos “Negócios”**. 2012. 269p. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI Flávia. **Feminismo e Política: uma instrução** - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al., (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994, p.9-29.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado** : a divisão sexual no trabalho e na reprodução : um estudo das trabalhadoras do telemarketing. - 2 ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2011.

MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; D'ANDREA, Anna Claudia Eutrópio. **Juventudes, Sexualidades e Relações de gênero**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014 (Cadernos temáticos Juventude Brasileira e Ensino Médio).

OCDE/CEPAL/CAF. **Perspectivaseconômicas de América Latina 2017: Juventud, competencias y emprendimiento**. Paris: OECD Publishing, 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução por Angela M. S. Côrrea. 2.ed. 3ª reimp. São Paulo: Contextos, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação.In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução por Angela M.S.Côrrea.2.ed., 3ª reimp. São Paulo: Contextos, 2016, p. 9-11.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Tânia Steren dos. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **SER SOCIAL**, Brasília, v.10, n.22, p.97-128, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Santos_genero_politicas%20sociais.pdf> . Acesso em: 05 out. 2016.

SARAVALI, Eliane Giachetto. Dificuldades de aprendizagem no Ensino Superior: reflexões a partir da perspectiva piagetiana. In: **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.6, n.2, p.99-127, jun. 2005. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/index.php/etd/article/viewArticle/1660>>. Acesso em: 18 set. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.20, v.2, p.71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

STEIL, Andréia Valéria. Organizações, Gênero e Posições Hierárquicas - compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.32, n.3, p.62-69, jul/set, 1997.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira et al. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. v. 12, n.1, p. 185-202, jan./jun. 2008.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, v.10, p.309-344, 1998.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos das Mulheres**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

UFSM. Ministério da Educação. Universidade Federal de Santa Maria. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**. 2001. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/be1eb2e0-4629-442e-b1af-79c251e3ac83.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **Resolução n. 033/2015**. Regulamenta o processo de acompanhamento pedagógico e cancelamento de matrícula e vínculo com a Universidade Federal de Santa Maria, e revoga a Resolução n. 009/98. 2015. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/uploads/a5461cd9-8457-4599-b029-db69e4ba45c4.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

UNESCO. **Declaração de Incheon - Educação 2030**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília: UNESCO, 2016.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: **Gestão da Permanência das Acadêmicas em Cursos de Formação Docente: uma questão de gênero**

Pesquisador responsável: **Sueli Salva**

Autora: **Sandra Mara Venturini**

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Educação/PPPG Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Mestrado Profissional

Telefone para contato: (55) 99997 3821(Sandra Venturini) e (55) 999942499 (Sueli Salva)

Local da coleta de dados: Centro de Educação – UFSM

Prezada Senhora:

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, aceitando gravar uma entrevista para responder algumas perguntas é importante que você compreenda as informações contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sob nenhuma penalidade.

Objetivo do estudo: Este trabalho visa Compreender a relação entre as questões de gênero ligadas à divisão sexual do trabalho e os processos de aproveitamento acadêmico, permanência ou evasão nas licenciaturas noturnas do Centro de Educação da UFSM.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas em responder às perguntas formuladas relativas ao objetivo da pesquisa.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos:A presente pesquisa não apresenta danos físicos e psicológicos, no entanto, você poderá sentir desconforto ao se expor durante a gravação e da entrevista. Caso isso acontecer, você poderá desistir a qualquer momento desta pesquisa.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria, _____.

Assinatura do participante da pesquisa /RG

Eu, Sandra Mara Venturini, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desta participante de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Local, dia, mês e ano

Assinatura da pesquisadora responsável

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM – Cidade Universitária – Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 – CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55)

3220-9362 – Fax: (55)3220 8009 Email:comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep.

APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Gestão da Permanência das Acadêmicas em Cursos de Formação Docente: uma questão de gênero

Pesquisador responsável: Sueli Salva

Pesquisadora: Sandra Mara Venturini

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Centro de Educação

Telefone para contato: (55) 999942499 (Sueli Salva) e (55) 99973821 (Sandra Venturini)

As pesquisadoras do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade das participantes desta pesquisa, cujos dados serão produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade com alunas e ex-alunas nos cursos de Pedagogia Noturno e Licenciatura em Educação Especial Noturno do Centro de Educação da UFSM. Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para execução do presente projeto.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na UFSM - Avenida Roraima, 1000, Prédio 16, sala 3334A - 97105-900 - Santa Maria - RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof^a Sueli Salva. Após este período os dados serão destruídos.

Pesquisadora Sandra Mara Venturini

Pesquisadora Sueli Salva